Olimpíada
Restrições impostas por obras e segurança deixam parisienses pouco entusiasmados com os Jogos EU&

Indústria
Em artigo, Edmar Bacha discute por que o setor encolheu tanto no Brasil EU&

Música clássica
Aos 97 anos, o maestro e cravista Roberto de Regina planeja seu centenário EU&

Sexta-feira, 19 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6047 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Haddad anuncia congelamento de R$ 15 bi no Orçamento deste ano

Contas públicas Foram bloqueados R$ 11,2 bilhões em razão do aumento de gastos, e contingenciados outros R$ 3,8 bilhões devido à frustração de receitas

De Brasília e São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem o congelamento de R$ 15 bilhões do Orçamento deste ano, como forma de cumprir as regras do arcabouço fiscal. "São R$ 11,2 bilhões de bloqueio e R$ 3,8 bilhões de contingenciamento, em virtude da receita", disse Haddad. A decisão visa manter o déficit primário entre zero e 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024, num contexto de receitas extras abaixo do esperado e aumento das despesas obrigatórias acima do previsto.

Na segunda-feira, os números serão detalhados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre. "[O déficit] fica dentro da banda entre zero e 0,25%. Vai ser próximo do teto da banda nesse relatório", disse Haddad.

Ainda segundo ele, os R$ 3,8 bilhões contingenciados poderão ser reavaliados caso a discussão sobre as compensações fiscais avancem no Senado. "Contingenciamento pode ser revisto. Bloqueio é mais difícil", completou a ministra do Planejamento, Simone Tebet, que também participou ontem da reunião dos ministros da Junta de Execução Orçamentária com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O objetivo da reunião foi buscar a mediação do presidente Lula para duas correntes dentro do governo: a que defende a expansão de gastos — e que queria um congelamento entre R$ 10 bilhões e R$ 16 bilhões, no máximo — e a equipe econômica, que estudava uma restrição maior. Indagado se Lula foi convencido da necessidade do corte, Haddad disse que "se estava fazendo o anúncio, é porque Lula foi convencido".

A contenção de R$ 15 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) foi, no geral, bem avaliada por especialistas, já que veio acima do piso de R$ 10 bilhões aventado por participantes do mercado financeiro. O valor, no entanto, ainda é considerado insuficiente para zerar o déficit fiscal. "O anúncio é bastante positivo e veio bem próximo do que prevíamos, de R$ 16 bilhões", disse Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. **Páginas A3, A4 e C1**

Mercado tem dia agitado com fiscal

Gabriel Roca, Victor Rezende e Gabriel Caldeira
De São Paulo

O mercado financeiro teve mais um dia agitado com a questão fiscal em foco. À espera de notícias sobre o tamanho do congelamento de despesas que o governo anunciaria, os ativos terminaram em terreno negativo — o dólar subiu para R$ 5,587. O anúncio do ministro Fernando Haddad (Fazenda), de que será feito contingenciamento e bloqueio no montante de R$ 15 bilhões, ocorreu na hora de fechamento dos mercados. Analistas avaliam que o efeito da notícia possa ser sentido hoje. O segmento de juros futuros, que encerra mais tarde, exibiu alguma melhora. A taxa do DI para janeiro de 2026, que estava em torno 11,4% no momento da fala do ministro, fechou em 11,31%. **Página C1**

Doença em ave no RS suspende exportações

Nayara Figueiredo e Rafael Walendorff
De São Paulo e Brasília

O governo suspendeu preventivamente os embarques de carne de frango, ovos e outros produtos avícolas a países importadores após a confirmação de um foco da doença de Newcastle em uma granja comercial no Rio Grande do Sul. Antecipando esse cenário, as ações dos frigoríficos foram duramente penalizadas na B3 ontem. Juntas, BRF, JBS, Marfrig e Minerva perderam R$ 6 bilhões em valor de mercado. A BRF foi a empresa mais atingida, ao perder R$ 3 bilhões, seguida pela JBS, dona da Seara, que perdeu R$ 1,8 bilhão. "As operações da BRF e da Seara provavelmente serão afetadas por um cenário de excesso de oferta nos mercados domésticos", disseram em relatório Gustavo Troyano e Bruno Tomazetto, do Itaú BBA. **Página B14**

Reeleição



JEAN-FRANCOIS BADIAS/AP PHOTO

Ursula von Der Leyen foi reeleita ontem pelo Parlamento Europeu para mais cinco anos na presidência da Comissão Europeia, o braço executivo do bloco econômico. Sua equipe já trabalha nos bastidores para avaliar possíveis tensões que possam surgir com os EUA no caso de uma vitória de Donald Trump na eleição de novembro. Pág. A15

Oferta da Sabesp tem procura recorde

Taís Hirata, Maria Luíza Filgueiras e Fernanda Guimarães
De São Paulo

A segunda etapa da oferta de privatização da Sabesp, em que foram oferecidas 17% das ações da companhia, trouxe forte demanda. O volume de pedidos, segundo fontes, deve bater um recorde para ofertas desse tipo. Analistas dizem que um dos fatores para a procura elevada foi o preço das ações, menor que seu valor em bolsa. Os papéis serão vendidos a R$ 67 — 18,3% abaixo da cotação de fechamento de ontem, de R$ 82,02. O pagamento por essa fatia da oferta alcançará R$ 7,9 bilhões.

O motivo do preço ter ficado baixo é que, pelo desenho da operação, o valor da primeira fase, oferecido pela Equatorial por 15% da empresa, funcionou como um teto para essa segunda etapa. A expressiva demanda em parte também foi inflada, com investidores reservando mais do que queriam devido à expectativa de que haveria rateio no leilão. Ao todo, a operação deverá somar R$ 14,8 bilhões. **Página B2**

Doadores democratas apostam em desistência de Biden

Agências internacionais

Grandes doadores do Partido Democrata acreditam que o presidente dos EUA, Joe Biden, está próximo de abandonar a corrida pela reeleição, depois que ameaçaram interromper o financiamento da campanha. Ao mesmo tempo, líderes graduados do partido têm ampliado o coro pela sua desistência. Analistas creem que a dúvida passa a ser quando ele anunciará sua saída. Entre os que começam a dar sinais de dúvida sobre as chances de Biden vencer estão Barack Obama e a ex-presidente da Câmara Nancy Pelosi.

Isolado em casa com covid-19, Biden estaria mais aberto à possibilidade de desistir da corrida presidencial. Pesquisas têm mostrado seu adversário republicano, Donald Trump, avançando nos Estados decisivos. Enquanto isso, na Convenção Nacional Republicana, Trump foi saudado, por mais de um orador, como o "leão americano", misticamente predestinado a vencer a morte para concluir a transformação do país. *(Com Eduardo Graça, de "O Globo").* **Páginas A15 e A18**

Destaques

Meta na EssilorLuxottica
A Meta, dona do Facebook, WhatsApp e Instagram, negocia a compra de uma participação de cerca de 5% na gigante de óculos EssilorLuxottica, empresa com a qual já mantém parceria para fabricar seus óculos inteligentes Ray-Ban, segundo o "The Wall Street Journal". O valor do negócio seria de aproximadamente € 4,5 bilhões. **B7**

Julgamento sem prazo na Rússia
O repórter americano Evan Gershkovich, do "The Wall Street Journal", preso na Rússia desde março do ano passado sob uma suposta acusação de espionagem — negada pelo profissional e pelo "WSJ" —, foi levado a nova audiência de seu julgamento, iniciado no fim de junho. Segundo um porta-voz, a investigação judicial foi concluída, mas não há prazo para um veredito. **A15**

Indicadores

Ibovespa	18/jul/24	-1,39 % R$ 20,7 bi
Selic (meta)	18/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	18/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	18/jul/24	5,5420/5,5426
Dólar comercial (mercado)	18/jul/24	5,5866/5,5872
Dólar turismo (mercado)	18/jul/24	5,6113/5,7913
Euro comercial (BC)	18/jul/24	6,0463/6,0492
Euro comercial (mercado)	18/jul/24	6,0883/6,0889
Euro turismo (mercado)	18/jul/24	6,1494/6,3294



Gastronomia



GABRIEL REIS/VALOR

Vegetais assumem protagonismo no menu de um número cada vez maior de restaurantes, como o paulistano Quincho, da chef Mari Sciotti. "As pessoas estão mais abertas para experimentar." EU&

Expansão do Porto de Santos gera disputa

Taís Hirata
De São Paulo

Operadores de contêineres do Porto de Santos têm travado uma disputa em torno dos planos de expansão da capacidade portuária, considerada em situação crítica. De um lado, as empresas de navegação Maersk e MSC, acionistas do terminal BTP (Brasil Terminal Portuário), tentam convencer o governo a tirar do papel o leilão de um novo terminal, o STS 10. De outro, Santos Brasil e Ecoporto, da Ecorodovias, têm sido contrários à licitação. O plano alternativo seria fazer o aumento de capacidade por meio da ampliação de terminais existentes. **Página B1**

INÊS 249

Violência Houve crescimento nos crimes contra mulheres, crianças e adolescentes, sobretudo em casa, aponta Fórum de Segurança Pública

Aumento de estelionato e golpes explicam redução de crime de rua

Ívina Garcia
São Paulo

A criminalidade tem abandonado as ruas e vem ocupando a internet, por meio de golpes virtuais e estelionatos, delitos que tem como principal objeto de porta de entrada o celular. Conforme o Anuário de Segurança Pública de 2024, ocorre um golpe a cada 16 segundos no Brasil. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira, 18, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O índice traz um resumo do cenário da segurança pública do ano de 2023. O relatório mostra o aumento de 8,2% nos crimes de estelionato, totalizando 1.965.353 registros desse delito somente no ano de 2023. A longo prazo, o crime de estelionato teve crescimento de 360% de 2018 a 2023.

A redução nos crimes de rua pode ser observada em seis diferentes modalidades de roubos, sendo aqueles que empregam violência ou ameaça: a estabelecimentos comerciais (18,8%); a residências (17,3%); a pedestres (13,8%); de cargas (13,2%); de veículos (12,4%); e de celulares (10,1%).

Por outro lado, o número de furtos de celulares — sem violência ou ameaça —, cresceram acima do número de roubos de aparelhos. Ao todo, foram 494.295 furtos contra 442.999 roubos registrados em delegacias em 2023. Os celulares se consolidam como porta de entrada para os crimes virtuais.

Para o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, esses números indicam uma mudança significativa na estrutura dos crimes contra patrimônio, com a redução de delitos prevenidos principalmente pelo policiamento ostensivo, dando lugar a modalidades que exigem uma maior investigação.

"Os crimes patrimoniais são um gatilho para o medo e a insegurança que afetam a sociedade, os empresários e o ambiente de negócios na economia brasileira", pontua Lima, ao indicar que a mudança de operação do crime escancara que o país continua longe de ter capacidade adequada de investigação para combater crimes virtuais. "Tanto na estrutura da sociedade quanto do poder público, abrangendo União, Estados e municípios", afirma.

Lima ressalta que a segurança pública enfrenta o desafio de reduzir as altas taxas de impunidade, resultantes da baixa capacidade de esclarecer crimes e punir criminosos. "Isso mostra a necessidade de melhorar a investigação criminal, a gente tem a Polícia Federal como uma referência, mas as polícias estaduais enfrentam situações precárias em termos de efetivo, estrutura e capacidade de esclarecer crimes", diz.

Outro ponto relevante que mostra essa mudança é a redução de 56,2% de adolescentes internados no sistema socioeducativo desde 2015, atualmente o país possui 11 mil adolescentes em meio fechado. "A redução acentuada neste número pode ser explicada pela mudança no modus operandi dos jovens, que passaram de roubadores de rua a especialistas em golpes financeiros e estelionatos virtuais", afirma.

Para Lima, o cenário geral é preocupante, apesar da redução de alguns crimes mais violentos e de homicídios (-3,4%), o país ainda lidera em número absoluto as mortes no mundo, com taxa de 22,8 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, quase quatro vezes maior do que a taxa mundial de homicídios, que é de 5,8 mortes por 100 mil habitantes, segundo dados das Nações Unidas.

Além disso, o cenário de disputa entre a polícia e as facções ainda geram insegurança na população. Ao todo, foram registradas 6.393 mortes por intervenções policiais em 2023. A taxa é de 3,1 por 100 mil habitantes. De acordo com o Anuário, o crescimento desses números desde 2013 foi de 188,9%.

Houve também um aumento nos crimes contra mulheres, crianças e adolescentes, majoritariamente cometidos no ambiente familiar. Todos os índices de violência contra mulher tiveram crescimento: agressões decorrentes de violência doméstica (9,8%); stalking (34,5%); ameaças (16,5%); violência psicológica (33,8%); tentativa de homicídio contra mulheres (9,2%); tentativa de feminicídio (7,1%).

O mesmo crescimento foi registrado no índice de violência contra crianças e adolescentes: abandono de incapaz (22,0%); abandono material (34,0%); pornografia infanto-juvenil (42,6%); exploração sexual infantil (24,1%); subtração de crianças e adolescentes (28,4%); maus Tratos (30,3%).

> "Implementar uma política de segurança sem dinheiro é impossível"
> *Samira Bueno*

"A segurança pública continua sendo um tema de grande preocupação para a sociedade e será um dos principais tópicos nas próximas eleições. As mudanças no perfil dos crimes refletem a necessidade de novas estratégias de segurança e proteção de dados", diz Lima.

Investimentos

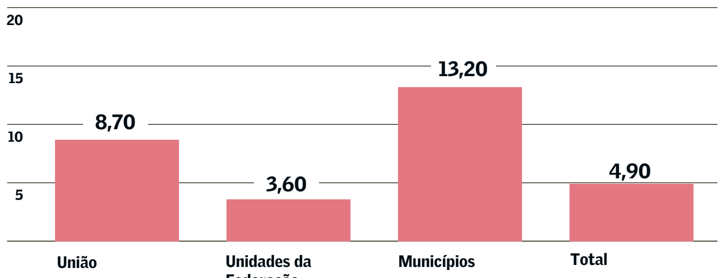
Os gastos com a segurança pública no Brasil chegaram a R$ 137,9 bilhões em 2023, um crescimento de 4,9% comparado com 2022. A maior participação nesse dado é dos municípios, com aumento de 13,2% nas despesas com segurança pública no período, devido aos gastos com as guardas civis municipais. O crescimento dos outros entes federativos, de 2022 para 2023, foi mais modesto: o da União subiu 8,7%; o das Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) 3,6%.

O Anuário destaca a mudança nos financiamentos oriundos dos Fundos do Ministério da Justiça. Entre 2017 e 2023 as despesas do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) caíram 48,6%, em contrapartida, o Fundo Nacional de Segurança Pública vem crescendo ano a ano, reforçado pela parcela da arrecadação das loterias, com crescimento de 140,8% no período. Ao todo, foram destinados R$ 2 bilhões no último ano.

"Implementar uma política de segurança sem dinheiro é impossível. Portanto, esse crescimento das despesas com segurança e a redução da violência letal desde 2018 podem sim ter alguma correlação", afirma a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno.

Segundo Bueno, o Fundo Nacional de Segurança Pública, embora não seja elevado, desempenha um papel importante, especialmente para estados menores. Apesar disso, é difícil compreender como os recursos estão sendo aplicados em âmbito estadual. "Um exemplo é o Estado do Amapá, que tem o maior gasto per capita em segurança pública há alguns anos e, ainda assim, é o Estado mais violento do país, com a maior taxa de mortes violentas. Isso mostra que, embora o dinheiro seja importante, não é a única variável", diz.

Gastos com segurança pública
Entre 2022 e 2023, em %



Cidades com maiores taxas de roubo e furto de celular (Taxa a cada 100 mil habitantes)

Manaus (AM)	2.096,30
Teresina (PI)	1.866,00
São Paulo (SP)	1.781,60
Salvador (BA)	1.716,60
Lauro de Freitas (BA)	1.695,80

Brasil: **461,5 mil**

Violência contra mulheres cresceu em 2023 (Crescimento em % com relação a 2022)

Agressões decorrentes de violência doméstica	9,8
Stalking	34,5
Ameaças	16,5
Violência psicológica	33,8
Tentativa de homicídio contra mulheres	9,2
Tentativa de feminicídio	7,1

Violências contra crianças e adolescentes 2022/2023 (Crescimento em % com relação a 2022)

Abandono de incapaz	22,0
Abandono material	34,00
Pornografia infanto-juvenil	42,60
Exploração sexual infantil	24,10
Subtração de crianças e adolescentes	28,40
Maus-tratos	30,30

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

Demanda por diesel deve crescer 25% em dez anos

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A demanda pelo diesel (com mistura de biodiesel) deve crescer 25% até 2034, apesar das perspectivas de aumento da participação da eletrificação de veículos e do uso de gás natural (e do biometano). A projeção é da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresentada hoje por Marcelo Cavalcanti, superintendente adjunto de derivados de petróleo e biocombustíveis da estatal, em evento da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) em São Paulo.

Esse crescimento deve ser puxado pelo transporte rodoviário, segundo Cavalcanti. O número considera que em março de 2025 entrará em vigor a mistura de 15% do biodiesel, mas não inclui a demanda potencial por biodiesel para uso em navios em rotas internacionais. Segundo o especialista, essa demanda seria de 1 bilhão de litros no período.

Os dados indicam que a demanda pelo combustível deve crescer mais do que a oferta. Segundo a EPE, a produção de diesel deve aumentar 12% até 2030, consequência de uma ampliação de 7% na capacidade de refino brasileiro, e de um crescimento esperado de 66% na capacidade de produção de biodiesel. Com isso, a oferta do ciclo diesel deve crescer 20%, segundo Cavalcanti.

Como resultado, o Brasil deve continuar dependente de importações de diesel, ao menos pelo próximos dez anos, próximo aos níveis atuais de 25%. Nas projeções da EPE, a necessidade de importação deve até crescer até 2028, cair em 2030 e depois voltar a subir até 2034. Neste período, a perspectiva de importação líquida de diesel A é de aumento de 36%.

O superintendente ressaltou que os números representam tendências e podem variar, considerando os potenciais de cada alternativa de rota tecnológica, inclusive de outros modais, como o ferroviário. As projeções já consideram, portanto, que há maior possibilidade de adoção de alternativas de eletrificação em frotas leves, semileves e médias, enquanto nas frotas pesadas a perspectiva é mais favorável para o gás natural e o biometano.

A participação dos veículos elétricos leves e médios hoje é de 15%, enquanto os veículos a gás natural representam 1,3% da frota pesada. Os elétricos representam 20% dos licenciamentos, mas Cavalcanti ressaltou que esse número apenas contribui com o estoque da frota existente.

Ele observou que as alternativas ao combustível derivado do petróleo enfrenta desafios, como custos elevados, entre outros.

Consumo das famílias recua em julho, diz CNC

Alessandra Saraiva
Do Rio

Influenciada por menor ímpeto de consumo entre famílias de menor renda, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) caiu 0,2% em julho ante junho, para 101,5 pontos informou ontem Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

De acordo com a entidade, esse é primeiro resultado negativo desde o começo do ano da ICF, apurada mensalmente pela CNC. Na comparação com julho do ano passado, no entanto, houve aumento de 2,3% no indicador, em julho desse ano. No entanto, essa expansão, na comparação com igual período de ano anterior, foi menor taxa desde junho de 2021.

A entidade detalhou também que, nas famílias com renda abaixo de 10 salários mínimos, o ICF caiu 0,4% — mas, nas com renda superior a 10 salários, o indicador subiu 0,3%, no mês. No mesmo sentido, a perspectiva de consumo nos próximos meses aumentou 0,4% entre os brasileiros com maior renda; e reduziu 1% entre os de menor renda, detalhou ainda a organização.

O panorama da intenção de consumo também foi predominantemente negativo, nos sete tópicos usados para cálculo do ICF. Deles, cinco apresentaram recuo, em julho ante junho. É o caso das quedas observadas em emprego atual (-0,4%); perspectiva profissional (-1%); perspectiva de consumo (-0,6%); acesso ao crédito (-0,6%); e nível de consumo atual (-0,4%). Houve dois aumentos, nessa comparação, para renda atual (0,2%); e momento para duráveis (1,6%).

Na comparação com julho do ano passado, no entanto, apenas um tópico apresentou recuo. É o caso de perspectiva profissional (-6,6%). Os outros apresentaram aumentos, como emprego atual (1,5%); renda atual (6,8%); nível de consumo atual (5,3%); perspectiva de consumo (0,2%); acesso ao crédito (3,1%) e momento para duráveis (10,4%).

"Mesmo com o desaquecimento do mercado de trabalho e as consequências que isso traz para os próximos meses, ainda há boas perspectivas para a venda de bens duráveis", observou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, em comunicado sobre o indicador.

A CNC detalhou ainda que a crise climática, vivida pelo Rio Grande do Sul em maio, teve forte impacto na intenção de consumo, no Estado em julho. Na localidade, o ICF caiu 4% em julho ante junho, queda menos intensa, no entanto do que a observada em junho ante maio (-4,7%).

Ainda sobre o Rio Grande do Sul, a CNC informou que a percepção de momento para compra de duráveis caiu 8,6% em julho ante junho, no Estado.

Curta

Equilíbrio fiscal

O governo federal abriu a possibilidade de os Estados, municípios e Distrito Federal fazerem o pedido de adesão ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal até o dia 30 de novembro. Antes, a solicitação precisaria ser feita até 31 de outubro. A ampliação de prazo será admitida para quem já está submetido à análise fiscal no processo administrativo de avaliação das metas e dos compromissos de programas de ajuste.

valor.com.br
Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Contas públicas Número atende o desejo de uma ala do governo que previa paralisação da máquina pública em caso de corte maior

‘Contenção’ de R$ 15 bilhões fica ‘dentro do arcabouço’, diz Haddad

Renan Truffi, Fabio Murakawa e Julia Lindner
De São Paulo

Após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quinta-feira, 18, que o governo federal decidiu fazer uma “contenção” de aproximadamente R$ 15 bilhões no Orçamento deste ano, como forma de garantir o cumprimento da meta de déficit fiscal entre zero e 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Deste total, R$ 11,2 bi se referem a bloqueio enquanto R$ 3,8 bilhões serão contingenciados.

“Vamos ter que fazer uma contenção de R$ 15 bilhões para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço”, disse Haddad. “São R$ 11,2 bi de bloqueio em virtude do excesso de dispêndio e R$ 3,8 bi de contingenciamento, em virtude da receita, particularmente em função do fato de que não foram resolvidos os problemas pendentes no STF”, complementou o titular da Fazenda, ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

O anúncio foi feito após apresentação da Junta de Execução Orçamentária (JEO) a Lula. Além de Haddad e Tebet, compõem o colegiado os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Gestão, Esther Dweck. Outros integrantes das pastas participaram do encontro.

A divulgação sobre a contenção de despesas era aguardada para segunda-feira (22), quando o governo publicará o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre. Mas foi antecipada em meio à expectativa sobre as medidas de ajuste fiscal.

Bloqueio e contingenciamento são dois tipos de restrições temporárias de gastos, que atendem a diferentes regras do novo arcabouço fiscal. O bloqueio ocorre quando as despesas do governo aumentam mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da inflação. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário.

> “Ele [Lula] já foi convencido lá atrás. Hoje foi fácil. Está muito fácil”
> *Simone Tebet*

Segundo Haddad, o relatório que será divulgado na segunda-feira vai detalhar esses números e indicará déficit fiscal “perto da banda”, entre zero e 0,25% do PIB, intervalo de tolerância do arcabouço. “Fica dentro da banda, entre zero e 0,25% [do PIB]. Lembrando que nesse exercício que a Receita fez ela não está considerando nesse momento os efeitos da compensação prevista pela decisão do STF. Vai ser próximo do teto da banda, nesse relatório”, disse Haddad, referindo-se à decisão da Corte de adiar o prazo para o acordo entre governo e Congresso sobre a compensação da desoneração da folha de pagamentos de setores intensivos em mão de obra, defendida por empresas e sindicalistas.

O ministro explicou que os R$ 3,8 bi contingenciados podem vir a passar por “reavaliação” caso as negociações em torno de compensações avancem no Senado. Já a reversão do bloqueio, embora tecnicamente possível, dependeria de uma redução extraordinária de despesas, o que é considerado mais difícil.

O objetivo da reunião era conciliar duas visões distintas. Integrantes da ala desenvolvimentista do governo defendiam limitar o bloqueio a pouco mais de R$ 10 bilhões, enquanto a equipe econômica — com apoio da articulação política do Executivo — estudava restrição maior.

Segundo o **Valor** apurou, a ala que defende expansão de gastos argumentou junto ao presidente, que o corte deveria girar em torno de R$ 10 bi ou R$ 16 bi, no máximo. Acima disso, o risco seria afetar o funcionamento da máquina pública. Na avaliação desse grupo, uma retenção de R$ 20 bilhões ou mais seria capaz de obrigar alguns órgãos a paralisar as atividades.

Para o ano que vem, o governo continua a prever cortes de R$ 25,9 bilhões na proposta orçamentária, afirmou Haddad. O ministro também respondeu a questionamentos se Lula havia sido convencido sobre a necessidade de contenção de gastos.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, intercedeu: “Ele já foi convencido lá atrás, hoje foi muito fácil. Está muito fácil”, afirmou. Em seguida, Haddad disse que se estava dando o anúncio é porque Lula havia sido convencido.

Mais sobre o corte na página A4

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Fernando Haddad: "Fica dentro da banda, entre zero e 0,25% [do PIB]"

INÊS 249

Brasil

Contas públicas Mesmo tendo ficado maior que a projeção de apenas R$ 10 bi, restrição de gastos é considerada insuficiente para cumprir meta fiscal

Acima do esperado, corte é bem aceito por economistas

Anaïs Fernandes, Marcelo Osakabe e Ívina Garcia
De São Paulo

A contenção de R$ 15 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi, em geral, bem avaliada pelos economistas, já que veio acima do piso de R$ 10 bilhões aventados por agentes do mercado. O valor, no entanto, ainda é considerado insuficiente para garantir o cumprimento da meta zero de resultado primário este ano. Os analistas também aguardam a divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas primárias do Tesouro Nacional, na próxima segunda-feira, para entender a consistência do ajuste.

O bloqueio de R$ 11,2 bilhões em despesas não obrigatórias "foi um movimento positivo, que deve reduzir o risco fiscal de descumprimento do limite de despesas", diz Tiago Sbardelotto, economista da XP. "Em nossa avaliação, seria necessário um bloqueio de R$ 16 bilhões [para o ano], e uma parte importante desse valor vai ser feito agora, o que torna menos custoso ajustes adicionais menores", afirma.

Por outro lado, o contingenciamento de R$ 3,8 bilhões ainda parece insuficiente para Sbardelotto. "Para atingir a meta, considerando um empoçamento, vemos necessidade de um corte maior, de R$ 25,5 bilhões", diz.

Quando o desempenho das receitas é mais fraco do que o esperado, o governo pode compensar realizando um congelamento de despesas discricionárias, que é o contingenciamento. Já se a estimativa de despesa total excede o montante permitido pela regra fiscal por causa do crescimento excessivo dos gastos obrigatórios, o governo realiza um bloqueio de despesas discricionárias.

"O bloqueio é uma mudança na composição dos gastos, um jogo de 'soma zero' entre itens obrigatórios e discricionários. Já o contingenciamento, tudo o mais constante, resulta em diminuição das despesas totais", explica Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. No fim, ambas as medidas implicam cortes de despesas não obrigatórias, mas o contingenciamento é o que afeta, de fato, o resultado primário.

Em conjunto, o anúncio de ontem do governo dá conta de um ajuste de R$ 15 bilhões.

Entre bloqueio e contingenciamento, Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, esperava um número maior, de R$ 19,5 bilhões. Para ele, a composição do que foi divulgado indica que pouco foi alterado na linha de receita.

As previsões de arrecadação com novas regras no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e nas transações tributárias, que somam quase R$ 90 bilhões, por exemplo, não devem ter mudado, aponta. Até o momento, porém, não houve entrada significativa dessas receitas, observa.

"O mercado deve ser positivo [na sua reação] na margem, mas está longe de resolver o problema, porque há uma incerteza considerável sobre se o governo conseguirá esse volume de receita", afirma.

Com o bloqueio de R$ 11,2 bilhões, o ajuste parece ter sido feito mais pelo lado do gasto, diz Leal. Sua suspeita é que o principal vetor tenha sido a reavaliação para cima nas despesas obrigatórias com Previdência e assistência social, duas rubricas que estavam crescendo muito, segundo ele.

Se, no entanto, a receita fosse ajustada nos pontos do Carf e das transações tributárias e a despesa tivesse regulagem mais rigorosa, com o cumprimento do centro da meta de déficit, bloqueio e contingenciamento estariam na casa dos R$ 50 bilhões, estima Leal.

O anúncio do governo veio mais próximo das estimativas da Warren Investimentos, de um congelamento de R$ 16 bilhões, e foi considerado "bastante positivo" pelo economista-chefe Felipe Salto. Na sua avaliação, foi um sinal de que o governo quer cumprir a promessa de atender às metas estabelecidas no novo arcabouço fiscal.

A Warren estima que, para isso, é necessário um corte de R$ 26,8 bilhões em despesas discricionárias este ano. Com a contenção de R$ 15 bilhões, restam R$ 11,8 bilhões a serem congelados, o que ainda poderá ocorrer nas próximas edições do relatório de avaliação bimestral, em setembro e novembro.

> "Governo não mirou o centro da meta de resultado primário"
> *Ana Paula Vescovi*


SILVIA ZAMBONI/VALOR
Roberto Secemski, do Barclais: "Bloqueio é um jogo de 'soma zero' entre itens obrigatórios e discricionários"

Salto calcula que, no relatório de julho, o governo deve ter esticado a projeção de déficit primário em 2024 de R$ 14,5 bilhões para R$ 28,8 bilhões — equivalente a um déficit de 0,25% do PIB, o limite da regra —, contingenciando o necessário para preservar essa banda. Dos R$ 14,3 bilhões que entraram na previsão de déficit, Salto estima que R$ 2,5 bilhões foram aproveitados do espaço que ainda havia, segundo o arcabouço atual, para as despesas totais crescerem, e outros R$ 11,8 bilhões envolveram redução na projeção de receita líquida. Somada ao contingenciamento de R$ 3,8 bilhões, a revisão de receita líquida projetada deve ter sido de R$ 15,6 bilhões, segundo Salto.

Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro, também diz, em um comentário, que "explicitamente, o governo não mirou o centro da meta de resultado primário". O Santander cravou a projeção de um ajuste de R$ 15 bilhões na avaliação de julho.

"Vemos como positiva a sinalização inicial (dentro do possível) e é muito provável a necessidade de superar importantes desafios para a consolidação fiscal à frente. Ou seja, a dose foi comedida, mas na direção correta", escreve Vescovi.

O resultado fiscal para o fim do ano ainda terá desafios à frente, a depender, segundo ela, da contenção dos gastos com a Previdência, da evolução da arrecadação com medidas extraordinárias, como as mudanças no Carf, e da questão da desoneração da folha de pagamento.

Ao entregar um ajuste "no meio do caminho", o governo conseguiu comprar algum tempo, mas está longe de resolver o problema, diz Leal, da ARX. "É um jogo de ganhar tempo, e o Haddad conseguiu vencer essa batalha, mas está longe de ter vencido a guerra. O orçamento ainda tem muitos problemas que precisam ser corrigidos", afirma.

Economistas ponderam ser preciso aguardar o detalhamento do relatório de julho, no dia 22 de julho, para entender quais despesas obrigatórias foram reestimadas para cima e quais receitas foram revisadas para baixo.

"O relatório anterior estava pouco realista, há nível maior de despesa com a manutenção da desoneração da folha e receita menor por pouca entrada via Carf, logo, estava clara a necessidade de ajuste via bloqueio mais contingenciamento. Resta saber o quão realista o relatório da semana que vem será. Acreditamos que será pouco mais realista", escreve, em comentário, Leonardo Costa, economista doASA

Para Secemski, do Barclays, foi positivo a equipe econômica já ter antecipado que não foram incluídas medidas do "pente-fino" em benefícios no cálculo das despesas obrigatórias que serão ajustadas, "já que o tempo para entregar resultados relevantes em 2024 parece exíguo, o que poderia gerar questionamentos por parte do mercado", afirma o economista.

Sbardelotto, da XP, também diz que "há diversas informações e premissas que o governo pode ter adotado quando da atualização da estimativa de receitas" e que "é preciso avaliá-las para se ter maior clareza de quanto o governo avançou rumo a um cenário que consideramos mais realista", afirma.

Fazenda mantém estimativa para PIB e eleva a do IPCA

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O Ministério da Fazenda manteve em 2,5% sua estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024, enquanto alterou de 3,70% para 3,90% a projeção para a inflação oficial do país em 2024, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os novos números foram divulgados ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta no Boletim Macrofiscal, que contém a nova grade de parâmetros macroeconômicos. Apesar da manutenção na projeção de crescimento, a Fazenda avalia que há espaço para revisão para cima até o final do ano.

Para 2025, a projeção, sempre de crescimento, foi reduzida em 2,8% para 2,6%. Segundo a SPE, essa revisão para baixo repercutiu a pausa no corte de juros pelo Banco Central (BC).

Um pouco antes da divulgação, o ministro Fernando Haddad já havia sinalizado que não haveria mudanças nas projeções de crescimento ao informar que pediu "parcimônia" para secretaria da pasta na hora de revisar a projeção oficial para o desempenho da economia neste ano.

"Estamos recebendo informações e dados que sustentariam reprojeção, mas pedi cautela para avaliar bem se essa reprojeção deve ser feita e quando deve ser feita", comentou Haddad. Segundo o ministro, os dados da economia estão "vindo muito bem, consistente".

O Boletim Macrofiscal serve como baliza para a reavaliação do Orçamento deste ano, incluindo os cálculos de contingenciamento e bloqueio de recursos, necessários para a União cumprir a meta de resultado primário e o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal, respectivamente.

A projeção mais alta para a inflação neste ano leva em consideração os impactos do câmbio mais depreciado, os reajustes recentes anunciados para os preços da gasolina e do GLP (botijão de gás) e também os efeitos da calamidade no Rio Grande do Sul nos preços. Já para 2025, a previsão de inflação foi revisada para cima para incorporar a expectativa de maior cotação do dólar.

A SPE estimou que a calamidade pública no Rio Grande do Sul deve ter um impacto negativo no PIB brasileiro de 0,25 p.p. este ano. De outro lado, medidas de auxilio tomadas pelo governo federal ao estado gaúcho devem adicionar ao PIB de 0,2 a 0,3 p.p. ao longo deste e dos próximos trimestres de 2024.

Segundo a pasta, agropecuária e indústria de transformação deverão ser setores mais afetados pela calamidade no Estado. A Fazenda aponta, por outro lado, que os efeitos negativos no PIB "tendem a ser compensados, ao menos em 2024, pelas medidas de suporte às empresas e pelas transferências diretas às famílias e aos governos estadual e municipais". "Os impactos mais negativos da calamidade sobre a atividade deverão aparecer no PIB do segundo trimestre, sendo compensados nos trimestres seguintes", apontou a SPE.

Guilherme Mello, secretário de Política Econômica, avaliou que caso os dados sobre os setores do comércio e serviços e sobre o mercado de crédito continuem vindo melhor do que o esperado, é possível que haja uma revisão para cima da estimativa para crescimento do PIB deste ano.

"Claro que há possibilidade [para crescer mais do que 2,5%]. Temos alguns dados positivos, obviamente se eles continuarem vindo nesse campo [podemos revisar]. Temos que aguardar", disse Mello.

Em relação aos demais índices de inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deve ficar em 3,65% neste ano, enquanto a projeção anterior, divulgada em maio, era de 3,50%. Para 2025, a projeção é 3,15% (3,10%).

Por sua vez, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getulio Vargas (FGV), deve fechar este ano em 3,60% (3,5%). Para 2025, a projeção foi mantida em 4%.

Obras do PAC já iniciadas não serão afetada por restrição do gasto, diz Tebet

Estevão Taiar
De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que as obras já iniciadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão preservadas de contingenciamento e bloqueio de recursos. A declaração foi dada na manhã de quinta-feira (18) em entrevista ao vivo para a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), antes da reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO). Tebet também comentou o cenário fiscal para o ano que vem e afirmou que alcançar a meta de zerar o déficit primário é uma "ginástica" difícil.

Ao avaliar a perspectiva para o PAC, a ministra afirmou que eventuais retenções afetarão apenas obras que ainda não foram iniciadas. Ela disse ainda que as obras ligadas à integração regional "não vão impactar [o quadro] fiscal, não vão criar dívida para o país, porque já estão todas previstas" no orçamento do programa. Obras na área de saúde e educação também serão preservadas.

Segundo a ministra, "o grande exercício [do Ministério do Planejamento e Orçamento] é equilibrar" responsabilidades fiscal e social, "não gastar demais ou de menos".

"Essa é determinação" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse. De acordo com a ministra, "quem paga o preço [do desequilíbrio fiscal] são as pessoas que mais precisam".

Sobre o quadro fiscal, Tebet destacou que o governo terá que cortar gastos, "mas naquilo que está sobrando: fraudes, erros". A referência é ao pente-fino que o governo planeja para o Orçamento de 2025.

Tebet disse, por exemplo, que por causa do mercado de trabalho aquecido "muita gente que precisava do Bolsa Família não precisa mais, está empregado". Com a revisão dessas fraudes e desses erros, o governo federal conseguiu economizar R$ 12 bilhões, segundo ela.

A ministra ainda garantiu que o governo federal "não vai acabar com" o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que "é uma política sagrada". Apesar das medidas de ajuste, reconheceu o desafio para zerar o déficit em 2025. "É uma ginástica um pouco difícil. É uma conta matemática que parece ser simples, mas não é."

IFI considera positiva sinalização de corte de R$ 26 bi para o próximo ano

Estevão Taiar
De Brasília

A sinalização dada pelo governo federal de que cortará R$ 25,9 bilhões em despesas no ano que vem é positiva, por evitar o aumento, por mais de um canal, "dos desafios atuais para o reequilíbrio da dívida pública". A afirmação foi feita ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI) em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de julho.

"O recente alívio nas cotações do real, em resposta à sinalização do governo sobre o compromisso com o arcabouço fiscal, é positivo para mitigar o aumento das expectativas de inflação", diz o órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado. "Isso poderia reduzir a necessidade de um aperto monetário mais agressivo por parte do Banco Central, evitando um cenário de juros ainda mais restritivo para a atividade econômica."

Assim, "a concretização de um cenário com juros mais altos amplificaria os desafios atuais para o reequilíbrio da dívida pública, especialmente em razão da perspectiva de aumento do déficit nominal, da redução dos investimentos e do crescimento econômico".

Nos cálculos da IFI, se as expectativas de inflação convergirem para 3%, meta estabelecida pelo BC, a Selic em termos anuais poderia encerrar 2026 em 8%. Atualmente, o mercado projeta a Selic, sempre em termos anuais, em 9% no fim de 2026, segundo a edição mais recente do Boletim Focus.

Se as expectativas de inflação caminhassem para 4,5%, que é o limite superior da banda da meta, a Selic terminaria 2026 em 10,8%.

A Selic está em 10,5%. Já as expectativas de inflação do mercado estão em 3,9% para o ano que vem, também segundo o Focus.

A IFI também afirma que o governo federal precisará realizar esforço fiscal equivalente a 0,25% do PIB para o resultado primário ficar dentro do intervalo estabelecido para este ano. A quantia equivale a aproximadamente R$ 28 bilhões.

A IFI projeta que o governo federal terá déficit primário de 0,5% do PIB neste ano, já incluindo gastos com as enchentes no Rio Grande do Sul. Como a meta de resultado primário para 2024 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto do PIB, será necessário ajuste de pelo menos 0,25 ponto do PIB.

INÊS 249

Infraestrutura Aumento do custo que compõe o preço da energia da usina é superior ao valor previsto para devolução ao consumidor

‘Cashback’ de Itaipu não evitará alta de tarifa, dizem especialistas

Robson Rodrigues e Fábio Couto
De São Paulo e do Rio

Após o anúncio do acordo entre Brasil e Paraguai sobre o aumento de 15,4% da tarifa da usina de Itaipu Binacional para o ano de 2024 com relação a tarifa de 2023 e da promessa de que o reajuste não teria impacto na conta dos consumidores brasileiros, um grupo de especialistas dizem que o “cashback” (devolução financeira de recursos previamente cobrados) não será suficiente para anular o impacto nas contas de energia.

Em maio, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD/MG), reuniu-se com o presidente do Paraguai, Santiago Peña. Selaram acordo para elevar a tarifa da energia produzida na usina, passando de US$ 16,71 por quilowatt (kW) em 2023 para US$ 19,28 por kW de 2024 a 2026. Silveira garantiu que não haveria alta para os consumidores, pois o lado brasileiro da usina reembolsará US$ 301 milhões para o triênio que serão abatidos do plano de investimentos da parte brasileira.

A promessa não convenceu os especialistas. O aumento pode ser maior do que o cashback previsto. A tarifa de Itaipu para concessionárias de energia no Brasil é definida a partir do Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade (Cuse), tripé que inclui a dívida contraída para a construção, pagamento de royalties e despesas de exploração.

Em fevereiro de 2023, Itaipu pagou a última parcela e quitou a dívida histórica da construção, que representava cerca de 60% dos custos da estatal. Como o Tratado de Itaipu estabelece que a hidrelétrica não pode ter lucro, a expectativa era que o fim da dívida resultasse em redução da tarifa para mais de 100 milhões de consumidores brasileiros.

Não foi o que aconteceu. Os dados da empresa mostram que, entre 2022 a 2024, as despesas de exploração — a única componente que se eleva quando a Cuse sobe via negociação binacional — cresceram na medida em que a dívida de construção foi desaparecendo.

No orçamento divulgado pela empresa para 2024, já considerando o acordo internacional entre os dois países, o Cuse é de US$ 2,81 bilhões (R$ 15,4 bilhões), dos quais US$ 527,2 milhões são destinados a pagamento de royalties. As despesas de exploração aumentaram de US$ 1,51 bilhão em 2023 para US$ 2,17 bilhões em 2024.

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), estatal responsável pela contratação do Brasil com a Itaipu, informou ao **Valor** que contratou 80,5% da potência da hidrelétrica. Isso implica que os consumidores brasileiros do mercado cativo terão que assumir 80,5% do aumento — US$ 531,3 milhões.

O ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e colunista do **Valor**, Edvaldo Santana, diz que a ideia do cashback é interessante para que se evite impacto ao consumidor brasileiro, mas ele pondera que o governo precisa esclarecer melhor de onde sairão os recursos. “Para que haja o ‘back’, antes alguém precisa mostrar que existe o ‘cash’, e isso ainda não ficou claro”, ironizou.

Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional dos Consumidores, menciona que o tratado define como o custo de Itaipu deve ser calculado. Segundo ele, não há margem para negociações políticas neste processo.

“Desde a assinatura do Tratado, há 50 anos, já fora determinado que ao se concluir o pagamento das despesas financeiras dos empréstimos contraídos para a construção da usina, a tarifa de Itaipu para brasileiros e paraguaios deveria ter uma queda proporcional à participação dos custos financeiros no Cuse, ficando entre US$ 10 por kW e US$ 12 por kW”, diz. “O governo brasileiro presta um desserviço e um desrespeito aos consumidores de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”, acrescenta.

O também ex-diretor da Aneel, Jerson Kelman, é outro que não concorda com o cálculo e é categórico ao afirmar que nenhuma negociação precisaria ter sido feita. Para ele, o acordo do ministro Silveira só deveria ter sido fechado depois da aprovação por ambos os Congressos, de Brasil e Paraguai.

> “Brasil fez desnecessárias negociações com o Paraguai sobre a tarifa de Itaipu”
> *Jerson Kelman*

Kelman lembra que nos últimos três anos, “o Brasil fez desnecessárias negociações com o Paraguai sobre a tarifa de Itaipu para empilhar gastos socioambientais” no orçamento da usina que nada têm a ver com a operação, o que triplicou do custo, de US$ 700 milhões para US$ 2,17 bilhões por ano.

“Metade das bondades socioambientais de Itaipu beneficia os brasileiros do Paraná, Mato Grosso do Sul e, em recente decisão, de Belém do Pará. A outra metade, os paraguaios. Mais de 80% desta festa é paga pelos consumidores de energia elétrica do mercado cativo do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e uma pequena parte pelos paraguaios”.

Procurada, a Itaipu disse que os números estão em desacordo com as regras de composição das bases financeiras da Prestação de Serviço de Eletricidade da entidade, por não levarem em conta todos os componentes do Cuse. A estatal reafirmou seu compromisso em compensar a diferença do Cuse, de US$ 16,71/kW mês para US$ 19,28/kW mês, nos anos de 2024 a 2026, “através do repasse estimado de cerca de US$ 300 milhões por ano para a Conta de Comercialização de Itaipu”.

Já o Ministério de Minas e Energia disse que o “custo unitário do serviço de eletricidade de Itaipu manter-se-á constante, até 2026, no patamar de US$ 19,28/kW/mês”. Adicionalmente, ficaram estabelecidos repasses do orçamento de Itaipu Binacional para a ENBPar, de modo a manter a tarifa percebida pelos consumidores brasileiros. “Ou seja, pelo lado brasileiro, a tarifa continuará em US$ 16,71, viabilizando o valor final de venda pela [agência reguladora] Aneel (R$ 205 MWh)”.

Em recente entrevista ao **Valor**, o presidente da ENBPar, Luís Fernando Paroli, também disse que o cashback seria suficiente. Segundo ele, os estudos indicam que são suficientes, com a previsão para os anos de 2024, 2025 e 2026 e há uma queda nesse valor, já que no no acordo o Paraguai se comprometeu a aumentar o seu consumo de potência ao longo dos anos.

“Então há uma tendência de queda deste valor que foi calculado. É claro que são feitas estimativas, pois a gente não sabe o quanto vai chover, o quanto de água vai ter e o quanto de energia vai gerar, mas são feitas estimativas e nossos técnico chegaram àqueles números e estamos confiantes que estão corretos”, diz.

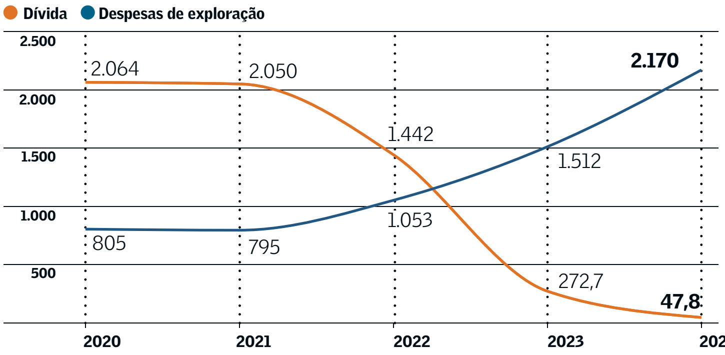
Diante da controvérsia, a reportagem do **Valor** solicitou à TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, que realizasse o cálculo. O resultado reforça a tese de que os US$ 301 milhões propostos pelo governo não serão suficientes para cobrir a diferença na tarifa combinada entre os dois países. Helder Sousa, diretor da empresa, também destaca que na projeção da potência a ser contratada pelo Brasil, foi considerado um aumento anual de 10% na demanda contratada pelo Paraguai. Ou seja, o Paraguai vai ter menos para vender ao Brasil.

A diretora técnica da consultoria PSR, Angela Gomes, explica que a diferença entre a tarifa de Itaipu acertada com o Paraguai de US$ 19,28 por kW e a tarifa de 2023 de US$ 16,71 por kW resulta numa conta aos brasileiros de US$ 310 milhões, de modo que o cashback proposto praticamente anula esse custo.

No entanto, ela ressalta que “como em 2024 não há mais a parcela residual da dívida de US$ 272 milhões que existiu em 2023, a tarifa neste ano poderia estar caindo proporcionalmente à esta redução da dívida”, diz Gomes.

Os gastos de Itaipu têm gerado reações de antigos dirigentes da empresa, como o ex-diretor-geral da usina, Altino Ventura, e do antigo conselheiro da hidrelétrica, José Luiz Alquéres. Este último critica as negociações tarifárias que, segundo ele, “impõem custo desproporcional aos consumidores brasileiros, constituem grave violação do espírito original do Tratado e um crime de Lesa-Pátria, passível de ser imputado aos altos executivos brasileiros”.

Menos dívidas, mais despesas
Evolução dos custos - em US$ milhões



Fonte: Itaipu Binacional

INÊS 249

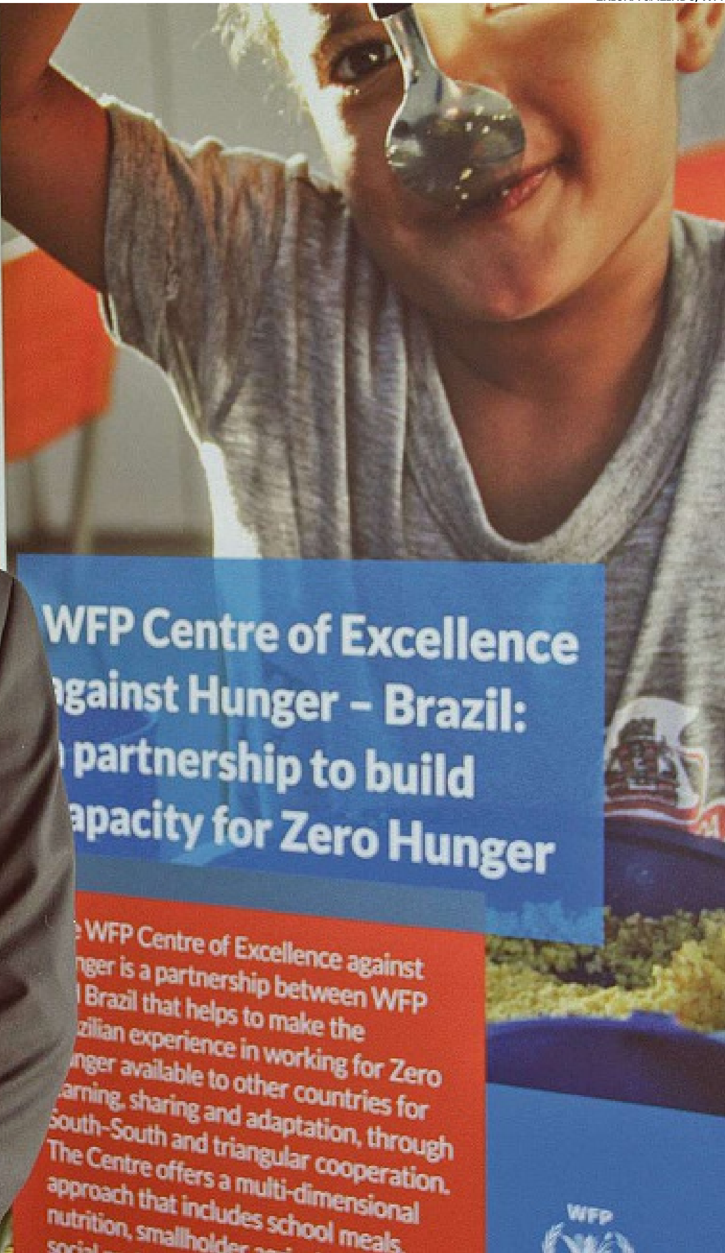
Relações externas Proposta de incluir pequeno produtor rural faz parte de cesta de ações no G20

Aliança Global quer incentivo à agricultura familiar contra fome e pobreza



Alice Cravo
"O Globo", de Brasília

ERICKA GALINDO/WFP

Daniel Balaban: "Metade das pessoas no planeta vive de terra, ou é ligada à terra; se você quer realmente inserir as pessoas, tem que trabalhar com os agricultores"

O combate à fome vai além da distribuição de alimentos. As políticas e estratégias que vêm sendo desenhadas pela presidência brasileira no G20 (grupo de 19 grandes economias globais, mais a União Europeia e a União Africana) também visam à integração social e econômica dos mais pobres e de pequenos produtores, de modo a incluí-los no mercado nacional e global de alimentos.

A principal iniciativa é a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que será lançada em 24 de julho. O programa terá uma cesta de propostas com eficácia comprovada no combate à fome e à pobreza e será aberto para a adesão de qualquer país do mundo. O lançamento ocorrerá durante a reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro, na sede nacional da Ação da Cidadania, uma organização não governamental (ONG) voltada para o combate à insegurança alimentar.

O programa terá uma cesta de propostas com eficácia comprovada no combate à fome e à pobreza e será aberto para a adesão de qualquer país do mundo. O lançamento será durante a reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro, na sede nacional da Ação da Cidadania, uma organização não governamental (ONG) voltada para o combate à insegurança alimentar.

Durante as discussões para a criação da aliança, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina que 30% dos produtos adquiridos sejam de produtores locais, foi apontado como um dos que têm maior impacto na redução da fome e da pobreza, com um retorno significativo de investimento.

A estimativa apontada pelo G20 é que a cada US$ 1 investido haja um retorno de nove vezes o valor com a redução de danos em outras áreas sociais. O PNAE é um dos maiores programas de acesso à alimentação do Brasil e virou vitrine mundial.

Saulo Ceolin, cocoordenador da Força-Tarefa do G20 para o estabelecimento da Aliança Global, aponta que a maior parte das 730 milhões de pessoas que passam fome no mundo estão concentradas no campo e que, por isso, há uma conexão essencial do fortalecimento da agricultura familiar com o esforço de combate à fome.

"Vamos prever na cesta políticas que são de incentivo à produção da agricultura familiar, como a da alimentação escolar no modelo brasileiro. Há ainda políticas no modelo do Cadastro Único, o Bolsa Família, que são instrumentos ou políticas que atendem esse fim, mas não são voltadas especificamente para isso", afirma.

> "Vamos prever políticas de incentivo à produção da agricultura familiar"
> *Saulo Ceolin*

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é tido como uma "clássica política" que une combate à fome com inclusão social. Seu modelo também estará na cesta da Aliança Global Contra a Fome e à Pobreza.

Agricultores no CadÚnico

O PAA realiza compra direta de alimentos da agricultura familiar e os destina para pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional e para a rede de socioassistencial, como restaurantes comunitários e cozinhas solidárias.

Lilian Rahal, secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS) destaca que o programa gerou a inclusão de uma diversidade de público, como indígenas e quilombolas, e fez com que agricultores familiares passassem a ter acesso aos mercados de consumo. Hoje, mais de 60% dos agricultores familiares são mulheres e 70% estão na base do Cadastro Único.

"Se tem pessoas que não acessam o alimento, nunca será possível ser uma nação desenvolvida, porque não haverá uma população que consiga se inserir produtivamente em atividades geradoras de renda", comenta.

Hoje, os agricultores familiares são o coração da produção alimentar de qualquer país e chave para o combate à fome e inclusão social. No Brasil, são eles os responsáveis pela produção dos alimentos perecíveis e são também os mais pobres e com menos recursos para conseguir sobreviver e superar problemas como os das mudanças climáticas.

No país, cerca de 6 milhões de famílias são registradas como agricultores familiares, o que daria um cálculo aproximado de 30 milhões de pessoas beneficiadas por políticas voltadas para a agricultura familiar, evitando, por exemplo, o êxodo para grandes cidades e o aumento da pobreza e criminalidade.

Há, no entanto, dificuldade para a plena inclusão desses agricultores nos mercados globais, que variam de acordo com a realidade de cada país. A avaliação é que o Brasil já tem um quadro maior de incentivo da agricultura familiar, com criação de mercado, como o PAA, e de apoios diretos ao setor, como o Plano Safra da Agricultura Familiar.

Já na África, por exemplo, onde os países estão em situação de pobreza extrema, fome e com boa parte da população menos urbanizada do que a média do Brasil, há uma dificuldade de acesso a insumos, como sementes e adubos. Há, ainda, problemas de infraestrutura, que dificulta que a produção local chegue aos centros consumidores. Esse é um dos problemas ressaltados pela União Africana durante sua participação inédita no G20.

Parceria com a ONU

No Brasil, para aumentar o acesso dos produtores familiares ao mercado consumidor, o Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo ministro Wellington Dias, assinou um acordo com o Programa Mundial de Alimentos (WFP, na sigla em inglês), a agência de assistência alimentar das Nações Unidas, para tornar os produtores brasileiros fornecedores do programa.

A iniciativa alimenta 150 milhões de pessoas por dia em regiões de maiores necessidades, como zona de conflitos. A ideia é que através de cooperativas os agricultores brasileiros possam participar do leilão de aquisição da WFP.

Daniel Balaban, diretor do Centro de Excelência contra a Fome da WFP, afirmou que um dos caminhos para acelerar a diminuição da fome no mundo é fazer investimentos em agricultura familiar, onde está a "raiz do problema".

"Trabalhamos muito com os países menos desenvolvidos, e hoje eles estão convencidos de que devem trabalhar na agricultura familiar. Metade das pessoas no planeta vive de terra, ou é ligada à terra. Se você quer realmente inserir as pessoas do planeta você tem que trabalhar com os agricultores", disse.

Balaban destaca ainda a face econômica do problema e a importância do desenvolvimento de políticas econômicas, além das sociais, para reduzir as desigualdades do país.

> "Se pessoas não acessam alimento, nunca será possível ser uma nação desenvolvida"
> *Lilian Rahal*

"O Brasil, se quiser acabar com a fome, não é só dando comida e cesta básica. Precisa continuar fazendo isso, mas isso não resolve. Você deu comida agora, de noite a pessoa está com fome de novo", afirma o diretor do WFP. "Se você não mexer na raiz do problema, que é econômica, em como funciona a economia do país, você não vai nunca distribuir renda. Talvez seja esse o trabalho mais importante em que o país precisa pensar. Porque se você não incluir as pessoas na cidadania, o país jamais será considerado um país desenvolvido."

Fabrícia Miranda, roteirista e pesquisadora de 45 anos, é um exemplo de como o combate à fome pode ser uma ferramenta de inclusão. Em 23 de dezembro de 1995, Fabrícia, sua mãe e seus dois irmãos acessaram pela primeira vez o Natal sem Fome, da Ação Cidadania, e conseguiram uma cesta básica para escapar de um Natal com fome.

Anos depois, em 2016, ela conseguiu acessar um projeto de audiovisual na ONG, onde teve acesso ao curso que abriu as portas para a sua carreira profissional.

"Aquele Natal mudou a nossa vida, não passamos a festa sem ter o que comer. Eu gravei o nome do Betinho (fundador da Ação Cidadania) dentro do meu coração. No curso eu tive a minha primeira oportunidade e hoje eu sou roteirista. A cesta básica me apresentou a um projeto que mudou a minha vida", relata.

Junto com o MDS, a Ação Cidadania lançou em abril uma parceria para busca ativa de pessoas em situação de fome, através de uma ferramenta de geolocalização que encontra pessoas elegíveis aos programas para encaminhamento ao Centro de Referência em Assistência Social.

O programa tem ainda ações voltadas para as cozinhas solidárias, com a distribuição de mil marmitas por dia, programa de hortas, banco de alimentos para evitar o desperdício, e outras iniciativas.

"A gente entende que dar a comida é o momento, o que a gente quer é que ela possa comprar sua própria comida", destaca Daniel Souza, presidente do Conselho da ONG e filho do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundador da Ação da Cidadania.

Mais sobre a ação contra a fome no G20 na página A7

Relações externas Criação da iniciativa proposta pelo Brasil será formalizada semana que vem, em reunião ministerial do G20

Aliança contra a fome está pronta para receber adesões



Paula Martini
Do Rio

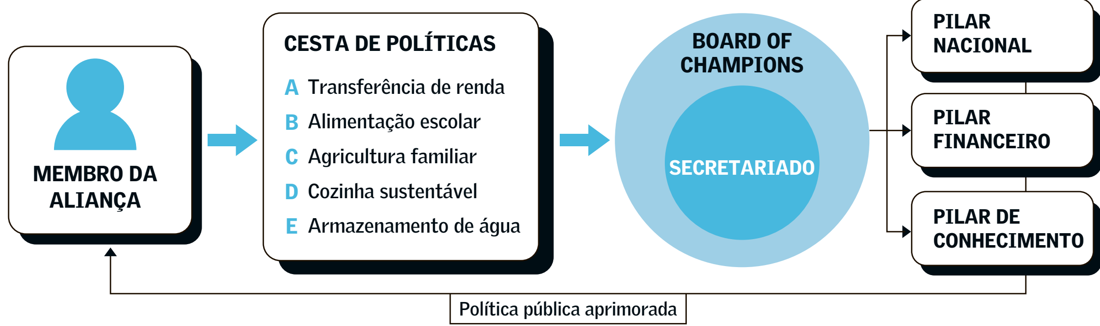
Uma plataforma de "match" entre países, instituições multilaterais de desenvolvimento e centros de pesquisa para a implementação de políticas públicas reconhecidas internacionalmente no enfrentamento à fome e à miséria. Essa é a espinha dorsal da Aliança Global Contra a Fome, principal ambição do Brasil na presidência temporária do G20, que dará o primeiro passo para sua instalação na quarta-feira (24).

A declaração política que marca a criação da Aliança Global será formalizada no Rio de Janeiro, no encontro que reunirá ministros da força-tarefa do G20 que se debruça sobre a construção da coalizão internacional. O encontro é visto pela diplomacia brasileira como o grande evento que antecede a reunião dos chefes de Estado do G20, em novembro.

Na semana que vem é esperado que os ministros presentes no Rio formalizem os documentos. Dessa forma, será possível viabilizar a adesão de países interessados na aliança para que ela seja formada e lançada no encontro de cúpula das maiores economias do mundo, que terá o Brasil como sede pela primeira vez.

O "inception document", ou documento fundador, da Aliança fará um panorama do quadro de retrocesso no combate à fome e à pobreza no mundo, com o acirramento de conflitos e a piora dos indicadores em várias regiões. Vai apresentar ainda os três pilares fundadores da aliança: o nacional, o financeiro e o de conhecimento, explicaram negociadores brasileiros ao **Valor.**

Aliança Global Contra a Fome
Coalização vai impulsionar parcerias entre membros



Fonte: Força-tarefa do G20 para Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

O objetivo da Aliança é contribuir para a erradicação da fome e da pobreza no mundo, dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), até 2030. Politicamente, é uma oportunidade de consolidar a imagem internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um chefe de Estado comprometido com o combate à desigualdade.

Além de Lula, participam da reunião de quarta-feira os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, e de Relações Exteriores, Mauro Vieira. O evento da Aliança, que cruza a trilha financeira e de sherpas, foi marcado entre outros dois encontros ministeriais, o de desenvolvimento e o de finanças, para aproveitar a presença de autoridades do primeiro escalão do G20, no Rio.

> "Iniciativa coloca o combate à fome no centro da agenda internacional"
> *Saulo Ceolin*

O local escolhido para a solenidade é simbólico: a sede nacional da organização não governamental (ONG) Ação da Cidadania, fundada há mais de 30 anos pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (1935-1997), um dos principais ativistas da luta contra a fome.

A Aliança vai funcionar independentemente do G20 e será aberta a todos os membros das Nações Unidas. Por meio dela, será apresentado um "cardápio" de políticas públicas que se mostraram bem-sucedidas no combate à fome e à pobreza nas últimas décadas, tais como programas de transferência de renda, proteção social e alimentação escolar.

Assim, quando o mecanismo estiver efetivamente formado, um país membro poderá solicitar apoio técnico ou financeiro para implementar determinada política a outros membros da aliança.

Os critérios orientadores para a cesta de políticas públicas foram aprovados em nível técnico e também devem ser chancelados pelo G20 na quarta que vem, assim como o marco de governança e os modelos para as declarações de compromisso que todo membro da aliança precisará assinar.

Os termos foram discutidos nos últimos meses no âmbito da força-tarefa de combate à fome e à pobreza, coordenada pelo ministério das Relações Exteriores, o ministério de Desenvolvimento Social e a Fazenda, onde a proposta brasileira recebeu questionamentos e acomodou ponderações feitas por países do bloco. Entre elas, a preocupação de que a nova organização pudesse se sobrepor a esforços existentes para o enfrentamento à fome e à pobreza no mundo.

Com a construção consensual, a expectativa é de ampla adesão, com sinalizações positivas de países da América Latina e do Caribe, da América do Norte, Europa, da União Africana, de países da Liga Árabe e da China.

"A grande vantagem da aliança é ser uma forma de juntar forças e projetos de médio e longo prazos em um cenário de fragmentação da cooperação internacional", afirma Saulo Ceolin, coordenador-geral de segurança alimentar e nutricional do Ministério das Relações Exteriores.

"Ela [a aliança] também traz de volta para o centro da agenda internacional o combate à fome e à pobreza, hoje ocupada por questões como conflitos políticos e pandemias que estão desviando o foco dos países dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)", completa o diplomata.

O texto fundador também foi costurado de modo a não "atropelasse" discussões que estão a cargo da trilha financeira, apesar de ter no horizonte a participação de instituições multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e bancos africano e asiático de desenvolvimento.


DIVULGAÇÃO
Anne Beathe Tvinnereim, ministra da Noruega: priorizar países mais pobres

Convidada da presidência brasileira no G20, a Noruega defende que os países do grupo devem promover uma maior integração entre os compromissos da Aliança Global e a via financeira.

O país escandinavo, principal parceiro do Brasil no Fundo Amazônia, afirma que a agenda alimentar está diretamente associada à climática e que, por isso, é preciso destravar o acesso aos chamados fundos verdes por pequenos produtores e populações em situação de vulnerabilidade.

"Eu gostaria de ver um sinal claro do G20 de que é preciso direcionar mais este financiamento climático para os mais pobres, vulneráveis e para as pessoas que sofrem de fome", disse ao **Valor** a ministra do desenvolvimento internacional da Noruega, Anne Beathe Tvinnereim.

Tvinnereim, que estará no Rio para a reunião de Desenvolvimento do G20 e para o evento da Aliança Global, acredita que o impulso político pode ser o maior diferencial da iniciativa. "O sistema multilateral não está funcionando como deveria e a questão da fome e da pobreza está passando por um grande retrocesso em todo o mundo. Precisamos realmente que os países se apresentem para resolver esta questão e é oportuno que a discussão aconteça no contexto do G20, que reúne os países mais influentes do mundo", concluiu.

Em termos de governança, uma área cinzenta é a formação do secretariado — um dos pontos de inflexão devido aos custos para manter a estrutura funcionando. Cálculos da própria força-tarefa indicam que o mecanismo burocrático custaria de US$ 2 milhões a US$ 3 milhões por ano, até 2030.

A equipe, porém, poderá ser abrigada pelas Nações Unidas, que cederia funcionários de agências internacionais, reduzindo ou zerando o custo da estrutura burocrática. Também estuda-se uma presença física em Brasília e na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália.

Acima do secretariado, ficará um órgão político, o "board of champions" (conselho de campeões), composto por 50 representantes seniores de países e organizações que aderirem à coalizão. O **Valor** apurou que vários países, entre eles Estados Unidos, China e Reino Unido sinalizaram interesse em participar do conselho.

"O Reino Unido está preparando a declaração de compromisso para aderir à aliança. O nosso objetivo é ajudar a impulsionar o Conselho de Campeões, trazendo a comunidade de desenvolvimento, o meio acadêmico e as organizações da sociedade civil para apoiar este trabalho crucial", informou por escrito a ministra do Desenvolvimento Internacional, Mulheres e Igualdade do Reino Unido, Anneliese Dodds.

INÊS 249



INÊS 249

Política

O balanço das horas na sucessão da Câmara



Andrea Jubé

Na política, a aritmética não é exata. Não raro, o placar do plenário subtrai os votos contabilizados nas planilhas dos líderes, e, nas eleições para as Mesas Diretoras, os votos até se multiplicam. Quem não se lembra da eleição para presidente do Senado em 2019, quando surgiram 82 votos na urna de apenas 81 senadores?

Nessa toada, na tabuada da política, seis podem ser três. Se no calendário faltam seis meses para a eleição do sucessor de Arthur Lira na presidência da Câmara dos Deputados, na prática essa conta reduz-se a três por causa das eleições municipais. Uma arritmia temporal que esfria mais rápido o café do chefe do Legislativo.

Nas coxias, os postulantes à cadeira do alagoano já estão em ritmo frenético de pré-campanha, promovendo festas para os deputados e fazendo corpo a corpo nos bastidores. Há pressa, porque de agosto a outubro, a Casa estará vazia com os parlamentares em campanha em suas bases. A partir de novembro, serão cortejados em troca de votos.

Em entrevista aos repórteres Marcelo Ribeiro e Fernando Exman, publicada nessa quinta-feira no **Valor**, Lira confirmou que pretende anunciar o nome do candidato que terá o seu apoio em agosto. "A gente tem que organizar a sucessão, [vai ser] não pensando em um nome, mas na manutenção de tudo que o Legislativo conquistou", justificou.

Todavia, há uma confusão de sentimentos entre deputados sobre o candidato que terá o apoio de Lira. A percepção é de que o escolhido por ele será o favorito. O receio, porém, é que esse escolhido dê continuidade ao "modus operandi" do parlamentar do PP, considerado, por alguns, incisivo demais.

Essas queixas partem de deputados do baixo claro e até mesmo de presidentes das comissões temáticas. Esses colegiados acabaram esvaziados pelos ritos estabelecidos por Lira para projetos relevantes, de modo que as propostas passam apenas por uma comissão especial e depois seguem ao plenário. Na recente regulamentação da reforma tributária, o projeto foi submetido a um grupo de trabalho de sete deputados, e depois levado ao plenário.

Em síntese, sob Lira, as comissões permanentes e, até mesmo, as comissões temporárias, como as das medidas provisórias — que deixaram de ser instaladas — perderam relevância, reduzindo os poderes dos deputados e os espaços de debates.

Na semana passada, Arthur Lira saiu para o recesso mais uma vez vitorioso com a aprovação de um dos projetos de lei complementar da reforma tributária. Entretanto, o estilo considerado açodado para debater um item complexo e de amplo interesse público não agradou a todos.

Um deputado influente ouvido pela coluna lembrou que uma semana antes Lira reuniu na residência oficial alguns líderes de bancadas para discutir o rito e o cronograma de votação da reforma tributária. Foram convocados apenas cinco líderes, mas cujas bancadas somam mais de 400 deputados. Nessa reunião, ficou acordado que os parlamentares não apresentariam destaques ao texto principal, ou seja, não haveria votações separadas de dispositivos, para acelerar o ritmo dos trabalhos.

No dia seguinte à aprovação da proposta, em entrevista ao **Valor**, o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), mencionou esse acordo em resposta às críticas da oposição de que a gestão Lula teria tentado atrapalhar a inclusão da carne com isenção fiscal na cesta básica. Guimarães ponderou que havia o acordo com Lira para não emendar o texto-base, mas o PL rompeu o acordado apresentando um destaque sobre a matéria que foi aprovado.

Ao fim, na fotografia, o PL saiu-se como "herói" da carne mais barata junto à população, enquanto o PT amargou a pecha de derrotado em um tema sensível para o governo.

Poucos verbalizam a insatisfação com o estilo Lira de conduzir os trabalhos. Em dezembro, gerou mal estar no plenário a discussão entre o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) e o presidente da Casa. Na votação do projeto de marco legal de crédito de carbono, Van Hattem reclamou que a proposta teria sido incluída na pauta com poucos deputados presentes e sem acordo. O ex-líder do Novo teve o microfone cortado, e chamou Lira de "tirano". Em reação, Lira advertiu que as "brincadeiras no plenário" iriam acabar.

A coluna procurou o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), um dos mais próximos de Lira, e que vem sendo apontado nos bastidores como o favorito dele para a sucessão. Ele não quis falar, mas um de seus interlocutores comentou que Lira tem acertado muito diante do volume de entregas, sendo a reforma tributária a mais expressiva. Mas ressalvou que Elmar tem ouvido os deputados e estaria disposto a "melhorar o que já está dando certo".

Lira tem compromisso, também, com o 1º vice-presidente da Casa e presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), que em 2023 retirou sua candidatura para apoiar a recondução do alagoano ao cargo e evitar a disputa. Desta vez, entretanto, Pereira tem enfatizado aos aliados que não vai recuar. Na pré-campanha, tem dito que é apenas "um entre os 513" deputados, e que iria mudar o estilo de condução dos trabalhos da Casa.

Ao **Valor**, Lira reforçou que atuará para que haja apenas um candidato: "Nós não temos três ou quatro vagas de presidente da Câmara, nós só temos uma. Ou vai ser polarizada, ou vai ser debatida, ou vai ser acordada", frisou.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Eleições Ex-presidente esteve em atos na capital e na Baixada e repetiu discurso de perseguido

Bolsonaro faz campanha no Rio com investigados pela PF



BRUNA PRADO/AP

Apoio ao aliado: ex-presidente e primogênito estiveram ao lado de Alexandre Ramagem em atos no Rio dias depois de divulgado áudio sobre "rachadinha"

Camila Zarur
Do Rio

O ex-presidente Jair Bolsonaro participou na quinta-feira (17) de dois eventos no Rio ao lado de investigados pela Polícia Federal. Pela manhã, esteve em ato de apoio à pré-candidatura à prefeitura da cidade do deputado federal Alexandre Ramagem (PL), ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O parlamentar é alvo de inquérito que apura monitoramentos ilegais feitos pelo órgão contra adversários de Bolsonaro no governo passado.

À tarde, Bolsonaro subiu no palanque do ex-prefeito de Duque de Caxias e atual secretário estadual de Transportes do Rio, Washington Reis (MDB). Reis foi alvo, no começo do mês, de uma operação da PF que investiga o suposto esquema de fraudes nos cartões de vacinação do ex-presidente e do entorno dele.

O primeiro evento foi realizado na Tijuca, Zona Norte do Rio. Ao discursar, Bolsonaro não comentou sobre o inquérito da "Abin paralela", mas reforçou a narrativa de que ele e seu grupo político são perseguidos. A estratégia de se colocar como vítima de um suposto complô entre o governo de Lula (PT) e Supremo Tribunal Federal (STF) faz parte dos esforços do ex-presidente para fugir das acusações que enfrenta e engajar a base de eleitores que votam nele.

"Todos aqueles que estão ao meu lado sofrem perseguição. Pagam um preço alto por estarem comigo", disse Bolsonaro.

O ex-presidente está inelegível até 2030. Ele e seu então candidato a vice, Walter Braga Netto, tiveram duas condenações pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE): uma por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação por atacar o sistema eleitoral brasileiro na TV Brasil em uma reunião com embaixadores estrangeiros; e uma outra por abuso de poder político e econômico nas comemorações do bicentenário da Independência.

No ato, o ex-presidente fez uma defesa protocolar da pré-candidatura de Ramagem à Prefeitura do Rio. Como o período eleitoral ainda não começou, declarações mais enfáticas de campanha podem ser penalizadas pela Justiça eleitoral. Bolsonaro desejou sorte a Ramagem e reforçou que, por estar ao seu lado, ele também é um "perseguido". Na mesma fala, ressaltou que o pleito deste ano será importante para demonstrar força política para 2026, quando serão realizadas as próximas eleições presidenciais.

"O Ramagem, o delegado da Polícia Federal, que eu conheci na transição de 2018, já começa a pagar um preço alto pela sua ousadia de querer pensar, sonhar e administrar uma cidade com respeito, com honradez e com orgulho", disse Bolsonaro. Ele também afirmou: "Quando se fala em 2026, nós temos que passar por 2024."

O evento da manhã de quinta-feira deu-se um dia depois de Ramagem depor à Polícia Federal, no âmbito das investigações da "Abin paralela". O depoimento do ex-chefe da agência durou cerca de 7 horas. Ele é suspeito de comandar o esquema de monitoramento ilegal no órgão de inteligência no governo Bolsonaro. Entre os espionados, segundo a PF, havia jornalistas, políticos e servidores públicos.

Ramagem nega que tenha feito qualquer monitoramento ilegal. Perguntado pelo **Valor** sobre o depoimento na PF, o pré-candidato disse apenas que "respondeu a todas as perguntas". Ele fez o comentário no evento da tarde, em Duque de Caxias. Ramagem esteve na cidade da Baixada Fluminense ao lado de Washington Reis em encontro que também foi um ato em apoio a um pré-candidato à prefeitura, neste caso em favor de Netinho Reis (MDB), que vai disputar o Executivo municipal de Caxias e é sobrinho do secretário do governador Cláudio Castro. O evento foi marcado no calçadão da cidade, na região central do município.

Segundo a Polícia Federal, Caxias serviu como palco de um esquema de inserção de dados falsos da imunização contra a covid-19 que beneficiou Bolsonaro e seu entorno (ver abaixo). O registro fraudado no cartão de vacina, diz a PF, teria sido usado pelo ex-presidente para viajar, no dia de 2022, aos Estados Unidos sem que ele ou a comitiva tivessem problemas com as fronteiras sanitárias.

De acordo com as investigações, a manipulação dos registros era feita sob ordem da gestão da cidade, comandada por Reis entre 2021 e 2022. No início deste mês, o secretário foi alvo da Polícia Federal, em uma nova fase do inquérito que o apontou como um dos suspeitos de viabilizar o suposto esquema fraudulento — antes, o ex-prefeito era apontado no inquérito apenas como beneficiário. Reis nega as acusações.

Ao discursar no evento, Reis agradeceu o apoio que recebeu de Bolsonaro na pandemia e chamou Caxias de "capital da vacina" contra a covid. "O senhor liberou recursos para todos os governadores do Estado, fazia logística da vacina. E Duque de Caxias foi a capital da vacina, salvamos milhares de pessoas", disse.

Falsificação de cartões de vacina entra na mira

Flávia Maia
De Brasília

A Polícia Federal (PF) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) na quinta-feira (18) que novos elementos de prova revelaram a existência de uma "grande estrutura" para a prática de crimes de inserção de dados falsos de vacinação contra a covid-19 em benefícios de diversas pessoas no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A corporação sugere, inclusive, que seja aberta uma nova investigação sobre o tema.

No entanto, o relatório foi inconclusivo sobre se o ex-presidente Jair Bolsonaro, familiares e aliados apresentaram cartões falsos de vacinação para entrarem nos Estados Unidos, onde a imunização contra a covid-19 era obrigatória. O documento baseia-se em informações enviadas pelos Estados Unidos via acordo de cooperação. A PF se colocou à disposição para novas diligências.

As conclusões da PF fazem parte de novas diligências solicitadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) com a anuência do relator do caso no STF, ministro Alexandre de Moraes. As novas diligências visavam mais informações de como funcionava o suposto esquema de falsificação dos cartões de vacinação em Duque de Caxias e o uso dos documentos.

A investigação da PF aponta a possível ocorrência de inserção de dados falsos no sistema de informação do Ministério da Saúde, especificamente dados sobre vacinação contra a covid-19 em nome do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus familiares. Em depoimento à PF, em maio de 2023, o ex-presidente disse que não se vacinou. Em seu cartão, consta o recebimento da primeira dose em Duque de Caxias, em data em que Bolsonaro não esteve na cidade.

A partir do documento apresentado na quinta-feira, a PF concluiu que o então secretário municipal de Saúde, João Carlos de Sousa Brecha, e funcionárias da pasta utilizavam a estrutura pública para fraudar cartões de vacinação da covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde. A PF cita, por exemplo, diálogos em aplicativos de mensagens sobre a inserção de dados de vacinação de sobrinhos do deputado federal Gutemberg Reis (MDB), em que uma funcionária afirma "qualquer lote tá bom".

> Corporação sugere que seja aberta uma nova investigação sobre o tema

A PF traz ainda como exemplo uma situação em que supostamente duas pessoas teriam sido vacinadas duas vezes no mesmo dia em estabelecimentos de saúde diferentes.

"Tais fatos revelam que foi instalada na Prefeitura de Duque de Caxias/RJ uma estrutura para práticas de crimes de inserção de dados falsos de vacinação contra a covid-19, que transcende a associação criminosa investigada, visando beneficiar um número indeterminado de pessoas, especialmente ligados ao grupo político e familiar que comanda o município", concluiu a PF.

A PF diz que não foi possível encontrar informações no celular do deputado Gutemberg Reis porque o laudo pericial identificou que o aparelho celular apreendido apresentou a tela típica de aparelho novo ou zerado, "indicando ação de formatação do aparelho antes da apreensão do objeto, restando prejudicada a análise".

Quanto ao uso de cartão fraudado por Bolsonaro, familiares e aliados para ingressarem nos Estados Unidos, a PF informa que a documentação enviada pelo país americano via cooperação jurídica internacional demonstra que não há registros se foram apresentados comprovantes de vacinação contra a covid-19. "Os registros de controle de entrada e saída do território americano não trazem as informações se os investigados alegaram que foram vacinados ou que estavam isentos de apresentarem requisitos de vacinação", diz a PF.

Segundo a PF, os Estados Unidos informaram que, no período em que Bolsonaro entrou no país, os comprovantes de vacinação contra a covid-19, exigidos pela legislação americana, eram apresentados aos operadores das aeronaves antes do embarque em um voo com destino ao país.

O advogado de Jair Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno; o deputado Gutemberg Reis (MDB) e João Carlos de Sousa Brecha foram procurados pela reportagem mas ainda não se manifestaram.



Nordeste deve receber R$ 750 bilhões em investimentos em 15 anos

Valor previsto terá foco no setor de infraestrutura e será financiado em grande parte pelo Banco do Nordeste, com juros custeados pelo FNE



© FOTOS: DIVULGAÇÃO

Autoridades e especialistas debateram as oportunidades disponíveis em setores como saneamento básico, energias renováveis, portos, aeroportos, rodovias, turismo, agronegócio, petróleo e gás

Em um movimento para impulsionar o crescimento e investimento na Região Nordeste, o **Valor** e a Editora Globo realizaram, no último dia 11, em São Paulo, o seminário Infraestrutura e Desenvolvimento do Nordeste para tratar das perspectivas de crescimento e investimento na região. Autoridades e especialistas debateram as oportunidades disponíveis atualmente na região em setores como saneamento básico, energias renováveis, portos, aeroportos, rodovias, turismo, agronegócio, petróleo e gás. O evento contou com o apoio do Banco do Nordeste (BNB), que oferece crédito para projetos de infraestrutura com juros subsidiados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, destacou os esforços que o governo federal tem empreendido, em parceria com a iniciativa privada, para desenvolver a infraestrutura aeroportuária no Nordeste. Ele citou investimentos em portos em Pernambuco (Suape), no Ceará (Pecém), no Maranhão (Itaqui), na Bahia e no Piauí. E observou que o governo participa da construção ou requalificação de 22 aeroportos na região, como os de Maragogi (AL), Aracati (CE) e Balsas (MA).

Paulo Câmara, ex-governador de Pernambuco e presidente do BNB, lembrou que a região receberá nos próximos anos 42% dos recursos públicos e privados previstos no Novo PAC, o que corresponde a R$ 688 bilhões em investimentos. E deverá crescer 50% acima da média nacional nos próximos anos (leia a entrevista abaixo).

Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini citou um estudo da consultoria Tendências que prevê R$ 750 bilhões em investimentos na região nos próximos 15 anos, nos segmentos de energia, saneamento, transporte, logística, rodovias, óleo e gás.

O setor de saneamento, que tem a meta de universalização do serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto até 2033, teve grande destaque nas discussões. A presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Veronica Sánchez da Cruz Rios, falou sobre a aceleração de investimentos a partir das concessões e parcerias público-privadas (PPPs) já estabelecidas em Alagoas e no Ceará e dos leilões de blocos no Piauí e em Sergipe que serão realizados nos próximos meses.

A região receberá nos próximos anos 42% dos recursos públicos e privados previstos no Novo PAC

O evento contou ainda com as participações de Wagner Cardoso, superintendente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rogério Tavares, vice-presidente de Relações Institucionais da Aegea Saneamento, Luciano Arruda, diretor de Gestão de Parcerias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), e José Aldemir Freire, diretor de Planejamento do BNB.

ENTREVISTA

Banco oferece crédito com juros subsidiados

Segundo Paulo Câmara, presidente do BNB, há recursos disponíveis para vários segmentos, com taxas pela metade das praticadas no mercado, além de prazo e carência atrativos

O Banco do Nordeste (BNB) empresta R$ 50 bilhões por ano para investimentos em sua área de atuação, que compreende os nove estados do Nordeste e partes de Minas Gerais e do Espírito Santo. Desse total, cerca de R$ 40 bilhões são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que oferece juros subsidiados. Em entrevista, o presidente do BNB, Paulo Câmara, falou sobre os planos da instituição para ampliar o impacto do crédito na promoção do desenvolvimento e na melhoria das condições de vida da população da região.

Quais as perspectivas para o crescimento do Nordeste?

■ **Paulo Câmara:** A região vem crescendo mais que o Brasil e, segundo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), o PIB per capita crescerá 50% mais do que a média nacional até pelo menos 2030. Isso é muito importante para reduzir o desequilíbrio regional no país. O Nordeste representa 28% da população brasileira, mas tem uma participação de menos de 14% do PIB.

Quais são os principais segmentos que o banco atende?

■ **Câmara:** A abrangência é ampla, indo desde o microcrédito até grandes investimentos em vários segmentos. Nos últimos cinco anos, destinamos mais de R$ 30 bilhões para projetos de energias renováveis. O Nordeste tem todas as condições para continuar crescendo em geração de energia solar e eólica, pela abundância desses recursos, e atrair investimentos em hidrogênio verde. Há muitas oportunidades na área de saneamento, em ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, no agro, no turismo e na indústria. O banco também tem uma presença muito forte no setor de serviços e no comércio, que respondem por 70% do PIB nordestino.

Quais condições especiais o banco oferece aos investidores?

■ **Câmara:** O FNE, que está girando em torno de R$ 40 bilhões ao ano, conta com um subsídio que nos permite oferecer uma taxa de juros em torno da metade da que é praticada no mercado, além de condições de prazo e de carência bem atrativas. O fundo possui várias linhas de crédito, como para compra de maquinário, capital de giro, projetos de sustentabilidade, incluindo energias renováveis, inovação, turismo, segmento da saúde.



Paulo Câmara

O que o banco faz para ampliar o acesso a esses recursos?

■ **Câmara:** No ano passado, somando o FNE com os recursos próprios que o banco também disponibiliza aos empreendedores, liberamos R$ 50 bilhões para investimentos na região. E a demanda foi bem maior, perto de R$ 100 bilhões. Como temos uma limitação de funding para atender a todo mundo, buscamos diversificar a oferta para dar oportunidade de acesso a todos. Procuramos ser um financiador relevante ou complementar nos projetos e fazemos isso dentro de uma visão realmente da importância de estarmos presentes nos investimentos que chegam. Também buscamos atuar nos nove estados do Nordeste, mais partes de Minas e do Espírito Santo que integram nossa área de atuação.

E quanto à atuação junto aos microempreendedores individuais e às micro e pequenas empresas?

■ **Câmara:** Somos o banco que mais atua nesses segmentos no Nordeste. Temos dois programas de microcrédito produtivo orientado — um urbano, chamado Crediamigo, e um rural, o Agroamigo, que apoia principalmente a agricultura familiar. Este ano, devemos liberar R$ 25 bilhões em crédito para quatro milhões de clientes, somando pessoas físicas, agricultura familiar e micro e pequenas empresas. É uma proporção muito volumosa de recursos que colocamos à disposição de pessoas que têm dificuldade de acesso a crédito, principalmente mais barato. Esse também é um papel importante do banco que temos procurado impulsionar em razão de nossa função pública e também pelo fato de que 90% dos empregos em nossa região são gerados por micro e pequenos negócios.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

INÊS 249

Eleições Governo federal reforça a prioridade na disputa pela capital paulista, em contraponto às ações do bolsonarismo para tentar reeleger o prefeito Ricardo Nunes (MDB)

Lula e ministros dão peso nacional à convenção para oficializar Boulos em SP

Cristiane Agostine e Lucas Ferraz
De São Paulo

A participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presença em peso de ministros na convenção do deputado e pré-candidato do Psol à Prefeitura de São Paulo, deputado Guilherme Boulos, neste sábado (20), reforçam a prioridade dada pelo governo federal à eleição na capital paulista.

A disputa pelo comando do maior colégio eleitoral municipal do país terá um caráter predominantemente nacional. O pré-candidato que rivaliza com Boulos nas pesquisas, o prefeito Ricardo Nunes (MDB), tem ao seu lado nomes como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) — tido como possível adversário de Lula em 2026.

Na convenção marcada para oficializar a chapa de Boulos com a ex-prefeita Marta Suplicy (PT) como vice, Lula terá protagonismo e deverá estar acompanhado de oito ministros, sendo um deles o ex-prefeito da capital e atual chefe da Fazenda, Fernando Haddad. O ato político será realizado em um centro de eventos na zona norte da capital e a expectativa é de um público de 10 mil apoiadores e militantes dos oito partidos que compõem a chapa Boulos-Marta.

"É quase a Esplanada dos Ministérios inteira nessa convenção", disse Boulos, que recorre a outros elementos caros do lulismo para tentar, pela segunda vez, se tornar o prefeito de São Paulo. "Lula nos disse que a prioridade nacional dele é a campanha em São Paulo", afirmou o pré-candidato do Psol. Além de Haddad, estão previstos os ministros Marina Silva, Alexandre Padilha, Paulo Teixeira, Luiz Marinho, Márcio Macedo, Sonia Guajajara e Luciana Santos.

A participação de Lula na campanha em São Paulo se intensificará depois da convenção, sobretudo na periferia, em eventos nos fins de semana. Os ministros devem ajudar no contato com setores em que Boulos ainda enfrenta dificuldades. Haddad é uma das apostas da pré-campanha para tentar ampliar o diálogo com investidores e empresários, além do mercado financeiro, um universo considerado importante para o entorno de Boulos para ele tentar diminuir a rejeição já aferida em diferentes pesquisas e a pecha de "radical".

A pré-candidatura de Boulos, com o marqueteiro Lula Guimarães, não esconde que adotará elementos usados por Lula em campanhas presidenciais passadas, como a de 2002, quando o ex-metalúrgico que já tinha perdido três eleições presidenciais, foi repaginado pelo marqueteiro Duda Mendonça sendo apresentado numa versão "paz e amor".

Boulos adotou o slogan "Amor por São Paulo" para registrar sua chapa na Justiça Eleitoral e disse que o "amor" e a "esperança" serão o "espírito" de sua campanha.

Inspirado no marketing da campanha lulista de 2022, um dos primeiros vídeos produzidos pela equipe do pré-candidato do Psol adaptou o "faz o L" de Lula para o "faz o coração" de Boulos. "Quem ama São Paulo faz o coração", diz a propaganda. A linguagem visual da pré-campanha é claramente inspirada na que foi usada por Lula na disputa presidencial passada, inclusive nas cores e tipografia, e é semelhante ao slogan do governo federal, de "União e reconstrução".

Nos vídeos e discursos, Boulos destacará também a ideia de que é o sucessor de outros prefeitos progressistas da capital — Luiza Erundina (Psol), Marta Suplicy (PT) e Fernando Haddad (PT) —, e que contará com a experiência administrativa deles, além de uma equipe de técnicos que já participou de outras gestões, inclusive do PSDB e PSD, para governar, se eleito.

Um dos vídeos da pré-campanha reforça marcas das gestões petistas em São Paulo junto com a mensagem de que esses ex-prefeitos estão unidos em torno de Boulos. O pré-candidato é descrito como um homem de "família, que tem capacidade de diálogo, inteligência, coragem, solidariedade, empatia e honestidade".

A mensagem é uma espécie de "vacina" à imagem de "radical", como ex-líder do MTST, que é explorada pelos adversários de Boulos. O pré-candidato tem sido confrontado também sobre sua falta de experiência no Executivo e sobre a dificuldade de ampliar seu apoio para além da esquerda. Em sua chapa, Boulos não conseguiu apoio de nenhum partido além de seu campo político (Psol, PT, PCdoB, Rede, PV, PDT, PMB e PCB).

> Tarcísio de Freitas deve ter protagonismo no palanque de Ricardo Nunes

O eixo central da campanha, como adiantou Boulos na quinta-feira (18), será focado em cinco temas: saúde, educação, meio ambiente, segurança urbana e oportunidades. O postulante prometeu divulgar o plano de governo em 1º de agosto, com a previsão orçamentária sobre cada medida.

Entre as propostas apresentadas por Boulos, estão a criação do "Mais Médicos Especialidades", inspirado no "Mais Médicos" do governo federal; zerar a fila de espera de exames e procedimentos; implementar ensino integral em todas as escolas municipais; criar centros de capacitação profissional para jovens; dobrar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana e ampliar as áreas verdes da capital. Boulos prometeu ainda rediscutir o Plano Diretor e rever os contratos com as empresas de ônibus.

Os partidos e as federações devem realizar, a partir deste sábado e até 5 de agosto, as convenções partidárias para oficializar a escolha de candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores. O registro das candidaturas deve ser solicitado até 15 de agosto à Justiça Eleitoral.

A pré-candidatura de Ricardo Nunes (MDB) pretende transformar a convenção em um grande evento para promover o prefeito, também com a estimativa de público de 10 mil pessoas, em um ato no dia 3 de agosto. Tarcísio deve ter protagonismo no palanque de Nunes, mas a presença de Jair Bolsonaro ainda é incerta. O ex-presidente indicou o vice de Nunes, coronel Mello Araújo (PL) e tem participado de eventos ao lado do prefeito, mas não confirmou se irá.

A deputada Tabata Amaral, pré-candidata do PSB, fará sua convenção no dia 27, com a presença do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin e do ministro Márcio França. No mesmo dia, será a convenção do PSDB para oficializar o apresentador José Luiz Datena. O PRTB ainda não definiu a data para oficializar Pablo Marçal.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Lula: participação do presidente na campanha em São Paulo se intensificará depois da convenção, sobretudo na periferia, em eventos nos fins de semana

Presidente visita berço político no ABC e cumpre agenda no Estado

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz um giro pelo Estado de São Paulo nos próximos dias, com foco na eleição municipal de outubro. Serão três escalas: São José dos Campos e São Paulo, na sexta-feira, e São Bernardo do Campo no sábado.

As passagens pela capital paulista e por São Bernardo, seu berço político, são os dois principais pontos da agenda de Lula. Ele participará das convenções destinadas a lançar as candidaturas do deputado federal Guilherme Boulos (Psol) e do deputado estadual Luiz Fernando Teixeira (PT) (ver nesta página). Reconquistar as duas prefeituras é estratégico para o presidente e seu partido.

Também estão nessa lista municípios como Diadema e Mauá, ambas localizadas na região do ABC. No passado, o PT já teve forte influência sobre os prefeitos que eram eleitos na região metropolitana do Estado. Ao longo da última década, no entanto, os petistas viram essa soberania escapar das mãos com o avanço da Lava-Jato.

O evento no ABC paulista está previsto para a manhã de sábado, às 10h, na região do Riacho Grande, à margem da represa Billings. O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) também estará presente. O PSB indicou o vice na chapa de Teixeira, o ex-prefeito e ex-presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), William Dib. No entendimento de aliados de Lula, a participação de Alckmin e Dib tem o potencial de atrair o eleitor de centro, que vem se mostrando refratário ao PT.

Como parte dessa ofensiva do PT, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT-SP), decidiu programar suas férias para o mês de setembro. A ideia, com isso, é que Marinho fique 20 dias fora do cargo de ministro e aproveite esse período para auxiliar a legenda petista na campanha municipal. Além de ser seu afilhado político, Luiz Fernando Teixeira é irmão do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira.

Em São Paulo, Lula participa na sexta de uma reunião com lideranças de movimentos sociais na região central, às 16h. No sábado à tarde, o presidente é aguardado no lançamento da candidatura de Guilherme Boulos (Psol).

Com o partido enfraquecido nas capitais, Lula patrocinou o retorno de Marta Suplicy ao PT para compor a chapa de Boulos. Embora tenha rompido com o partido e votado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, quando era senadora pelo MDB de Michel Temer, Marta tem grande popularidade na periferia, fruto de seu período como prefeita da cidade entre 2001 e 2005.

Ainda no MDB, Marta chegou a ser secretária de Relações Institucionais do atual prefeito e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes, entre 2021 e janeiro deste ano, quando se desfiliou para retornar ao PT.

A agenda de Lula em São José dos Campos prevê um evento para anúncio de obras na Via Dutra e na rodovia Rio-Santos, às 10h. Ao meio-dia, o presidente anuncia financiamentos do BNDES a exportações da Embraer, no hangar da empresa.

O PT tem como candidato na cidade do Vale do Paraíba o ex-vereador Wagner Balieiro. Ele lançará oficialmente sua candidatura na quarta-feira, 24, cinco dias após a passagem do presidente pela cidade. Balieiro luta para chegar ao segundo turno em uma eleição que tem como favoritos o atual prefeito Anderson Farias (PSD) e o ex-prefeito Eduardo Cury (PL), segundo pesquisas recentes.

WENDERSON ARAUJO/VALOR



Lira: "A maneira como eu faço política não é com a faca no pescoço"

Lira nega uso de pauta de costumes

Marcelo Ribeiro e Fernando Exman
De Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou que esteja guardando as análises do projeto de lei (PL) do aborto e da proposta de emenda à Constituição (PEC) das drogas para utilizá-las como moeda de troca para fortalecer a candidatura de quem ele decidir apoiar na eleição ao principal posto da Mesa Diretora da Casa, que ocorrerá em fevereiro de 2025.

"Quem me conhece, sabe que não faço política dessa maneira. Minhas negociações sempre são republicanas. São fáceis. A política é fácil. Nós temos os nossos limites", disse Lira em entrevista ao **Valor**.

Nas últimas semanas, parlamentares governistas passaram a demonstrar desconfiança de que Lira poderia segurar as votações até os últimos meses do ano, com o objetivo de fortalecer o nome que ele tiver preferência para sucedê-lo. Na prática, ele colocaria os temas em apreciação sob a condição de apoio ao seu candidato.

As pautas teriam amplo apoio da oposição e da bancada evangélica, que representam uma parcela considerável da composição da Câmara.

Sobre o projeto que equipara a pena de quem faz o aborto após a 22ª semana de gestação à punição de quem comete o homicídio simples, Lira reforçou que o tema será debatido em comissão, com a realização de audiências públicas e com uma parlamentar mulher como relatora da proposição. Ele destaca que o texto abordará apenas a assistolia fetal.

"Nunca tratamos de aborto. Na mesa de líderes, o que tratamos foi o método utilizado para se fazer o aborto após 22 semanas de gestação. Esse assunto veio para a Câmara porque teve uma decisão do Conselho Federal de Medicina e depois o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou essa decisão. Por que o CFM e o Supremo podem, e o Congresso não pode debater a assistolia fetal após a 22ª semana de gestação para saber se continua usando esse método ou não?", questionou Lira.

Em uma votação relâmpago e com atropelos ao regimento, a Câmara aprovou em junho o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do PL do aborto. Isso dispensaria o aval de comissões e permitiria a tramitação do tema diretamente no plenário.

A repercussão negativa fez com que Lira adiasse a votação do mérito, que ocorreria uma semana depois. Decidiu, então, que o tema seria debatido por um colegiado antes da apreciação no plenário da Câmara.

Em relação à PEC das Drogas, projeto que criminaliza o porte e a posse de drogas independentemente de quantidade, Lira admite estar espantado com o baixo número de indicações feitas pelos líderes para compor a comissão especial que debaterá a matéria.

"Se líderes não estão indicando é porque não querem debater isso agora. Não o presidente da Câmara, que não interfere em nada no andamento do processo legislativo", disse Lira ao **Valor**.

"A maneira como eu faço política não é com a faca no pescoço, nem chantageando ninguém. Se a gente não conseguir fazer acordo na política, a gente vai pro voto. E ganha, quem tiver voto. Eu sempre busco acordos, consensos, negociações", concluiu.

INÊS 249



O DESAFIO DE FINANCIAR O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

Bilhões de pessoas enfrentam a pobreza e a fome pelo mundo, cenário agravado pelos efeitos das mudanças climáticas. Mas como governos e organizações podem contribuir para diminuir essas mazelas? Vamos discutir como levantar recursos e replicar políticas de desenvolvimento social, mitigação das mudanças climáticas e transição energética neste novo evento do G20 no Brasil. Inscreva-se no evento presencial e não perca este debate.

23 JULHO
A PARTIR DAS 9H30

Casa de Cultura Laura Alvim
Av. Vieira Souto, 176
Ipanema, Rio de Janeiro

PAINEL 1 - 10H : LEVANTANDO RECURSOS CONTRA A POBREZA E PELO MEIO AMBIENTE: COMO FINANCIAR A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO JUSTO E SUSTENTÁVEL



Débora Freire
Subsecretária de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda



Bruna Mascotte
Sócia Sênior da Catavento Consultoria



Morgan Doyle
Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil



Pedro Ferreira de Souza
Sociólogo e pesquisador do Ipea



Francisco Góes
Chefe da sucursal Rio do Valor Econômico
[mediação]

PAINEL 2 - 11H10 : A ALIANÇA GLOBAL CONTRA A POBREZA E A FOME E NOVOS CAMINHOS PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS



Wellington Dias
Ministro do Desenvolvimento Social e coordenador do GT da Fome



Carolina Almeida
Assessora internacional de Geledés - Instituto da Mulher Negra



Marcelo Neri
Diretor da FGV Social



Viviana Santiago
Diretora-executiva da Oxfam



Cassia Almeida
Jornalista do GLOBO
[mediação]



ACESSE E INSCREVA-SE PARA O EVENTO

ESTADO ANFITRIÃO
O MUNDO SE ENCONTRA NO RJ G20 BRASIL 2024 | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

CIDADE ANFITRIÃ
RIO CAPITAL DO G20 BRASIL 2024

PATROCÍNIO
JBS

REALIZAÇÃO
O GLOBO | Valor ECONÔMICO | CBN

INÊS 249

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**326,6**	**329,6**	**-0,91**	**31,5**	**58,6**	**-46,28**
Imposto de renda pessoa física	33,8	25,1	34,42	23,0	15,3	50,63
Imposto de renda pessoa jurídica	153,0	150,4	1,74	17,2	16,2	6,18
Imposto de renda retido na fonte	180,0	154,0	16,87	31,5	27,1	16,20
Imposto sobre produtos industrializados	30,4	24,6	23,73	6,2	4,9	26,70
Imposto sobre operações financeiras	26,4	24,6	7,30	5,3	4,5	17,47
Imposto de importação	26,8	22,5	19,47	5,6	4,6	20,87
Cide-combustíveis	1,2	0,0	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	163,5	132,7	23,19	31,8	27,4	16,25
CSLL	81,2	76,4	6,25	9,1	8,7	4,55
PIS/Pasep	45,4	37,2	21,86	8,7	7,5	16,13
Outras receitas	388,1	314,8	23,30	104,6	60,6	72,75
Total	**1.089,6**	**962,4**	**13,22**	**203,0**	**176,7**	**14,89**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	-	0,81	1,10	-3,18	2,45	-	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	-	0,89	0,47	-5,60	1,94	-	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	-	0,46	2,65	3,40	3,70	-	735,41	716,46	709,98
INCC-M	-	0,93	2,63	3,32	3,77	-	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia jul/24 0,15% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jul/24 0,00%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024			Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

EUA Pessoas próximas ao partido indicaram que a saída do presidente da eleição é uma questão de tempo e não mais de 'se'

Desistência de Biden é iminente, segundo doadores e democratas

Agências internacionais

Grandes doadores do Partido Democrata acreditam que o presidente dos EUA, Joe Biden, está próximo de abandonar a corrida pela reeleição depois que ameaçaram interromper o financiamento da campanha. Ao mesmo tempo, com líderes mais graduados do partido, incluindo os mais próximos de Biden, ampliando o coro pela desistência, analistas creem que a dúvida passa a ser quando — e não se — ele anunciará a saída.

Nos últimos dias, os doadores de Wall Street a Hollywood têm dito aos líderes das bancadas democrata no Senado, Chuck Schumer, e na Câmara, Hakeem Jeffriese, que não farão transferências enquanto Biden for o candidato à Presidência. "A pressão é intransponível", disse um democrata em Washington, prevendo que Biden estaria "fora até segunda-feira". Outras pessoas próximas do partido disseram que isso pode ocorrer antes.

Isolado com covid-19 em sua casa de veraneio em Delaware, Biden — de acordo com versões de imprensa — estaria "mais aberto" à possibilidade de desistir da corrida presidencial. Entre os notáveis democratas que passaram a duvidar das chances de Biden vencer estão o ex-presidente Barack Obama, a ex-presidente da Câmara Nancy Pelosi e o ativista de direitos civis reverendo Al Sharpton.

De acordo com o diário "The Washington Post", Obama — que tem declarado publicamente até agora seu apoio à continuidade da candidatura Biden — admitiu que "o caminho para a vitória do presidente Biden está mais estreito nos últimos dias" e que "ele deveria repensar se pode vencer". Biden foi vice-presidente durante os dois mandatos de Obama (2009-2017).

Pesquisas têm mostrado o adversário republicano de Biden, Donald Trump, avançando nos Estados decisivos. Em âmbito nacional, o tracking do site Real Clear Politics mostrava ontem os dois candidatos empatados tecnicamente, mas com Trump numericamente à frente por 47,7% a 44,7%.

Outra sondagem, da AP/Centro Norc, revelou que mais de 80% dos democratas querem outro candidato na cabeça da chapa do partido. Fontes em Washington têm dado a entender que pesquisas qualitativas internas do Partido Democrata apontam para prognósticos ainda mais catastróficos no caso de Biden seguir na disputa — numa indicação de que isso poderia reduzir também as chances de candidatos à Câmara, ao Senado e a vários cargos nos Estados.

Um deputado democrata disse que a crise partidária, que começou em junho com o desempenho desastroso de Biden, de 81 anos, em um debate com Trump, havia atingido um "ponto de ruptura". "Não vejo como ele possa sobreviver a isso", afirmou o legislador. Estrategistas do partido já desenham o cenário para a campanha sem Biden.

"A realidade está se estabelecendo", disse uma fonte democrata ao jornal "The New York Times", acrescentando que "não deve ser uma surpresa se o presidente anunciar em breve que endossará a vice-presidente Kamala Harris como sua substituta.

Nancy Pelosi, de 84 anos, que está em contato estreito com Biden, via telefone, disse diretamente ao presidente que está pessimista sobre suas chances, informou a rede de TV CNN. Ela deixou claro que a insistência dele em se manter na corrida colocava em risco o futuro do partido tanto na Câmara quanto no Senado. A visão do partido é a de que eleitores democratas não estarão estimulados a sair para votar sem que o candidato à presidente tenha chance de vitória.

O reverendo Al Sharpton, que foi pré-candidato à presidência nas primárias de 2004 e tem grande ascendência sobre as minorias afro-americanas e latinas de Nova York, afirmou ontem ter dito a Biden que "permanecer na disputa poderia colocar em risco grande parte do legado" do presidente.

"Eu disse que, não importa o que ele faça, eu sempre respeitarei o que fizemos juntos", disse Sharpton em uma entrevista ao "NYT". "Disse a ele que não seria eu quem o tiraria da disputa, mas que ele precisava fazer um cálculo sério de onde estamos, pois temo que todas as coisas pelas quais lutamos, como direitos de voto e ação afirmativa, estejam em risco."

Von der Leyen ganha segundo mandato na CE

Laurence Norman
Dow Jones

Em uma votação pela continuidade e tranquilidade política que contrariou a atual tendência antigovernista, a maior autoridade da União Europeia, Ursula von Der Leyen, ganhou seu segundo mandato como presidente do braço executivo do bloco econômico.

Os votos do Parlamento Europeu definiram a equipe de liderança da UE para os próximos cinco anos, em um momento de turbulências na Europa e nos EUA, de guerra na Ucrânia e de preocupações com os riscos à segurança representados pela China.

Von der Leyen, de 65 anos, ex-ministra da Defesa da Alemanha, foi a primeira mulher a se tornar presidente da Comissão Europeia (CE), em 2019, e se destacou ao assumir o papel de uma das principais vozes europeias críticas à China e favoráveis à defesa da Ucrânia. Ela tem trabalhado de perto com o governo Biden em muitas questões.

Seu novo mandato começará em novembro, quando os eleitores dos EUA irão às urnas para eleger um presidente. A equipe de Von der Leyen já trabalha nos bastidores para avaliar possíveis tensões que possam surgir entre a UE e Washington caso o ex-presidente Donald Trump volte à Casa Branca, um resultado que teria profundas repercussões para a segurança da Europa.

Entre as preocupações está qualquer decisão de um segundo governo Trump de retirar o apoio à Ucrânia, o que deixaria o fardo financeiro de apoiar Kiev sobre a Europa e poderia resultar no fim das sanções dos EUA contra a Rússia.


JEAN-FRANCOIS BADIAS/AP

Leyen foi eleita a primeira vez em 2019

Trump também ameaçou diversas vezes impor novas tarifas sobre bens europeus, o que poderia criar graves tensões comerciais. O comércio exterior, assim como a política antitruste, é um dos poucos campos na Europa onde a CE detém autoridade principal, e não os 27 países-membros da UE.

Von der Leyen foi a principal candidata do bloco de centro-direita Partido Popular Europeu, que ficou em primeiro lugar nas eleições de junho para o Parlamento Europeu e a colocou em posição de vencer um segundo mandato. Ela foi apoiada no Parlamento por uma coalizão de três partidos centristas pró-UE. O Partido Verde Europeu também decidiu apoiá-la, o que a ajudou a vencer a votação secreta em cédulas de papel, com 401 votos a favor e 284 contra.

O segundo mandato consolida uma reviravolta notável para a política alemã, cuja carreira parecia acabada até Paris e Berlim terem decidido jogá-la de paraquedas no cargo como candidata de última hora em 2019.

Filha de um funcionário de alto escalão da UE que se tornou um poderoso político alemão de centro-direita, Von der Leyen chegou a ser considerada em certo momento como possível sucessora da ex-primeira-ministra alemã Angela Merkel, mas caiu em desgraça após vários anos difíceis em um Ministério da Defesa alemão assolado por escândalos.

Von der Leyen foi aos poucos reencontrando seu rumo em Bruxelas, onde nasceu e morou quando criança. A UE foi lenta na distribuição de vacinas durante a crise da covid-19 e teve falhas no compartilhamento de materiais vitais, como as máscaras faciais, o que provocou graves tensões no bloco.

Ainda assim, seu primeiro mandato foi marcado por três grandes avanços para a CE. Os poderes fiscais sem precedentes que ela ganhou com o plano de recuperação da pandemia de mais de US$ 800 bilhões, que permitiu à CE emitir títulos de dívida em larga escala pela primeira vez, foi um deles.

Von der Leyen também conseguiu a aprovação legislativa de um plano climático ambicioso. Por fim, após a invasão da Ucrânia pela Rússia, Von der Leyen se tornou uma das líderes mais atuantes da Europa nessa crise. Trabalhou com Washington para impor amplas sanções à Rússia e deu forte apoio a Kiev nos primeiros momentos da guerra, quando Paris e Berlim ainda estavam mais hesitantes.

Críticos dizem que suas políticas verdes têm prejudicado a economia da Europa, que ela exagerou na ampliação dos poderes da UE e que foi frouxa demais no enfrentamento às medidas protecionistas tomadas pelo governo Biden. Ela também sofreu críticas de que houve falta de transparência na concessão de contratos de vacinas contra a covid-19.

Von der Leyen trabalhou com o governo Trump durante o último ano dele no poder, em um momento de altas tensões entre Bruxelas e Washington.

Trump, em entrevista à "Bloomberg News" nesta semana, indicou que seu antagonismo em relação ao bloco não diminuiu, dizendo que a UE trata os americanos "violentamente". Trump formou uma aliança com o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, o único líder da UE que votou contra a nomeação de Von der Leyen.

Em seu discurso ao Parlamento Europeu ontem, Von der Leyen criticou Orbán por suas recentes viagens a Moscou, Pequim, Washington e à casa de Trump na Flórida, no que o líder húngaro chamou de uma "missão de paz". Orbán está pressionando a UE a trabalhar com Trump, se eleito, para que se ponha um fim ao conflito.

"Essa chamada missão de paz não foi nada além de uma missão de concessões. Dois dias depois, os jatos de Putin miraram seus mísseis em um hospital infantil e maternidade em Kiev", disse ela.

Candidata de Macron é eleita presidente da Assembleia Nacional


DIVULGAÇÃO

O grupo político do presidente da França, Emmanuel Macron, formou uma aliança com políticos com tendência à direita para eleger Yaël Braun-Pivet (foto) como nova presidente da Assembleia Nacional da França. Braun-Pivet, de 53 anos, é a presidente da Assembleia Nacional desde 2022 e manteve seu cargo após três rodadas de votação na câmara baixa do parlamento. O regimento da câmara prevê que se após duas rodadas de votação nenhum candidato obtiver maioria absoluta, vence a disputa quem conseguir maioria simples na terceira rodada. O presidente da Assembleia não tem poderes executivos, mas pode influenciar na escolha do próximo primeiro-ministro por Macron. Nesta semana, o então premiê, Gabriel Attal teve seu pedido de renúncia aceito pelo presidente, vagando o segundo cargo mais importante do país.

Xi Jinping se prepara para período de crescimento lento

Bloomberg
De Xangai

O presidente Xi Jinping prometeu fazer do "desenvolvimento de alta qualidade" a força orientadora da segunda maior economia do mundo, demonstrando alguns sinais iniciais de que o governo está se preparando para anunciar grandes medidas para aumentar a demanda e conter a crise no mercado imobiliário.

O Partido Comunista sinalizou que a China manterá o plano de Xi de usar a produção industrial avançada para gerar crescimento, em uma declaração divulgada no encerramento de um conclave realizado a cada cinco anos. O foco no motor de fábrica poderá elevar as tensões comerciais, com um aumento das exportações chinesas já provocando a imposição de novas tarifas pelos Estados Unidos e a União Europeia (UE).

"O desenvolvimento de alta qualidade é a principal missão da construção de um país socialista moderno", disse a agência de notícias oficial Xinhua após a reunião de quatro dias em Pequim. Esse slogan vago geralmente é interpretado como uma ênfase na qualidade do crescimento econômico em detrimento do seu ritmo absoluto. Ele está centrado nas ambições de Xi de subir na cadeia de valor através da inovação tecnológica e do aumento da resiliência contra as restrições comerciais dos EUA.

"Continua havendo uma grande ênfase no crescimento de alta qualidade. Isso significa que a tolerância a um período de crescimento modesto e mais lento permanece em vigor", diz Becky Liu, chefe de estratégia macroeconômica do Standard Chartered na China. "E o critério para estímulos econômicos fortes de curto prazo continua muito elevado."

O Partido Comunista normalmente emite um relatório mais detalhado dias após o término da Terceira Plenária. É mais provável que políticas específicas inspiradas na conferência deverão surgir de uma reunião do Politburo de 24 membros da China, ainda este mês.

As autoridades chinesas estão enfrentando apelos para reequilibrar sua economia, à medida que os gastos dos consumidores diminuem enquanto as exportações crescem e as políticas se concentram em novos setores verdes como o de carros elétricos e painéis solares. Esta semana, dados divulgados sobre o segundo trimestre ficaram abaixo das expectativas, depois que as vendas no varejo em junho tiveram o menor crescimento desde 2022, aumentando a pressão para que Pequim se esforce mais para estimular os consumidores.

As autoridades reafirmaram sua determinação em alcançar as metas sociais e econômicas deste ano, que incluem um crescimento anual de cerca de 5%.

Xi disse que o ritmo de crescimento do PIB não deverá mais ser "o único parâmetro de sucesso para o desenvolvimento".

Outras prioridades incluem a criação de um sistema melhorado para a definição das políticas macroeconômicas – uma referência para evitar grandes repressões como as que abalaram os setores de educação e tecnologia anos atrás e afetaram a confiança do consumidor.

Esta reunião ocorre enquanto as autoridades chinesas lutam para conter uma crise no setor imobiliário, onde os cidadãos armazenam grande parte da sua riqueza. A queda dos preços das moradias e um mercado de trabalho fraco lançaram a China em sua mais longa sequência deflacionária desde 1999.

Isso está causando uma sensação de mal-estar crescente, com alguns cidadãos rotulando a era pós-pandemia como "o tempo do lixo da história" – uma frase que se refere aos momentos finais de uma disputa esportiva, quando a equipe perdedora não tem mais chance de reagir.

As autoridades prometeram fortalecer a orientação da opinião pública e "manter efetivamente a estabilidade social", sem dar detalhes. "Precisamos fortalecer a confiança cultural, desenvolver a cultura socialista avançada", prometeu o Partido Comunista, "e construir um sistema de comunicação internacional mais eficiente".

> "Tolerância a período de crescimento mais lento permanece"
> *Becky Liu*

O setor imobiliário, que a certa altura respondeu por um quarto do PIB chinês, foi mencionado apenas uma vez no comunicado de quase 4.000 palavras. Ele foi citado no contexto da gestão de risco, um possível sinal de que nenhuma medida de estímulo dramática está por vir.

Em maio, o governo anunciou um pacote centrado na flexibilização das regras de financiamento imobiliário e no incentivo aos governos locais para eles comprarem moradias. Até agora, a medida teve um impacto modesto.

No geral, a conferência pouco fez para resolver grandes preocupações como a maneira como os problemas da economia chinesa poderão ser resolvidos, segundo Xing Zhaopeng, da Australia & New Zealand Banking Group. "A dúvida sobre se haverá uma reviravolta no crescimento daqui para frente permanece", disse.

Repórter dos EUA tem audiência na Rússia

Dow Jones

O repórter americano Evan Gershkovich, do "Wall Street Journal", preso na Rússia sob acusação de espionagem, foi levado ontem para uma nova audiência do julgamento iniciado no fim de junho, segundo o "WSJ".

Uma porta-voz da justiça russa disse que o tribunal havia concluído a investigação e que agora ouviria "argumentos orais" de ambos a partir de hoje. Após essa fase do processo, Gershkovich será convidado a fazer sua "declaração final" e o tribunal irá deliberar sobre o veredito. Nenhum prazo para o anúncio da decisão foi divulgado.

Gershkovich está preso na Rússia desde março de 2023, quando o Serviço Federal de Segurança do país, ou FSB, o prendeu enquanto realizava uma reportagem em Ecaterimburgo. As forças russas acusam o repórter de estar obtendo informações para serem repassadas para o governo americano.

O "WSJ" nega as acusações da justiça russa contra Gershkovich. Os EUA pediram pela liberação imediata do jornalista, classificando sua prisão como de alguém "detido injustamente", o que abre margem para que o país negocie sua liberação diretamente com o Kremlin.

Em junho, os promotores russos aprovaram a acusação de espionagem contra Gershkovich.

O repórter americano estava credenciado pelo governo russo para atuar no país.

O "WSJ" informa que o julgamento está sendo conduzido em segredo e que as autoridades russas não apresentaram nenhuma evidência pública para sustentar as alegações contra Gershkovich. Os advogados do jornalista estão proibidos de revelar os detalhes do processo.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Senado tem o dever de impedir aumento da carga tributária

O projeto de regulamentação da reforma tributária (Projeto de Lei Complementar 68/2024) aprovado pela Câmara dos Deputados, e em exame pelo Senado, não amarrou bem um ponto fundamental das mudanças — a de que não resultariam em carga de impostos superior a 26,5%. Os deputados criaram para isso uma trava frouxa, dando ao Executivo a incumbência de enviar um projeto de lei para fazer as adequações necessárias se a carga total se desviasse do objetivo, em 2031. O dispositivo não estabelece que os impostos serão reduzidos se subirem acima dos 26,5%, apenas que o Congresso examinará esse assunto em 7 anos.

Houve uma corrida esperada de lobbies e setores em busca de vantagens especiais nas votações da regulamentação. Várias delas foram aprovadas, piorando o projeto, ainda que nem de longe desfigurando a mais importante mudança nos tributos desde a ditadura militar e uma transformação quase tão fundamental para a economia como foi a derrota da inflação pelo Plano Real. As principais modificações foram a inclusão de carnes, queijos, sal e farinhas na cesta básica, isenta de impostos, a migração da maior parte dos medicamentos para zero ou a faixa de desconto de 60% e a ampliação do cashback para 100% nas contas de luz, água, gás e esgoto.

Os cálculos sobre o quanto elas adicionarão à alíquota de referência do IVA dual não estão concluídos, mas é praticamente certo que ultrapassarão 27%, colocando o Brasil numa ingrata liderança, como o país que mais cobra tributos sobre consumo do mundo. Um dos motivos é que nas mudanças feitas na votação nenhum dos setores econômicos piorou em relação ao projeto original, e vários deles melhoraram de posição, tornando a conta final, a ser repartida por todos, mais alta e desigual.

Caberá ao Senado corrigir distorções. Os senadores conhecem a posição do governo que, a esta altura, se empenhará em fechar os espaços abertos para aumento da carga deixados por uma trava incerta e frouxa. O principal formulador da reforma, Bernard Appy, secretário para o assunto no Ministério da Fazenda, tem a avaliação correta. A aprovação de uma trava indica uma preocupação legítima, trata-se agora de aprimorá-la. A ideia é tentar definir no Senado que medidas seriam tomadas para reverter eventuais desvios da tributação.

Com a definição aprovada sobre o que fazer em tais casos, e opções para reequilibrar o IVA, consumidores e empresas não precisariam esperar a aprovação duvidosa de um texto pelo Congresso em 2031. A especificação dos procedimentos funcionaria na prática como um gatilho, a ser acionado a todo momento necessário, sem a necessidade de aguardar-se revisões quinquenais, a partir do momento, porém, em que a reforma estivesse plenamente em vigor, passada a fase de transição, em 2033. A fase de adaptação começa em 2026, com IVA de 1%, segue em 2027 com a extinção dos tributos federais PIS-Cofins e entrada em cena da Contribuição sobre Bens e Serviços, até 2033, quando todos os tributos do velho sistema darão lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços e ao CBS, que compõem o IVA dual.

Os deputados atenderam a pleitos de grupos sem preocupação de avaliar o efeito do que foi aprovado no resultado final. Como a transição é longa, aprovaram tudo que julgaram conveniente, para um acerto de contas na próxima década, quando passariam a examinar um projeto de readequação que pode ou não ser aprovado.

Com exceção da trava, o governo não parece decidido a brigar por muito mais coisas no Senado. Os senadores em tese poderiam reverter a inclusão das carnes na cesta básica e voltar ao cashback, mais justo e menos regressivo. No entanto, a oposição e o próprio presidente Lula defenderam a inclusão, o que a torna politicamente quase irreversível. Mas ainda é possível melhorar o que saiu das mãos dos deputados. É o caso da introdução das armas no capítulo do Imposto Seletivo. Ficaram fora e serão agraciadas com uma redução de tributos a 26,5%, menos da metade do que pagam hoje.

Da mesma forma, há detalhes nas cerca de 600 páginas da regulamentação onde se escondem armadilhas. Não bastasse a manutenção de privilégios tributários até 2073, pelos quais o país renuncia a R$ 25 bilhões de receitas por ano, deputados incluíram abatimento de dois terços do IBS para os fabricantes de bens de informática no âmbito de um terceiro crédito presumido (renúncia fiscal) e não previsto para bens industriais (O Estado de S. Paulo, ontem). Cabe aos senadores a complexa tarefa de revisão minuciosa de todo o texto aprovado para eliminar adendos de última hora que trazem vantagens indevidas a segmentos específicos.

Na reta final da reforma, é essencial que o Congresso delimite da forma mais precisa possível os mecanismos da barreira que impeça a elevação do montante de tributos acima de 26,5% e evite que o Brasil suba ao podium como campeão mundial de impostos sobre o consumo.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

País está longe da meta de ter 95% dos estudantes concluindo ciclo na idade adequada. Por **Patricia Mota Guedes**

Como superar a dura lógica da exclusão educacional no Brasil

No próximo semestre está prevista a divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que avalia a qualidade da educação básica no país, trazendo celebração entre Estados, municípios, redes e escolas que conseguiram melhorar seus desempenhos. Entretanto, ainda há lacunas importantes na garantia do direito à educação que o Ideb não captura. O aumento do índice de uma escola ou rede não significa que todos os seus estudantes tiveram uma trajetória regular: sem repetência, reprovação, abandono ou evasão.

Apesar de relevantes, os esforços empreendidos em avaliações ainda são ineficientes para identificar os estudantes que estão sendo deixados para trás no sistema educacional. E isso é fundamental para reduzir as grandes desigualdades nos resultados, considerando características como nível socioeconômico e cor/raça.

A pesquisa "A permanência escolar importa: indicador de trajetórias educacionais", realizada pela Fundação Itaú, em parceria com os pesquisadores Chico Soares, Izabel Costa da Fonseca, Clarissa Guimarães e Maria Teresa Gonzaga Alves, revela um panorama preocupante: quase metade dos estudantes brasileiros que nasceram entre 2000 e 2005 não concluíram a educação básica no período esperado. O estudo, feito a partir dos dados do Censo Escolar Longitudinal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra que o problema começa no Ensino Fundamental. Dos jovens que atualmente têm entre 19 e 24 anos, 52% não conseguiram chegar ao 9º ano do Fundamental com uma trajetória regular. Ou seja, apenas cerca de metade conseguiu ingressar na idade certa na escola, progredir a cada ano e concluir todas as etapas de ensino.

Garantir uma trajetória regular para todas e todos significa analisar o que precisa ser radicalmente melhorado nos anos finais do Ensino Fundamental. Significa também abordar as desigualdades, para além das médias. Dentre os estudantes mais pobres, apenas 38% concluíram do 1º ao 9º ano na idade certa. Em contrapartida, aqueles com nível socioeconômico mais alto têm uma trajetória escolar expressivamente melhor (69%). As desigualdades raciais também são marcantes: apenas 23% de indígenas e cerca de 44% de negros mantêm uma trajetória regular no mesmo período. Para brancos, o índice chega a 62%. Para estudantes com deficiência, o percentual é de somente 22%.

O cenário está distante do que estipulou a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), em que pelo menos 95% dos estudantes deveriam concluir o ciclo na idade adequada.

A trajetória regular parece uma pauta que já deveria estar superada, considerando os avanços da universalização do acesso. Mas os dados do Censo Longitudinal nos convidam a refletir e a debater sobre a qualidade das experiências de adolescentes na escola antes mesmo de chegarem ao Ensino Médio. Em que medida os jovens do 6º ao 9º ano se sentem acolhidos, valorizados, pertencentes, estimulados a aprender? Em que medida as experiências na escola com professores e colegas são significativas e aproveitam as características físicas, emocionais e sociais desta fase da vida? Em que medida equipes escolares e gestores recebem o preparo, acompanhamento e apoio necessários para a atuação nesta etapa? Quais estratégias podem contribuir para uma trajetória regular, em escolas de fato voltadas para as adolescências?


MICHAEL SCHWARZENBERGER/PIXABAY

Quando estudantes chegam ao 6º ano do Ensino Fundamental, enfrentam profundas transformações do ponto de vista da organização da escola e do currículo —, mas também na sua dimensão pessoal, que é a entrada para a adolescência. Eles enfrentam mudanças físicas e psicológicas próprias da idade e se deparam com um cenário escolar que exige cada vez mais autonomia e responsabilidade. Paralelamente, a aprendizagem torna-se mais complexa devido à maior variedade de professores e componentes curriculares. É nessa fase que os mecanismos de exclusão se intensificam, que a cultura de repetência e reprovação cresce, que as desigualdades vão marginalizando uma parcela considerável de estudantes.

A qualidade da trajetória escolar está diretamente ligada às estratégias da rede pública para facilitar a transição e ao quanto a escola consegue acolher e engajar adolescentes em toda sua pluralidade e intensidade, na perspectiva de fato da educação integral. Conhecer o modo de aprender de cada estudante e identificar suas fragilidades, acompanhar seu desempenho, prever metas e traçar estratégias para alcançá-las, enfrentar os mecanismos de exclusão relacionados aos marcadores sociais como raça/cor, gênero, nível socioeconômico e deficiência, além de construir uma relação de parceria com as famílias, são algumas recomendações para enfrentar esse desafio.

O mesmo tema surgiu em uma roda com educadores e estudantes durante a Ocupação Machado de Assis, realizada no início do ano em São Paulo. Machado conta a história de Pilar, um estudante que vivia o dilema de ir ou não para a aula. O conto começa com Pilar confessando que naquele dia "foi a lembrança do último castigo que me levou naquela manhã para o colégio". Sentado na sala de aula, ele admite: "Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. Agora que ficava preso, ardia por andar lá fora, e recapitulava o campo e o morro". Pensa nos outros meninos que já estão fora da escola e admira uma pipa de papel que vê através das vidraças. "E eu na escola, sentado, pernas unidas, com o livro da leitura e a gramática nos joelhos". Tudo lá fora parece mais interessante, mais cheio de vida.

No dia seguinte, Pilar cabula a aula ao ouvir tambores que o levam para brincar na praia da Gamboa. Ao final da leitura, Machado nos deixa pensando em quantos Pilares ainda se deparam com a falta de vontade de estar na escola. Por outro lado, para cada Pilar há também hoje a possibilidade de uma escola que desperta interesse, faz sentido, que garante a permanência com engajamento, pertencimento e aprendizado.

Já temos experiências dentro e fora do Brasil sobre caminhos possíveis. Esforços e políticas voltadas aos anos finais do Fundamental precisarão cuidar das trajetórias escolares. Uma política nacional para a etapa, o programa Escola das Adolescências, acaba de ser lançada. O próximo Plano Nacional de Educação também será uma grande oportunidade para nossa sociedade retomar o debate sobre priorizar uma trajetória escolar completa e regular para todos — sejam os que, como Pilar, estão na escola, mas não se sentem parte dela, sejam os que, como no conto de Machado, sequer são mencionados porque já foram excluídos dela e das oportunidades que ela abre.

Que o debate público educacional possa estimular caminhos e políticas para que a escola garanta que cada trajetória reflita permanência, pertencimento e aprendizado. Ter uma trajetória regular é parte do direito à educação.

Patricia Mota Guedes é superintendente do Itaú Social, mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, e em Administração Pública pela Universidade de Massachusetts Amherst, graduada em Ciências Políticas pela Universidade do Arizona do Norte.

Você disse 'entropia'?

José Eli da Veiga



Se sim, é muito provável que quisesse se referir a "desordem", não é? Pois saiba que esta velha associação tem sido cada vez menos aceita. Há físicos que excluem qualquer possibilidade de que desordem possa ser um bom sinônimo para entropia.

Forçosa surpresa, pois os resultados de qualquer busca na rede darão muita ênfase à ideia de que a entropia seria o grau de desordem das partículas de qualquer fenômeno físico e — por extensão —, também, do grau de desorganização de qualquer arranjo.

Mais: dizem que o termo entropia seria equivalente a aleatoriedade, casualidade, imprevisibilidade, incerteza, indeterminação e variação. Aprofundando um equívoco com longa história, como mostra — em notável exceção — o vídeo "Entropia não é desordem", do professor Eudes Fileti, no canal "Verve Científica", do YouTube.

Por sorte, a própria Wikipédia, igualmente, não perdoa, registrando, em nota de rodapé, que, no senso comum, a mais frequente associação entre entropia e desordem — a de bagunça — costuma ser "muito pouco cautelosa" e "bem delicada!" (sic).

Em definição menos tosca, entropia é a grandeza que mede o grau de liberdade molecular, exprimindo uma quantidade de configurações (ou microestados). A rigor, trata-se do número de maneiras em que as partículas (átomos, íons ou moléculas) se distribuem "em níveis energéticos quantizados, incluindo translacionais, vibracionais, rotacionais e eletrônicos".

Entretanto, por mais rigorosa que seja tal definição, em nada ajuda a entender o que estaria em jogo quando se usa o termo entropia: sua inexorável tendência a aumentar. Está constantemente diminuindo a quantidade de trabalho útil que pode ser obtida da energia do Universo.

Plagiando Isaac Asimov, pode-se obter trabalho se houver alta temperatura aqui e baixa temperatura lá. Quanto menor a diferença entre tais temperaturas, menos trabalho será exequível. A propensão é que áreas quentes esfriem e áreas frias aqueçam, sempre reduzindo a presumível quantidade de trabalho. "Até que, finalmente, quando tudo estiver na mesma temperatura, você não poderá mais obter nenhum trabalho disso, mesmo que toda a energia continue lá. E isto é verdade para TUDO em geral, em todo o Universo".

A visão dessa "morte térmica" não é das mais animadoras, claro. Mas há quem a considere, ao contrário, nem deprimente, nem tediosa. Bem mais do que assustadora, ela seria até libertadora. Afinal, as estimativas mais aceitas para a idade do Universo são bem superiores a 13 bilhões de anos.

A entropia constantemente diminui a quantidade de trabalho útil que pode ser obtida da energia do Universo

Desta forma, a grande novidade — ainda bem distante da Wikipédia, infelizmente — é sobre pesquisas de fronteira que proclamam a ideia de "entropia criativa", com base em minuciosas análises de dificílimo entendimento fora da redoma dos próprios físicos.

Mesmo sendo impossível que tais conclusões sejam aqui trocadas em miúdos, pode ser útil sintetizar pílulas instigantes em ordem cronológica. Apenas uma ideia geral que crie curiosidade sobre o que parece existir de mais avançado em pesquisas sobre o enigmático segundo princípio da termodinâmica, definidor da entropia.

As mais básicas são antigas e bastante conhecidas: a evidência científica de que "o vivo é energético" e que também "é entrópico", por envolver energias mecânica (movimento) e térmica (calor). As duas seguintes, já nada óbvias, só foram bem aceitas há oitenta anos: "o vivo é quântico" e "negativamente entrópico", ou melhor, "neguentrópico". Foi na escala das partículas subatômicas que a sobrevivência se revelou dependente de contínua extração de baixa entropia do ambiente.

A terceira dupla foi uma poderosa e complicadora extensão: além de energia, o mundo atômico também é informação. E, sendo quântico, "o vivo é informação". Então, "o vivo é entrópico, mas no sentido informacional". No pós-Segunda Guerra Mundial, foram estes os pontos de partida das teorias que deram origem à informática e à sua indústria.

A partir do decênio seguinte, a grande inovação foi a geometria fractal, logo seguida de interpretações pluri ou multiescalares. Movimento que permitiu aos físicos o uso de imagens em seus exercícios sobre entropia. Não demorou para afirmarem que "o vivo é fractal", que "o vivo é multiescalas", que "o vivo também é transescalas" e que "o vivo é entrópico de escala", na acepção de através das escalas.

No fim dos anos 1990, surgiu uma teoria dita "construtiva" — baseada em princípios de minimização na geração de entropia — levando seus pioneiros a concluir que "o vivo é neguentrópico e construtivo". Finalmente, as pesquisas de fronteira sobre dinâmicas sísmicas e de turbulências sugeriram uma dimensão ainda mais intangível, derivada da descrição de catástrofes e tentativas de prevê-las: "o vivo é log-periódico".

Se energia e entropia permanecem conceitos difíceis de serem bem dominados, o que dizer dos demais, acima elencados? Razão para efusiva recomendação do livro "L'Entropie Créatrice", de dois físicos e um paleontólogo-biólogo, com prefácio do pioneiro Didier Sornette (ed. Ellipses, 2023).

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP. www.zeeli.pro.br

Frase do dia

"Se não quiserem que a Venezuela caia em um banho de sangue, garantamos a maior vitória da história eleitoral do nosso povo".

De Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, sobre as eleições

Cartas de Leitores

Plano Real

Interessante relembrarmos, com mais riqueza de detalhes e analisando os pontos de vistas de diversos atores da política à época, sobre o Plano Real que completou três décadas este ano. O plano foi concebido e implementado, durante todo o processo, visando minar quaisquer arestas que eventualmente pudessem arruinar a nova moeda. Uma política pública construída a várias mãos, com intuito de promover a estabilização da economia brasileira, que pavimentou caminho para o crescimento do Brasil durante estas três décadas.

Leandro R. R. Mourthe
leandro.mourthe@icloud.com

Geração eólica e solar

Referente ao bom artigo "Impactos da geração eólica e solar no sistema elétrico brasileiro" (17/07), gostaria de acrescentar que a reserva girante de usinas hidroelétricas diminui a vida útil das turbinas hidráulicas devido ao fenômeno da cavitação, criando um custo adicional de reparo por parte das companhias geradoras. Que a postura atual do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), de não permitir ensaios dinâmicos nos reguladores de tensão, velocidade e PSS (Power System Stabilizer) dos geradores elétricos do SIN (Sistema Interligado Nacional) é no mínimo temerária. Os equipamentos citados são fundamentais para a estabilidade do sistema elétrico, evitando assim os chamados "apagões".

O ONS como órgão administrador do SIN deveria fiscalizar se estes equipamentos estão operacionais e corretamente ajustados. Não adianta o ONS fazer simulações computacionais de estabilidade e de fluxo de carga do SIN (Sistema Interligado Nacional), sem saber se os modelos matemáticos dos equipamentos em questão estão atualizados. Vou além, com a sua visão sistêmica única, o ONS deveria sugerir os ajustes dos equipamentos em questão.

José Luiz Guarino
galloguarino@gmail.com

Vance

Impressionante. J. D. Vance, um político jovem com uma mente arcaica (vice na chapa de Donald Trump que disputará a Presidência dos EUA), parece não perceber as transformações industriais dos últimos anos. As fábricas de hoje não são mais como as dos anos 60. Uma planta moderna tem mais robôs do que seres humanos.

Além disso, o tipo de emprego também mudou. Em vez de focar apenas na criação de linhas de produção, a ênfase agora está na criação de novos produtos.

A Nike, um dos maiores fabricantes de tênis do mundo, não possui uma única fábrica. Pegue qualquer produto eletrônico moderno: todos têm estampado "criado nos Estados Unidos" e "fabricado na China, Vietnã, Cingapura", e assim por diante.

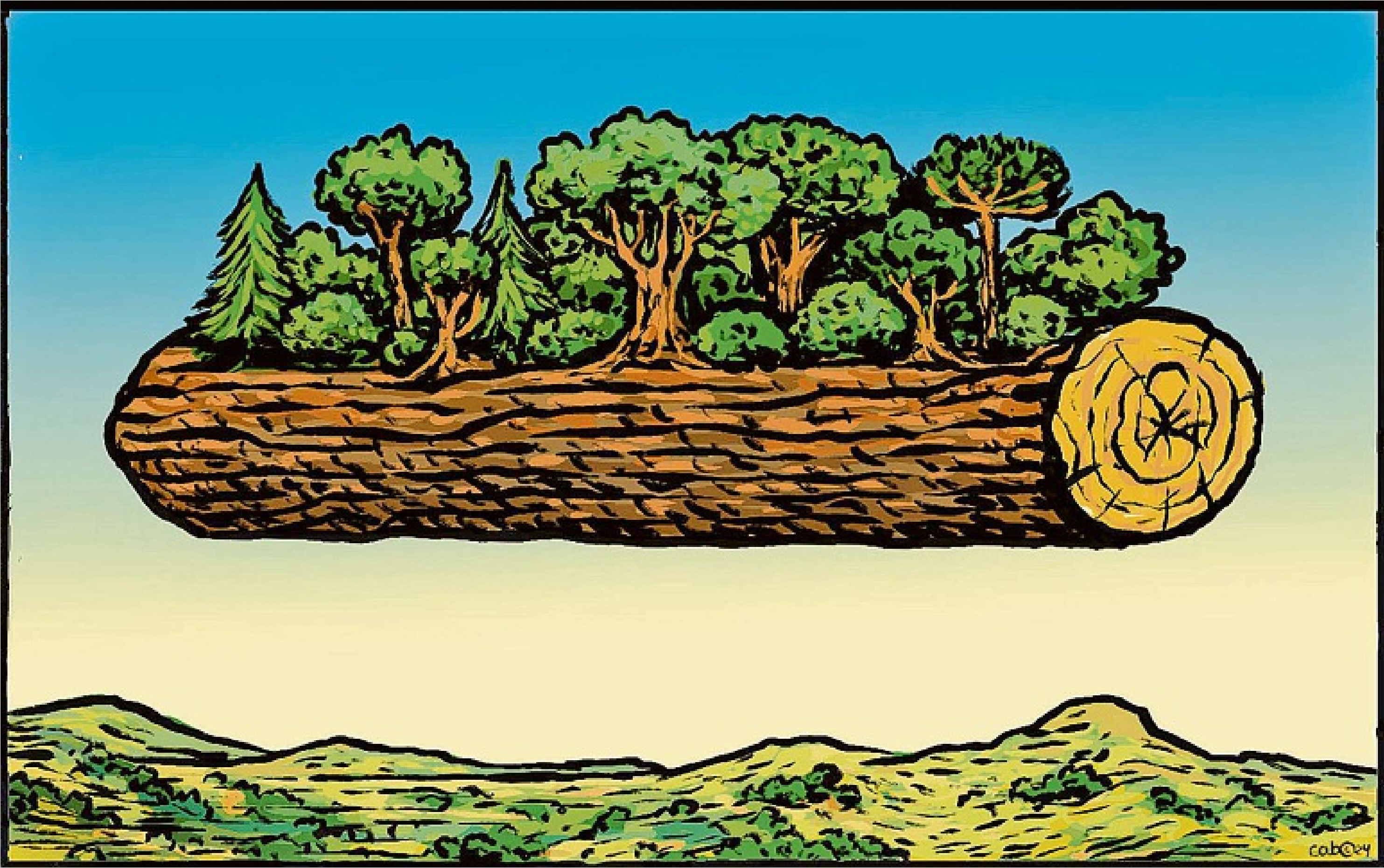
Artur Mendes
artmendes@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Regras ambientais impõem um ônus aos países em desenvolvimento. Por **Alan Beattie**

UE cria conflitos sobre desmatamento

Muitas autoridades de Bruxelas devem desejar nunca ter ouvido falar de desmatamento ou pelo menos das ideias da União Europeia (UE) sobra como pará-lo. A regulamentação do desmatamento, que começou como uma tentativa bem-intencionada de impedir que óleo de palma, cacau, café e outros produtos sejam cultivados em terras recentemente desmatadas, se transformou em um confronto diplomático contencioso envolvendo mais de uma dúzia de países. A maioria desses países é mais pobre que a União Europeia e muitos são ex-colônias, o que confere a toda a situação uma conotação desagradável de pós-imperialismo.



Em meio a reclamações do Brasil e da Austrália sobre dados imprecisos, sete dos 27 Estados membros da UE estão agora pedindo que a implementação da regulamentação seja adiada para além da data original de 30 de dezembro deste ano.

A UE se orgulha de seu compromisso progressista com o desenvolvimento. Mas suas regras de desmatamento e o imposto de fronteira sobre o carbono estão impondo um ônus sobre os países em desenvolvimento. Suas promessas de melhorar a ajuda, os investimentos e o acesso ao comércio não estão compensando.

O problema com a regulamentação não é o princípio, mas sim a conformidade, que claramente não foi criada tendo em mente a capacidade dos países mais pobres. O sistema foi elaborado pelo diretório de meio ambiente da UE, que tem uma experiência relativamente pequena em liderar com parceiros internacionais.

Para averiguar se óleo de palma não está sendo cultivado em terras desmatadas, por exemplo, fotografias de satélite da cobertura arbórea precisam ser verificadas no terreno através de visitas de inspeção individuais às fazendas. Como há, por exemplo, cerca de 2,6 milhões de pequenos plantadores de palmeiras produtoras de óleo na Indonésia, esse é um trabalho incrivelmente árduo.

A irritação dentro da UE, quanto mais entre os países produtores, agora tornou-se evidente. Sabine Weyand, diretora-geral do diretório de comércio, disse em um seminário em abril: "Acho que precisamos reconhecer que afastamos uma série de parceiros de que necessitamos, por meio do uso crescente de medidas comerciais autônomas. Isso é algo que ouvimos cada vez mais em relação a medidas como a regulação do desmatamento".

A formulação desconexa, a implementação deficiente, exigências políticas desviando dinheiro e atenção dos países de baixa renda que elas deveriam atender: tudo isso tem feito as tentativas da UE de reduzir o desmatamento complicadas e impopulares

A sugestão de Weyand foi ampliar a oferta da UE ao mundo em desenvolvimento — incluindo o "Global Gateway", sua estratégia para o aumento dos investimentos, especialmente para a transição climática e especialmente na África. Na ponta receptora, porém, essas ambições de amplo espectro muitas vezes não parecem significar muita coisa.

Odrek Rwabwogo, assessor sênior do presidente de Uganda para o comércio, diz que impor custos de conformidade climática a Uganda faz pouco sentido. O país é um dos menores emissores de carbono per capita da África. Menos da metade dos ugandenses têm eletricidade em casa. E Rwabwogo diz que seu país não precisa de sermões sobre a importância das florestas: "Tornamos verdes nossas colinas nuas porque é do nosso interesse, e não porque a UE nos diz para fazer isso". Mas, diz ele, os pequenos produtores de café em áreas arborizadas e com pouco impacto ambiental estão sendo tratados como se fossem grandes empresas comerciais.

Uma solução para Uganda seria concretizar o seu desejo de longa data de subir na cadeia de valor e torrar café no país, em vez de usar mais terras simplesmente para aumentar a produção de grãos verdes de café de baixo valor. Rwabwogo diz: "Manter-nos no fornecimento de grãos verdes de café é algo que causa desmatamento". Mas ele diz que as grandes empresas de torrefação não querem investir e transferir propriedade intelectual para Uganda, e a UE não pode ajudar. "Nossas conversas com a Europa não estão no nível que gostaríamos. Queremos que elas tratem do crescimento, mas elas tratam apenas de conformidade".

Resta saber quanto investimento o programa Global Gateway conseguirá atrair, mas enquanto isso as reduções na ajuda ao desenvolvimento real são um mau sinal. O Conselho Europeu de Relações Exteriores diz que nos primeiros dois meses de 2024, a UE cortou € 4,8 bilhões em ajuda ao desenvolvimento, o que representa 6% da ajuda total da UE como um todo, e da Alemanha e França.

A ajuda ao desenvolvimento para a África na verdade tem sido desviada para ajudar os refugiados da Ucrânia. (Os gastos com refugiados no próprio país do doador, absurdamente contam como ajuda, segundo a definição da OCDE.) A UE também investiu bilhões de euros no Egito e na Líbia na eufemisticamente intitulada "gestão da migração", para conter o fluxo de refugiados pelo Mediterrâneo — apesar das graves violações aos direitos humanos por esses países.

Dá para entender por que as invocações piedosas de comprometimento de Bruxelas com o mundo em desenvolvimento soam um pouco vazias. A formulação de políticas desconexas, a implementação deficiente, exigências políticas desviando dinheiro e atenção dos países de baixa renda que elas deveriam atender: tudo isso tem feito as tentativas da UE de reduzir o desmatamento desnecessariamente complicadas e impopulares. Um adiamento parece sensato, mas a UE deveria usar o tempo não só para resolver as dificuldades evidentes de conformidade, mas também para pensar em como as políticas climáticas, comerciais e de desenvolvimento podem ser combinadas em uma estratégia mais coerente.

No momento, os países na ponta receptora das políticas ambientais e de ajuda da UE podem ser perdoados por considerarem Bruxelas caprichosa e incompreensível. Não foi exatamente isso que ela se propôs a fazer. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

Alan Beattie é colunista do Financial Times.

INÊS 249

Especial

VICTOR J. BLUE/BLOOMBERG



A imagem de um Trump desafiador, punho erguido, polaroid de sua reação imediata ao atentado, foi a imagem dominante nos quatro dias de convenção no Fiserv Forum, em Milwaukee (Wisconsin)

EUA Oradores da Convenção Republicana 'denunciaram' os rivais democratas como os responsáveis pelo atentado contra o ex-presidente na Pensilvânia no sábado

Democracia foi o tema ausente na festa partidária para ungir Trump

Eduardo Graça
De Milwaukee (EUA)*

Durante quatro dias e quatro noites de reunião, os 2.429 delegados à Convenção Nacional Republicana, realizada em Milwaukee, no estado de Wisconsin, passaram ao largo da questão existencial mais importante da eleição presidencial de 2024. Donald John Trump, de 78 anos, que seria ungido, na madrugada de hoje, candidato à Presidência dos Estados Unidos pela terceira vez consecutiva, é ou não uma ameaça mortal à democracia americana?

Enquanto, do outro lado, os líderes do Partido Democrata se angustiavam com a iminente desistência do presidente Joe Biden da disputa pela reeleição, na arena trumpista só se percebiam explosões de júbilo pela ascensão do ex-presidente nas pesquisas.

Eixo central da campanha do Partido Democrata, a argumentação de que o voto em Trump seria um passe livre ao autoritarismo, ilustrado com tintas fortes pela tentativa de manipulação dos resultados pelo então presidente após sua derrota em 2020 e a invasão do Congresso por hordas de subversivos em 6 de janeiro de 2021, foi totalmente ignorada na sede da Convenção Republicana.

Menos de uma semana após a tentativa de assassinato do ex-presidente, em um comício na Pensilvânia, seus correligionários em Milwaukee nem sequer se preocuparam em elaborar resposta à retórica central dos adversários. Ao contrário, usaram o ato de violência política para virar a discussão ao avesso: teriam sido os governistas que, ao denunciar ações e falas do adversário, defender seu escrutínio pela Justiça e tentar impedir até sua presença na cédula eleitoral, estimularam um extremismo alienígena à democracia dos EUA. E seriam, assim, responsáveis diretos pelo horror do último sábado.

"Antidemocrático é o outro lado, que não queria deixar Trump nem concorrer. Perderam a discussão na pré-campanha, com as decisões da Suprema Corte, e serão derrotados novamente em novembro, nas urnas, como manda a democracia", afirmou, o ex-presidente da Câmara Kevin McCarthy.

A frase e o personagem dão o tom da convenção e revelam a capacidade da campanha de Trump este ano de transformar adversidades em seu benefício. São duas as decisões da Suprema Corte mencionadas pelo deputado da Califórnia, que no fim do ano passado foi escorraçado do comando da Câmara por colegas de extrema direita, deixando-a acéfala pela primeira vez na História. Uma vetou a Estados, entre eles o Colorado, a possibilidade de não incluir em suas cédulas em nome de Trump, por ele atentar contra a democracia. A outra determinou que ex-presidentes, como o republicano, desfrutam de imunidade para "atos oficiais" quando no cargo. Na prática, escreveu a juíza Sonia Sotomayor, indicada por um presidente democrata, em dura reação oficial da minoria, "transformou-se o presidente em rei".

O atentado que quase tirou a vida de Trump não selou o destino da eleição. O ex-presidente ainda terá de derrotar em novembro Biden, cada vez mais fragilizado, ou outro candidato democrata, se os líderes do partido conseguirem convencê-lo a deixar a corrida presidencial. Mas, na convenção, o ex-presidente foi saudado, por mais de um orador, como o "leão americano", misticamente predestinado a vencer a morte para concluir a transformação do país. Nem a escolha do animal é acaso.

> "Antidemocrático é o outro lado, que não queria deixar Trump nem concorrer"
> *Kevin McCarthy*

Antidemocráticos 'são os outros'. A imagem, bíblica, é a do bicho forte, em contraposição direta à decadência do democrata de 81 anos. A percepção interna, dizem veteranos batedores de ponto de eventos deste tipo, como o estrategista republicano John Osborne, é a de que a vitória está assegurada. Não só a unção no discurso de ontem, mas também o voto em 5 de novembro, são percebidos como momentos já desenhados em uma corrida democrática, mas com fim já traçado.

A arrogância detectada por Osborne, que participou das campanhas de Trump em 2016 e 2020, ainda que calcada na realidade da corrida, também pode ter consequências diretas para a democracia americana. Ao ser lembrado da derrota da senadora Hillary Clinton para o próprio Trump em 2016, quando a ex-primeira-dama era favorita absoluta, o militante Joseph Graylish, 53 anos, motorista de táxi que vive em um subúrbio de Milwaukee, respondeu sem titubear: "Só se roubarem de novo. Mas agora isso ficaria ainda mais escancarado. Que democracia é essa?".

A possível resposta: uma democracia sem Justiça Eleitoral e na qual o voto em determinadas unidades da federação vale mais, na prática, do que em outras. Mas que também é, ao mesmo tempo, ciosa da seriedade nos processos de apuração e fiscalização. Em unidades comandadas por republicanos em 2020, como Geórgia e Flórida, investigações sobre possíveis fraudes terminaram as negando peremptoriamente.

O que não impediu a trumpista Kari Lake, candidata ao Senado este ano no Arizona, afirmar do palco da convenção que uma lei fora aprovada no Congresso nos anos Biden estendendo a imigrantes ilegais, sem documentos, o direito ao voto. Isso jamais aconteceu. Sua mentira, no entanto, foi secundada por outros oradores.

Convenções partidárias, são, por definição, celebrações de um lado do jogo político. Em Milwaukee, no entanto, buscou-se subverter até mesmo essa premissa. Foco do discurso de Trump e dos quatro dias de autocelebração, o "pacto nacional" proposto pelo candidato imediatamente após quase perder a vida incluía figuras como o ex-presidente da Câmara McCarthy e destaques do partido que ousaram enfrentá-lo no passado, entre eles os senadores Ted Cruz e Marco Rubio, a ex-embaixadora Nikki Haley e o governador Ron DeSantis. Mas se traduziu de fato em chamamento, orador após orador, a um EUA mais único do que unido.

E com vilões nítidos, excluídos da encarnação populista, nacionalista e cristã proposta do sonho democrático, melhor explicitada no fraco discurso do candidato à vice, o senador J.D. Vance, de 39 anos: imigrantes ilegais, as "elites de Wall Street", a "burocracia corrupta de Washington" e a comunidade internacional, necessariamente atrás na fila de oportunidade comandada pelo lema "EUA à frente", um dos gritos de guerra mais repetidos no evento. Os outros foram, além dos óbvios "Trump" e "USA", "Construa o muro" (na fronteira com o México) e "Lutem", em referência à fala de Trump imediatamente após ser alvejado na Pensilvânia.

Camisas, broches e bandeiras com a imagem de um Trump desafiador, punho erguido, polaroid de sua reação imediata ao atentado, se multiplicaram das mãos de camelôs já na segunda-feira. Transformaram-se no souvenir central da festa.

Alerta do 'jornal da elite'. Ontem, no mesmo dia em que Trump fecharia a convenção, o "New York Times" destacou em suas redes sociais imagens que resumiam os anos Trump na Casa Branca. Com o título "O primeiro mandato de Donald Trump é um alerta" se sucediam imagens da invasão do Congresso, do veto da entrada no país de cidadãos de países do mundo islâmico, do fim do direito ao aborto, das marchas de supremacistas brancos com bandeiras da Confederação sulista, do corte de impostos às empresas com consequente aumento do déficit fiscal, da separação de famílias de imigrantes em situação ilegal, do ataque às regulações das agências ambientais e à comunidade trans, do desastre do enfrentamento à pandemia de covid-19. O avesso, neste caso, era o da nostalgia de um tempo vendido, como se esperava, muito menos sombrio na convenção.

Mas no saguão do Fiserv Forum, local da convenção partidária, não se lê o jornal "da elite da Costa Leste". A condenação e os processos contra Trump na Justiça não são percebidos como atestado de igualdade cidadã, mas de perseguição política. E outro símbolo inequívoco da convenção revela mais do que a brincadeira de gosto duvidoso em carnaval fora de época e lugar pode sugerir. Curativos na orelha direita, como o de Trump, passaram a ser usados por militantes no evento como prova de fidelidade ao líder e sinal de identificação dos que, afirmam, se comprometeram em "resistir ao avanço autoritário". A militância e as cabeças coroadas do partido celebraram alto e de forma triunfal a força trumpista em Millwaukee. Mas também saíram mais surdos para o que diz o outro lado, exercício essencial para a saúde da democracia. ***(*de "O Globo")***

Energia
Gasmig tem plano de investir R$ 5,8 bilhões em linhas de distribuição no Sul de Minas e Trângulo Mineiro
B4

Gás
Gasmig planeja investir R$ 5,8 bi até 2033 na ampliação da rede, conta Valle, presidente B4



Consumo
Cresce procura por vinhos livres ou de baixa intervenção entre jovens B6

Tecnologia
Meta negocia compra de participação de cerca de 5% na Essilor B7

Empresas

Logística Operadores, União e especialistas divididos entre ampliar atuais terminais ou leiloar nova área

Falta de consenso impede Porto de Santos de elevar capacidade para contêineres

Taís Hirata
De São Paulo

ANA PAULA PAIVA/VALOR



A disputa entre ampliar os atuais terminais ou leiloar um novo espaço para evitar um gargalo se arrasta desde o governo passado e isso, na visão de analistas, ajuda a travar a ampliação de Santos

Os operadores de contêineres do Porto de Santos travam uma disputa em torno dos planos de expansão da capacidade portuária, que hoje está em situação crítica. De um lado, as empresas de navegação Maersk e MSC, acionistas do terminal BTP (Brasil Terminal Portuário), tentam convencer o governo a tirar do papel o leilão de um novo terminal, o chamado STS 10. De outro, Santos Brasil e Ecoporto, da Ecorodovias, têm sido contrários à licitação. O plano alternativo seria fazer o aumento de capacidade por meio da ampliação de terminais existentes.

Por trás das divergências, há uma intensa troca de acusações sobre os interesses comerciais das empresas para defender cada um dos cenários, segundo fontes próximas a operadores e do poder público que pediram anonimato.

Críticos da Santos Brasil afirmam que a empresa tenta barrar a licitação porque se beneficia das tarifas elevadas, causadas pela falta de capacidade, e que o cenário eleva seu valor de mercado, inclusive para uma eventual aquisição da empresa. Já Maersk e MSC — que são tanto clientes dos terminais quanto acionistas da BTP — são acusadas de defender a expansão acima do necessário para baixar os preços e porque teriam interesse em conquistar um novo terminal próprio em Santos, reduzindo a dependência em relação a operadores bandeira branca, como a própria Santos Brasil. Há ainda rumores de que os armadores querem desfazer a sociedade na BTP, o que fontes próximas aos grupos negam.

Trata-se de uma disputa que se arrasta desde o governo passado e que, na visão de analistas, ajuda a travar a ampliação de Santos. Para uma fonte do poder público, independentemente da estratégia escolhida, é importante que o governo defina logo o plano, para solucionar a situação crítica.

O desentendimento entre operadores se acirrou em 2022, por conta do projeto do STS 10, que seria um megaterminal de contêineres. À época, Santos Brasil e outros grupos acionaram o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) contra a possibilidade de Maersk ou MSC disputarem o leilão. Havia o temor de concorrência desleal, dado que as duas empresas, que controlam a maior parte dos navios na costa brasileira, dariam preferência a seus terminais próprios e deixariam de usar os independentes. Já os armadores afirmaram que as acusações eram uma tentativa de limitar a competição e que os grupos nunca agiram de forma anticoncorrencial.

Ao fim, o projeto não saiu do papel e, com o novo governo, os planos mudaram. A nova administração em Santos decidiu engavetar o STS 10 e propôs outras formas de ocupar o local.

A ideia da Autoridade Portuária de Santos (APS) é que a área seja dividida: uma parte seria incorporada ao BTP; outra seria destinada ao novo terminal de passageiros, o Concais. Outro pedaço ficaria com o Ecoporto, que tenta renovar seu contrato, em um processo considerado controverso por técnicos, já que a renovação foi negada no passado. A concessão já deveria ter terminado e segue em vigor via liminar.

Além do rateio da área do STS 10, o plano da APS inclui outras expansões para contêineres: uma delas é a ampliação do terminal da Santos Brasil, incorporando um tereno hoje ocupado por moradia irregular, e, futuramente, a construção de um novo terminal, em local que hoje também é tomado por habitação ilegal.

Os planos da APS têm sido alvo de questionamento. Em março, um relatório da área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) questionou a proposta de ampliações sem licitação e apontou falta de estudos sobre o plano. O documento também critica a renovação do Ecoporto. O processo, porém, ainda não tem decisão por parte do ministro relator.

Segundo Anderson Pomini, presidente da APS, a autoridade portuária deverá concluir os estudos sobre o tema em um mês, e encaminhá-los à Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Ele reitera suas ressalvas ao STS 10 e diz que o terminal geraria um gargalo no acesso rodoviário. "Se hoje tivéssemos o STS 10 funcionando, Santos estaria totalmente parada na margem direita, porque não temos vias para escoar." As obras viárias deverão ficar prontas em até cinco anos, diz ele.

Pomini também afirma que as ampliações de capacidade previstas são suficientes para atender a demanda até 2035. Além dos projetos futuros em estudo, já estão contratadas obras de ampliação na Santos Brasil, na BTP e no terminal privado da DP World.

A percepção, porém, é questionada por parte das empresas e especialistas. Luis Carlos Montenegro, diretor da Neowise e consultor da TIL no Brasil (subsidiária da MSC), afirma que hoje a ocupação já é crítica e que só tende a piorar. Ele aponta que o tempo de fila dos navios neste ano chegou a 24,3 horas. "Estamos muito acima do limite. Em 2023 chegamos a uma taxa de ocupação de 87%, isso não existe no mundo, é caótico. Várias cadeias de produtos dependem disso, é um impacto generalizado." Ele explica que a taxa de ocupação ideal é de 63%, para não haver filas.

Com essa margem, a projeção de Montenegro é que, mesmo com as expansões contratadas e o eventual adensamento da BTP, a capacidade está aquém da demanda projetada. E mesmo se o projeto original do STS 10 saísse do papel, a perspectiva é que haveria um alívio só até 2035.

"O STS 10 daria a Santos um respiro de dez anos", diz Patrício Júnior, diretor da TIL. Segundo ele, mesmo que o desenho do terminal seja alterado para comportar o terminal do Concais — atendendo parte do plano da APS — é possível manter a capacidade inicialmente prevista e aliviar a situação.

Já Antonio Carlos Sepúlveda, presidente da Santos Brasil, defende que a ampliação dos terminais existentes é um plano melhor e mais rápido. "Três terminais funcionam mais do que quatro, porque permite concentrar a carga de transbordo. O STS 10 também é uma solução mais demorada, os adensamentos atendem de forma mais célere."

Ele nega que trabalhe contra o projeto por interesse próprio. "Não defendemos o não desenvolvimento do porto para ter vantagem, a prova disso é o plano de investimento que será antecipado para que o porto não tenha filas. Está se criando uma narrativa para gerar instabilidade."

Entre analistas do setor também não há consenso sobre o melhor plano. Para Marcos Pinto, diretor da Alvarez & Marsal, o novo terminal não necessariamente significa que os armadores irão trazer carga adicional ao porto. "Seria importante garantir que é volume adicional, e não deslocado de outro terminal. A licitação não dará essa garantia." Para ele, faltam ao Brasil arranjos jurídicos para isso.

Na visão de Roberto Levier, Coordenador do MBA de gestão portuária da FGV-SP, os planos não precisam ser excludentes, dada a expectativa de alta da demanda. "Na atual conjuntura, todas as respostas precisam ser analisadas. Não podemos deixar o parque industrial desabastecido."

Procurada, a Maersk afirmou, em nota, que o congestionamento no Porto de Santos é uma questão estrutural. "A realidade nos diz que as cargas estão sofrendo para serem escoadas há tempos". A empresa também pede "o cumprimento do planejamento público e a ampliação da capacidade em Santos para cargas conteinerizadas, sob o risco do Brasil perder competitividade. Nesse sentido, o maior projeto do portfólio do setor portuário brasileiro é o STS10".

O Ecorporto disse, em nota, que sua transferência para a nova área "não impede a expansão das operações de contêineres e ainda resultaria em ganhos de eficiência" e disse que hoje é "o único terminal multipropósito da região com experiência para operar cargas especiais e de grandes dimensões".

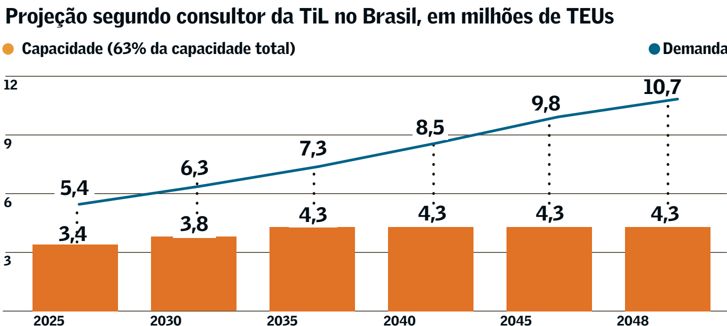
O Ministério dos Portos e Aeroportos não se manifestou.

> "Na atual conjuntura, todas as respostas precisam ser analisadas"
> *Roberto Levier*

87%
foi a taxa de ocupação do porto em 2023

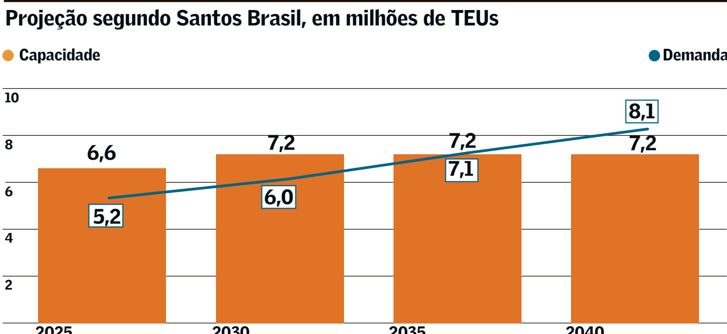
Movimentação de contêineres
Diferentes projeções de demanda e capacidade do Porto de Santos

Projeção segundo consultor da TiL no Brasil, em milhões de TEUs



Cenário considera as expansões de capacidade já contratadas na BTP, Santos Brasil e DPW, sem adensamentos ou STS 10; capacidade considera **63%** de ocupação dos berços; demanda considera taxa de crescimento de **3%** ao ano para o complexo de Santos

Projeção segundo Santos Brasil, em milhões de TEUs



Cenário considera as expansões de capacidade já contratadas na BTP e Santos Brasil; considera que a capacidade máxima dos terminais já prevê um cenário sem filas; demanda considera cenário base de crescimento de **3%** ao ano

Fontes: Neowise Consultoria e Santos Brasil

Destaques

Tegma no Cade
O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou, nesta quinta-feira (18), processo administrativo contra a Tegma e outras empresas do setor de transporte de veículos em virtude da investigação iniciada com a operação da Polícia Federal ocorrida em 17 de outubro de 2019. A operação, batizada de "Pacto", apurava a formação de cartel envolvendo empresas de transporte rodoviário de veículos novos, os chamados "cegonheiros". As investigações começaram a partir da assinatura de acordo de leniência, realizado cerca de um ano antes do início da operação, com o Cade. De acordo com a Tegma, o acordo de leniência parcial, firmado por uma das concorrentes, tinha como base uma suposta ação concertada no "transporte de veículos zero quilômetro importados, em especial para a cliente Kia, do porto à Estação Aduaneira do Interior". Após a instauração, o processo tramitará com a apresentação de defesas e instrução probatória.

Eólicas da Eletrobras
A Eletrobras informou nesta quinta-feira (18) que recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial dos primeiros aerogeradores do Parque Eólico Coxilha Negra, em implantação no município de Sant'Ana do Livramento (RS). Segundo a companhia, foram liberadas 14 unidades geradoras das 72 previstas para operarem na unidade. O investimento total é de R$ 2 bilhões com capacidade instalada de 302,4 megawatts (MW). Até o momento, o Parque Eólico Coxilha Negra tem 41 aerogeradores completamente montados, divididos em quatro conjuntos, conforme a Eletrobras em nota. Desses, 14 estruturas de Coxilha Negra 02 iniciaram operação comercial e outras nove estão operando na fase de testes. Paralelamente, a usina 03 possui 14 aerogeradores com autorização para operação em teste e avançam as obras de verticalização das primeiras torres de Coxilha Negra 04.

INÊS 249

Privatização Venda de 17% das ações atraiu R$ 187 bi em ordens; cotação fechou a R$ 67

Oferta da Sabesp tem busca recorde e preço abaixo da cotação

Taís Hirata, Maria Luíza Filgueiras e Fernanda Guimarães
De São Paulo



DIVULGAÇÃO/SABESP

Último passo do processo deverá se dar na segunda (22), com liquidação da oferta; depois, compra da Equatorial também deverá passar por análise do Cade

A segunda etapa da oferta de privatização da Sabesp, em que foram oferecidas 17% das ações da companhia, atraiu R$ 186,8 bilhões em ordens, segundo fontes. As ações serão vendidas a R$ 67 por papel — 18,3% abaixo do valor de fechamento dos papéis desta quinta-feira (18). Com isso, o pagamento total pela fatia será de R$ 7,9 bilhões. Ao todo, a oferta deverá somar R$ 14,8 bilhões, considerando os demais 15% de ações que já haviam sido conquistados pela Equatorial na primeira fase do processo.

A demanda da oferta bateu um recorde histórico no país, diz uma fonte. Segundo analistas, um dos fatores centrais para a procura elevada foi o preço das ações, que ficou muito abaixo do valor em negociação na Bolsa, o que significa que, para o investidor, o ganho com a venda dos papéis deverá ser elevado.

Fontes também explicam que as ordens são artificiais, dado que a maior parte dos investidores inflam seus pedidos, diante da expectativa de forte rateio no fechamento da oferta. Além disso, a Equatorial, que assumirá o posto de sócia de referência, é bem vista no mercado, o que também impulsionou procura.

A avaliação é que o "bookbuilding" (coleta de intenções de investidores na oferta) teve boa qualidade e atraiu os principais fundos. Do total de ordens, 53% veio de estrangeiros. Além disso, 65% partiram de fundos "long only" (que compram ativos apostando na valorização).

O fechamento teve um forte rateio entre os investimentos. Segundo fontes, na alocação, mais de 80% foram destinados para fundos "long only", com uma divisão de 50% para locais e 50% para estrangeiros. Outros 10% foram alocados a pessoas físicas.

Segundo apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**, estão entre os investidores acionistas relevantes da Equatorial uma amostra de confiança na participação da empresa, já que teriam exposição indireta e decidiram também buscar exposição direta, aproveitando também o desconto. Atmos, Squadra, Opportunity e Canada Pension Plan (CPP) são alguns dos acionistas relevantes. Entre os estrangeiros no livro da Sabesp, estão também velhos conhecidos do mercado brasileiro, como o fundo de Cingapura GIC.

> Operação somou R$ 14,8 bi ao todo; oferta atraiu estrangeiros e fundos 'long only'

O motivo do preço ter ficado tão abaixo do valor em negociação na Bolsa é que, pelo desenho da oferta, o preço da primeira fase funcionou como um teto para a segunda etapa, dado que o valor das ações teria que ser o mesmo.

Na primeira fase, a Equatorial foi a única a apresentar proposta para se tornar acionista de referência da Sabesp, e o valor ofertado foi de R$ 67, que já era relativamente baixo para a cotação naquele momento — a proposta ficou 7% abaixo do fechamento de 20 de junho (dia anterior à publicação do prospecto inicial) e 10,6% abaixo do preço registrado em 28 de junho (quando a proposta da Equatorial foi revelada).

Na segunda etapa, os investidores poderiam oferecer menos que esse valor, mas como a demanda foi elevada, o preço fechou no teto, de R$ 67.

A Equatorial terá a obrigação de manter os papéis por cinco anos, mas os demais investidores podem vender a qualquer momento, o que significa ganho fácil para os investidores que conseguirem comprar os papéis.

Com isso, o patamar de ordens bateu um recorde no país. Segundo uma fonte, a demanda foi três vezes mais elevada do que a segunda colocada — que foi a oferta subsequente de ações da Petrobras em 2010, que atingiu R$ 61 bilhões em pedidos.

Agora, o próximo passo é liquidação da oferta, que deverá se dar na próxima segunda (22).

Com a conclusão do processo na Bolsa, a compra de ações pela Equatorial ainda deverá ser analisada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Fontes dizem que a avaliação deverá levar no máximo 60 dias, mas só então a nova sócia de referência poderá assumir a gestão da Sabesp. A empresa terá o poder de indicar um terço do conselho de administração, assim como o presidente do conselho.

Diante das críticas ao preço, o governo paulista tem defendido que o principal objetivo da privatização era garantir a universalização e atrair um parceiro estratégico capaz de conduzir as melhorias necessárias na empresa. O modelo buscou aprimorar problemas identificados na privatização da Eletrobras, em que houve a pulverização total das ações.

Na oferta, o Estado seguirá com 18% de participação. Do valor arrecadado com a operação, 30% será destinado a um fundo voltado à universalização do saneamento no Estado. Esse fundo também irá garantir o subsídio para a redução tarifária prometida pelo governo paulista. Para clientes sociais e vulneráveis, a diminuição será de 10%. A tarifa residencial deverá cair 1%.

O novo contrato prevê R$ 68 bilhões de investimentos até 2029, para a universalização dos serviços de água e esgoto — que, antes, estava prevista para 2033 no planos de investimento da Sabesp.

R$ 82,02
foi o preço da ação na quinta-feira (18)

PGR é contrária à liminar do PT que tenta barrar negócio

Flávia Maia
De Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) deu parecer contrário à liminar solicitada pelo PT para suspender o processo de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A PGR foi intimada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, a se manifestar sobre o tema em 24 horas, uma vez que pelo cronograma oficial da desestatização no dia 22 de julho deve ocorrer a venda das ações.

Diante do prazo exíguo, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, informou ontem que "não se pode afirmar nítida a existência das irregularidades suscitadas, a justificar a concessão da medida cautelar neste momento".

No documento anexado aos autos, Gonet explicou que a insurgência do partido em relação à alienação das ações da Sabesp é contra um quadro de irregularidades, que teria acarretado a perda de competitividade e a oferta de ações em valor significativamente abaixo do preço de mercado. Portanto, não é possível uma análise tão rápida sobre a questão.

O PGR também criticou a via processual escolhida pelo PT para a ação, para ele o partido teria que ter escolhido uma Ação Direta de inconstitucionalidade (ADI), não uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). "Enquanto ação de contornos marcadamente objetivos, a ADPF não se afigura, porém, a via adequada para a apuração de condutas ilícitas, notadamente quando a solução da controvérsia demandar dilação probatória e incursão em análise exauriente de fatos e provas"

O PT ingressou na quarta-feira (17) com mais uma ação no Supremo contra a privatização da Sabesp. Já são pelo menos três ações questionando de alguma forma a venda da estatal na Corte. Essa nova ação pede suspensão imediata da lei que autorizou a desestatização da empresa e também de todos os atos praticados até então para a concretizar a privatização, como a contratação das instituições financeiras selecionadas para fazer a oferta de ações da empresa, a modelagem da alienação, o cronograma e as alterações no estatuto social.

O relator da ação é o ministro Cristiano Zanin, mas por conta do recesso do Judiciário, cabe ao presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, dar andamento ao processo.

Ação da Cteep valerá R$ 23,50 em operação da Eletrobras

Energia

Fernanda Guimarães e Robson Rodrigues
De São Paulo

A precificação das ações que a Eletrobras tem na Isa Cteep no âmbito de sua oferta subsequente (follow-on) devem sair por R$ 23,50 por ação, conforme apurou o **Valor**. No pregão desta quinta-feira (18), os papéis da Isa Cteep fecharam em queda de 2,76%, cotados a R$ 25,34 por ação.

A oferta é secundária, ou seja, a companhia não embolsará recursos com a transação. Tratamse assim, de ações detidas pela Eletrobras, que no ano passado decidiu se desfazer da participação. Até a data de conclusão de procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), a quantidade de ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 116,7% do total de ações, ou seja, em até 70 milhões ações de titularidade do acionista vendedor.

A venda da fatia na transmissora de energia faz parte do programa da Eletrobras, adotado após a privatização, de se desfazer de ativos não relacionados ao negócio principal da companhia. Os coordenadores da oferta foram o Citigroup, Itaú BBA, Banco Safra e XP Investimentos.

Atualmente, a Eletrobras detém 35,74% do capital total da Cteep. A antiga estatal já havia comunicado ao mercado sua intenção de vender posições minoritárias. Com a reestruturação, a empresa passou a reduzir o número de SPEs (sociedade de propósito específico), transformou as subsidiárias em subsidiárias integrais, fez desinvestimento em térmicas, enxugou o quadro de funcionários e vendeu participações consideradas não estratégicas.

A ISA Cteep é a segunda maior transmissora de energia no Brasil, atrás da própria Eletrobras. Presente em 18 Estados, a empresa opera uma rede de 28 mil quilômetros de linhas de transmissão por onde trafegam 30% de toda a energia elétrica transmitida no Brasil e 94% dentro do Estado de São Paulo.

Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não quis comentar. A Isa Cteep não respondeu até o fechamento desta edição.

Curtas

Crédito a farmacêuticas

O financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à indústria farmacêutica foi recorde no primeiro semestre. As aprovações para o setor alcançaram o maior valor desde 1995 e somam R$ 2 bilhões até meados de julho. Segundo o BNDES, o apoio financeiro está auxiliando as indústrias a desenvolverem medicamentos e associações farmacêuticas, além de vacinas e montagem de centros de pesquisa e desenvolvimento com a compra de máquinas. O valor das operações já aprovadas em 2024 é 32% superior ao de 2023.

Tarifa afeta Volvo Car

A Volvo Car, controlada pela chinesa Zhejiang Geely Holding, alertou que as potenciais tarifas da União Europeia sobre veículos elétricos provenientes da China afetarão as vendas do utilitário esportivo EX30, produzido na China. O grupo começará a produzir o modelo EX30 na fábrica de Ghent, na Bélgica, em 2025, à medida que pretende fabricar mais veículos mais perto dos mercados de vendas. A Bélgica servirá como centro de produção do EX30 para entregas nos EUA, após os americanos imporem nova tarifa de 100% sobre os veículos elétricos chineses.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Billiero Engenharia Ltda.** - Endereço: Não Consta - Requerente: Morita Esquadrias de Alumínio Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Guarulhos/SP

Requerido: **D&g Comércio, Importação e Serviços Ltda.** - CNPJ: 31.032.296/0001-56 - Endereço: Av. João Xxiii, 500, Anexo 510, Bairro Alípio de Melo - Requerente: Paulo Henrique de Almeida Carnaúba - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Fassam Faculdade de Samambaia S/s Ltda. Epp** - CNPJ: 12.543.550/0001-36 - Endereço: Quadra Qn 406, Ae, 01, Salas 21 e 22, Samambaia - Requerente: Fassam Faculdade de Samambaia S/s Ltda. Epp - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Gafisa S/A** - CNPJ: 01.545.826/0001-07 - Requerente: Gordilho e Napolitano Advogados Associados - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Mercury Comércio de Tintas Eireli** - CNPJ: 35.165.640/0001-36 - Endereço: Av. Nova Cantareira, 773, Anexo 775, Bairro Tucuruvi - Requerente: Sherwin Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Anaber Cosméticos Indústria e Comércio Ltda.** - CNPJ: 58.354.747/0001-28 - Endereço: Rodovia Sp 191, Km 64,1, S/nº, Exp Distrito Industrial - Vara/Comarca: 3a Vara de Rio Claro/SP

Empresa: **Apogeu Centro Integrado de Educação Eireli ME** - CNPJ: 06.929.784/0001-13 - Endereço: Quadra 29, Lotes 41 e 43, Salas 101 e 103, Setor Central Gama - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Laticínios Maná Ltda.** - CNPJ: 17.211.072/0001-80 - Endereço: Estrada da 5ª Linha Nascente, S/nº, Lotes 06 e 08, Quadra 59, Zona Rural, Glória de Dourados/ms - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Ramos Construtora e Segurança No Trabalho Ltda.** - CNPJ: 08.003.020/0001-28 - Endereço: Rua Ribeiro Nogueira, 136, Bairro Vila Nogueira - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 3a Vara de Varginha/MG

Empresa: **Ramos Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico Eireli ME** - CNPJ: 15.250.675/0001-66 - Endereço: Rua Ribeiro Nogueira, 136, Bairro Vila Nogueira - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: 3a Vara de Varginha/MG

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Multifoods Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda.** - CNPJ: 52.340.981/0001-10 - Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946, Portão 12, Ceagesp, Bairro Vila Leopoldina - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Polialimentos Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.** - CNPJ: 06.035.926/0001-07 - Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946, Portão 12, Ceagesp, Bairro Vila Leopoldina - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Ebm Transportes Ltda.** - CNPJ: 36.833.429/0001-07 - Endereço: Rodovia Br 116, Km 247, Nº 5840, Pátio 1, Área Industrial, Lages/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Er Marini Comércio de Madeiras Ltda.** - CNPJ: 22.667.557/0001-13 - Endereço: Rua Presidente Getúlio Vargas, 1643, Bairro Lagoão, Palmas/pr - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Heimertech Solutions Instalações Ltda.** - CNPJ: 40.605.185/0001-82 - Endereço: Rua José Lins do Rego, 168, Casa 01, Condomínio Alto da Colina, Bairro Alto - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Heimertech Solutions Ltda.** - CNPJ: 20.486.956/0001-52 - Endereço: Rua Augusto Stresser, 1573, Bairro Hugo Lange - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **M7 Indústria e Comércio de Compensados e Laminados Ltda.** - CNPJ: 21.144.090/0001-64 - Endereço: Rodovia Br 282, Km 225, S/nº, Bairro Boqueirão, Lages/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.





Parabéns, Sadia, pela maior promoção da história.

Outra dessa só daqui a 80 anos.



Maior Prêmio Individual já dado pela BRF em promoções comerciais.

Africa Créative/TM

Nosso negócio é criatividade.





INÊS 249

Gás Companhia mineira pretende desembolsar R$ 5,8 bilhões até 2033; plano prevê atender Vale do Jequitinhonha e distribuir biometano

Gasmig prevê 1.000 km de linhas do sul de Minas ao Triângulo

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) tem plano de investir R$ 5,8 bilhões até 2033, o maior aporte já feito pela empresa. O projeto contempla a construção de mais de 1 mil quilômetros de linhas de distribuição no Sul de Minas e Triângulo Mineiro.

Estatal também pretende atender futuramente o Vale do Jequitinhonha e distribuir biometano, mais sustentável que o gás natural de origem fóssil. Alguns projetos dependem de aportes por transportadores de gás ou da instalação de usinas térmicas para garantir demanda firme.

Os investimentos serão feitos com recursos próprios. A estatal não recebe repasses do governo de Minas Gerais, que conseguiu do Supremo Tribuna Federal (STF) aval para prorrogar até agosto a suspensão do pagamento da dívida de R$ 165 bilhões com a União, enquanto aguarda a regulamentação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), em discussão entre Congresso e Ministério da Fazenda.

A Gasmig tem usado recursos próprios e de terceiros para financiar seus projetos. A última captação foi em 2020, com a emissão de debêntures de R$ 850 milhões, com vencimento até 2031. A Fitch Ratings classifica o risco nacional de longo prazo da Gasmig em AA+(bra), com perspectiva estável. Segundo a agência, a nota reflete a geração operacional forte e a perspectiva de crescimento puxado pelos planos de investimento e pelo marco regulatório do setor.

Na avaliação de Rivaldo Moreira Neto, especialista em energia e diretor da A&M Infra, mais relevante que a viabilidade financeira dos projetos de expansão da Gasmig é a sua capacidade de atrair uma demanda firme pelo gás natural, permitindo que os custos dos investimentos sejam diluídos na tarifa com o aumento de clientes.

"Esse é o grande desafio, a modicidade tarifária, garantir que a tarifa não suba de forma desproporcional", afirmou Moreira. Para a expansão da rede é fundamental ter demanda nova de indústrias, que são os maiores consumidores de gás. O especialista acrescentou que todos os projetos da distribuidora passam por escrutínio público e só são aprovados se tiverem viabilidade técnica e financeira.

Gilberto Valle, presidente da Gasmig, disse que até 2028 está garantido o investimento de R$ 380 milhões na construção de 130 quilômetros de rede de distribuição ligando Extrema a Pouso Alegre, no sul do Estado, para atender indústrias locais.

> "O problema da térmica é que depende de leilão do governo para sair"
> *Rivaldo Moreira*

Neste ano, a Gasmig deu início às obras do Gasoduto Centro-Oeste, com construção de 300 quilômetros de linhas do sistema em 8 municípios. O projeto é orçado em R$ 800 milhões, aportados até 2026. "Dos 110 quilômetros de tubos de aço carbono previstos, 25 km já foram enterrados e 50 quilômetros foram desfilados [fase anterior ao aterramento]. O cronograma está em dia", disse Valle.

Também estão previstos investimentos da ordem de R$ 600 milhões no adensamento da rede de distribuição no Estado, com instalação de mais 900 km de tubulação em municípios mais populosos.

Para este ano, está prevista a construção de 107 km de redes para atender o mercado urbano. Outros 480 milhões serão usados na ampliação da rede de distribuição de gás natural veicular (GNV) em postos de combustíveis. A Gasmig possui uma rede de 1.675 quilômetros de gasodutos, que atendem 47 municípios mineiros. Atualmente, 94% do gás distribuído pela Gasmig via para a indústria, 2% para residências e o restante é para veículos. Em junho, a Gasmig atingiu 100 mil clientes ligados em sua rede.

Em relação ao projeto no sul do Estado, a Gasmig negocia com a Nova Transportadora do Sudeste

DIVULGAÇÃO



Valle, presidente, conta que para este ano estão previstos 107 quilômetros de redes para atender o mercado urbano

(NTS) a construção do Gasbex, duto para ligar o Gasoduto Bragança Paulista (SP) à Extrema (MG). Essa interligação permitirá atender o sul de Minas até Pouso Alegre, com possibilidade de expansão para o Triângulo Mineiro.

A Gasmig planeja construir 120 quilômetros de linhas de Extrema a Pouso Alegre, com investimento de R$ 500 milhões. "Temos três clientes que são grandes consumidores em Extrema e Pouso Alegre, e que hoje são atendidos por caminhões, que fazem a entrega de gás natural comprimido [GNC]", disse Valle. Um deles é a Pandurata, dona da Bauducco, que consome 30 mil metros cúbicos de gás por dia.

A NTS afirmou, em nota, que o Gasbex terá capacidade de entrega de 300 mil metros ³ de gás por dia à Gasmig e está em fase de "desenvolvimento de engenharia básica e licença prévia com o Ibama". A NTS já realizou em junho discussões com a população e autoridades de Bragança Paulista, Vargem (SP) e Extrema sobre o projeto.

Outro projeto em vista é a construção de um gasoduto para atender Triângulo Mineiro, Goiás e Brasília a partir da cidade de São Carlos (SP). O projeto é desenvolvido com a Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiasgás) e a Companhia Brasiliense de Gás (Cebgas). As empresas abriram um edital de chamada pública em abril para viabilizar o fornecimento de até 3,5 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural pelo gasoduto da Transportadora de Gás do Brasil Central (TGBC), a partir de 2031. O projeto está em fase de licenciamento ambiental pelo Ibama.

Outra alternativa em estudo para atender o Triângulo Mineiro seria a construção de um gasoduto de Jacutinga (MG) a Uberaba (MG), que seria ligado ao gasoduto Gaspaj da NTS.

> **300 km**
> **de linhas em oito municípios**

A expansão para o Vale do Jequitinhonha depende da construção de uma térmica na área da Sudene de 750 megawatts (MW), prevista no plano da Eletrobras, que consumiria 3 milhões de metros ³ de gás por dia. Para se ter uma comparação, a Gasmig distribui por dia no Estado 2,6 milhões de metros ³. Grupos privados avaliam implantar usina térmica na região. Segundo Valle, a região receberia gás da Transportadora Associada de Gás (TAG), a partir de um duto ligando Bahia ou Espírito Santo a Minas.

"O problema da térmica é que depende de leilão do governo para sair do papel. No caso de Minas, no primeiro momento, a expansão é mais viável na região metropolitana e região centro-oeste, que tem grandes indústrias", disse Moreira.

A Gasmig também planeja aumentar a oferta a partir do biometano e negocia a compra com dois possíveis produtores, em um processo de chamada pública. Valle vê ainda possibilidade futura a compra de gás natural líquido (GNL) proveniente de Vaca Muerta na Argentina por navios.

Di Santinni compra Capodarte de olho na classe A/B

Pipe

Calçados

Bianca Guilherme
De São Paulo

A Di Santinni, empresa do segmento de calçados que começou como fabricante e passou a ter a própria rede no varejo, acaba de comprar a Capodarte. A marca de bolsas, sapatos e acessórios é voltada para consumidores das classes A e B, com coleções majoritariamente de couro, uma mudança no perfil da carteira da compradora.

A companhia vai pagar R$ 36 milhões em dinheiro à gaúcha Paquetá The Shoe Company pelo ativo. Como a antiga dona estava em recuperação judicial até o fim do ano passado, a Capodarte estava em leilão e foi adquirida como uma unidade produtiva isolada (UPI), que dá a quem está comprando o direito de absorver o negócio sem herdar as dívidas de quem estava em recuperação judicial e, assim, evitar ser acionado por obrigações trabalhistas.

A Di Santinni só passou a considerar a operação como certa depois que recebeu ontem, da Justiça de Nova Hamburgo, no Rio Grande do Sul, a confirmação de que o leilão foi concluído.

Esta é a primeira aquisição da história da Di Santinni, uma empresa familiar que deu seus primeiros passos nos anos 1960, quando tinha apenas a fábrica de calçados e usava outro nome, e chegou a flertar com a falência nos anos 1970.

Com a incorporação da Capodarte, a Di Santinni, historicamente mais focada na classe C, pretende atingir um público menos sensível a preços e menos impactado pela concorrência de produtos importados da China, em especial após o boom das plataformas como Shein e Shopee.

> **R$ 36**
> **milhões foi o valor do negócio**

"É uma marca já consolidada, atemporal e que conseguiu sobreviver ao longo do tempo pelo tipo de produto que vende. Então tem um lugar garantido no mercado e a gente resolveu aproveitar e colocar no nosso portfólio", afirma Artur Tchilian, CEO da Di Santinni.

Conhecida pelo monograma de trevo — também uma união de quatro C (Cuore, Capriccio, Contemporaneo e Classe, inspirado na calçadistas italianas) —, a Capodarte tem 40 lojas na América Latina e uma fábrica em Sapiranga, no Rio Grande do Sul. Os produtos da adquirida, porém, não serão encontrados na rede da Di Santinni, que tem lojas multimarcas. Enquanto a parte comercial, de estilo e gestão seguirão com uma estratégia independente, as áreas fiscais, financeiras e contábeis serão tocadas pela Di Santinni. "O DNA da marca será preservado."

A Di Santinni, contudo, está absorvendo um negócio com vendas em queda. O faturamento da Capodarte, de R$ 120 milhões no ano passado, deve cair para R$ 80 milhões em 2024.

"Para este ano, obviamente, não dá tempo de fazer muita coisa, mas, para o ano que vem, vamos seguir com uma nova estratégia", diz Tchilian. "O período difícil ficou para trás. Estamos confiantes no futuro, na expansão e na aceleração do negócio", completa. A expectativa do empresário é elevar o tamanho da rede da Capodarte para 60 unidades em 2025 e bater 90 em 2026.

Tchilian, aliás, tem experiência com reestruturações. Enquanto a sua companhia era apenas uma fábrica em São Paulo, nos anos 1970, comandada pelo seu tio, o número de funcionários chegou a cair de 600 para 10. "O negócio começou a ter problemas financeiros e pouco a pouco ele foi perdendo tudo o que construiu de patrimônio. A fábrica foi encolhendo e chegou ao momento de ele não ter mais nada", conta o empresário.

Hoje com 62 anos de idade, Tchilian assumiu a empresa aos 18 anos, em 1980, e convenceu sua mãe a vender o apartamento da família para investir no negócio, que passou a focar no varejo. "Ela concordou, mas na família ficaram indignados com ela, coitada", relembra.

Com a recuperação, em 1987 a Di Santinni abriu sua primeira loja no Norte Shopping, no Rio de Janeiro. Hoje, tem 132 unidades em todas as regiões do Brasil, sendo 88 franqueadas. Em 2023, a companhia teve um faturamento de R$ 670 milhões, e a meta é que neste ano o valor supere R$ 700 milhões.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

> "É uma marca que sobreviveu pelo tipo de produto que vende"
> *Artur Tchilian*

Curta

Ford amplia produção

A Ford Motor aumentará a produção de suas populares picapes da série F com um investimento de cerca de US$ 3 bilhões em sua unidade no sul de Ontário, no Canadá, acrescentando uma terceira fábrica de montagem na América do Norte para veículos pesados. A montadora montará os veículos em seu complexo de Oakville, na área de Toronto, a partir de 2026, adicionando produção de até 100 mil unidades à medida que expande a produção dos veículos para além de sua fábrica de caminhões em Kentucky e da unidade em Ohio. A medida busca atender à forte demanda pelo maior gerador de dinheiro da empresa. O diretor-presidente da Ford, Jim Farley, disse que mesmo com as instalações existentes da série F funcionando em plena capacidade, a empresa não consegue atender à demanda. O investimento trará de volta à vida o local de Oakville mais cedo do que o previsto e também garante empregos que estavam em risco depois que a Ford adiou, no início do ano, o lançamento de veículos elétricos a bateria no local até 2027.

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	″
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	″
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	″
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	″
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	″
	Remuneração de direitos	9427*	″
	Previdência privada e Fapi	9466*	″
	Aluguel e arrendamento	9478*	″
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
19	Simples Doméstico - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico	Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico	Junho/2024
19	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Junho/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979*	″
19	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Junho/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960*	″
19	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Junho/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5987*	″
19	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta		
	Art. 7º da Lei 12.546/2011	2985*	Junho/2024
	Art. 8º da Lei 12.546/2011	2991*	″
19	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Entidades financeiras e equiparadas	4574*	Junho/2024
19	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Entidades financeiras e equiparadas	7987*	Junho/2024
19	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física	3208*	Junho/2024
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277*	″
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante Tributação Exclusiva	3223*	″
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Benefício Definido - Não Optante Tributação Exclusiva	3556*	″
	Resgate Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	3579*	″
	Benefício Previdência Complementar - Não Optante Tributação Exclusiva	3540*	″
	Benefício Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	5565*	Junho/2024
	Rendimentos do Trabalho		
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico)	0561*	″
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588*	″
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público	3533*	″
	Participação nos Lucros ou Resultados – PLR	3562*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5936*	″
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1889*	″
	Outros Rendimentos		
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708*	″
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944*	″
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280*	″
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204*	″
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891*	″
	Indenização por danos morais	6904*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5928*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1895*	″
	Demais rendimentos	8045*	″
19	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI	2852**	Diversos
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2879**	″
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ	2950**	″
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2976**	″

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

INÊS 249

Varejo Material elaborado por comitê teria fechado "ciclo" de participação de cada ex-diretor na fraude

Relatório sobre Americanas já provoca reações

Adriana Mattos
De São Paulo

A apresentação das conclusões finais do comitê independente, que investigou por um ano e meio o esquema fraudulento na Americanas, já provocou uma reação no mercado. Há uma busca por informações para acionar os responsáveis juridicamente, ou para melhor alinhar as estratégias para defendê-los. É a primeira investigação fechada sobre o caso — na área criminal, Polícia Federal e Ministério Público Federal continuam a investigar.

A empresa tem que apresentar as informações coletadas, na visão de advogados, por dever de transparência, mas são milhares de arquivos e calhamaços de dados, e, segundo fontes, há informações pessoais e mais sensíveis, ainda a serem analisadas. Procurada, a Americanas informa que fará a divulgação, sem citar prazos.

São cerca de 1,2 milhão de documentos coletados pelo comitê, que realizou cerca de 250 entrevistas com funcionários, ex-empregados e terceiros, num conjunto de mais de 74 terabytes de dados. Isso equivale quase a capacidade total de armazenamento de 300 celulares padrão (com 256 gigabytes).

Não fizeram parte da análise o conteúdo das delações fechadas pelo MPF com os ex-diretores Flávia Carneiro e Marcelo Nunes.

O comitê não teve vida fácil. Liderado pelo advogado Otávio Yazbek, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o órgão acabava no olho do furação pelo nível de pressão que teve que lidar.

A empresa dependia dele para dar uma resposta mais rápida ao mercado — enquanto a varejista era massacrada pela opinião pública e pressionada por credores de bancos — mas, ao mesmo tempo, a companhia não poderia atravessar o seu caminho.

Logo após o início das investigações, a Americanas chegou a dizer que esperava que o trabalho durasse seis meses, e foram quase 18.

Um desses ruídos ficaram claros quando a empresa decidiu, por meio do CEO, apresentar um relatório na CPI das Americanas, em junho, citando pela primeira vez a existência das fraudes (e utilizando documentos do comitê), quando os trabalhos do próprio comitê ainda engatinhavam.

Além de Yazbek, estavam no comitê Eduardo Flores, professor da FEA/USP, e o engenheiro e ex-conselheiro, Antonio Luiz Manso.

Com o documento fechado, as movimentações de envolvidos na crise já começaram. O Instituto Empresa, associação civil que defende o direito de minoritários, deve acionar a CVM para solicitar o material. Além da CVM, o MPF e a PF também receberão uma cópia, já disse a Americanas.

O Instituto Empresa encabeça, desde junho, um pedido de investigação para reparação de prejuízos e indenização aos acionistas na Securities and Exchange Commission (SEC) e no Departamento de Justiça dos EUA.

250
entrevistas foram feitas pelo comitê

A partir da publicação da apresentação, acionistas minoritários, ex-auditores da empresa, credores, investigados acusados das fraudes, além de outras partes envolvidas (testemunhas, supostas vítimas e delatores) passam a ter direito aos dados e conclusões. E pela magnitude do caso, e suas implicações, cabe a abertura pública, dizem os especialistas, inclusive aos funcionários da empresa, que buscam tirar a companhia da crise.

Partem da mesma premissa usada pela rede um ano atrás, quando o presidente do grupo, Leonardo Coelho, foi à CPI de posse dos "achados preliminares", produzido pelos advogados da empresa, BMA e Vilardi Advogados, sobre o esquema fraudulento.

Coelho alegava que a direção tinha a obrigação de publicar as informações pelos fatos novos recebidos dos advogados, e ainda pela necessidade de transparência.

"A partir do momento em que eu publico o Fato Relevante, fica aberto aos interessados o direito de acessar as informações, até porque todas as partes, direta ou indiretamente relacionadas, precisam avaliar se há medidas legais cabíveis a tomar ou não, especialmente os acionistas minoritários", diz Miguel Pereira Neto, sócio do Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados, especialista em compliance e contencioso civil. Pereira Neto não atua no caso.

No fato relevante da terça-feira (16), a Americanas diz que as evidências apresentadas pelo comitê confirmam a fraude contábil, e cita as duas já conhecidas ferramentas trazidas na CPI: o uso do risco sacado e da verba de propaganda na fabricação de indicadores falsos. E volta a dizer que os responsáveis não estão mais na rede — trata-se grupo de ex-diretores.

"É curioso que o fato relevante não traz mais nenhum dado novo além do que eles já trouxeram na CPI", afirma Eduardo da Silva, do Instituto Empresa. "Na prática, até agora, todo mundo continua às escuras, porque o que temos é a apuração da imprensa junto à PF e MPF, e a principal investigação independente permanece sigilosa".

Ele sugere a elaboração de um relatório conciso ou a publicação de um posicionamento claro da empresa ao mercado a respeito dos próximos passos.

Na avaliação da advogada Carla Benedetti, da área de compliance e criminal, a Justiça pode atuar protegendo informações sensíveis presentes na apresentação, como questões estratégicas da rede ou pessoais dos envolvidos presentes do relatório. "A empresa pode encaminhar esses dados ao juiz da recuperação judicial para que ele analise e decida sobre os dados mais sensíveis", diz ela.

"Mas aquilo que o mercado, a sociedade, e a própria empresa têm discutido há meses, vejo que há obrigação por razões de governança e transparência, especialmente ao se considerar que a empresa diz estar aprimorando sua relação com o mercado", afirma Benedetti, presidente da comissão de criminal compliance do Instituto dos Advogados de São Paulo. Benedetti não atua no caso.

Procurada, a Americanas diz que já está tomando providências para disponibilizar o resultado do trabalho do comitê. E diante "do grande volume de evidências e análises apresentadas", está avaliando a melhor forma de fazê-lo. Ainda manterá a conduta responsável e diligente na divulgação.

O tamanho interesse nas informações coletadas de forma independente chegou a gerar um conflito interno nas Americanas.

Na época das investigações pelo comitê, a PwC teria atrelado o avanço de seus trabalhos de auditoria na empresa, que estavam atrasados, ao acesso à documentação em posse dos três membros do comitê independente.

A varejista, por sua vez, argumentava que eram materiais sob análise do comitê e não seria preciso acessá-los para a elaboração do trabalho de auditoria. E que isso poderia ser uma espécie de pressão da PwC sobre o comitê.

As divergências cresceram, a relação entre as partes piorou e a Americanas trocou a PwC pela BDO em julho de 2023.

Agora, há grande expectativa de PwC e KPMG sobre os dados — ambas foram auditorias da empresa nos anos seguidos de falsificações de balanços. Há interesse nos documentos levantados pelo comitê para entender a fundo o grau de manipulação dos ex-diretores sobre os profissionais, na tentativa de esconder as manobras. Se confirmar que foram lesadas, caberia ação civil àqueles que agiram em grupo. Procuradas, as empresas de auditoria não comentaram.

O **Valor** apurou que os escritórios de defesa dos quatro executivos acusados de fraude na rede — Miguel Gutierrez, Anna Saicali, Timotheo Barros e Marcio Cruz — tentam obter a apresentação, alegando ser parte na investigação e ter o direito à mesma base de informações da Americanas. Nos últimos dois dias, a busca foi mais ativa, apurou o **Valor**.

"Já se sabe, por exemplo, que há uma clareza maior sobre a função específica de cada ex-diretor no suposto esquema, frente aos dados que a PF levantou, para além do que os delatores falavam. Porque os delatores só viam uma parte pequena do todo e não fechavam todo o ciclo", afirma uma fonte.

Um dos caminhos das defesas é entrar com pedido no MPF, CVM e junto à Justiça. Procurados pelo **Valor**, os advogados das partes não se manifestaram.

É um pedido obrigatório, considerando o que deve vir por aí.

A Americanas deixou claro, no fato relevante, que avaliará medidas para a defesa dos interesses sociais da companhia e o ressarcimento pelos prejuízos.

O material ainda tem peso relevante porque as informações já prestadas por PF e MPF ainda não relatam detalhadamente como era a interação entre diretoria e o conselho, com representantes do trio de acionistas de referência, formado por Beto Sicupira, Marcel Telles e Jorge Paulo Lemann.

Silva, do Instituto Empresa, diz que a apresentação pode identificar "o nível de comprometimento das estruturas internas da empresa", e daí, pode ficar mais clara as responsabilidades. Para o instituto, a direção e o conselho tem responsabilidade, mesmo que o conselho não soubesse das fraudes, porque falhou no dever de diligência. E o material pode ser uma peça importante no pedido de investigação aberto pelo orgão na SEC.

Por que cresce a onda dos bares de 'vinhos livres'

Consumo

Ângela Klinke
Para o Valor, de São Paulo

Uma moçada se reúne na calçada. Balada? Com taças de vinho na mão? Eles esperam na fila por uma mesa no Clementina, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Bares de vinho se tornaram um frisson em várias capitais, em especial no pós-pandemia, mas nesse caso específico há uma diferença. É um espaço exclusivo para quem prefere vinhos livres ou de baixa intervenção.

"O público busca produtos com pouco conservante e com quase nada de modificação da produção", explica Marcel Forte, sócio fundador do bar.

Grosso modo, vinhos de baixa intervenção são os que têm a mínima adição de componentes químicos enológicos no processo de elaboração. Por isso, são chamados também de vinhos livres, libertos de componentes tóxicos e sintéticos. Mas não há selos, por exemplo, que estabeleçam os parâmetros do que seria manipulação de "baixo impacto" na vinificação. Para o público em geral, no contrarrótulo da garrafa só há a obrigação de indicação da presença ou não de conservantes, como o sulfito.

Entram nesse grupo vinhos orgânicos, biodinâmicos e naturais. Os orgânicos não utilizam em sua produção nenhum tipo de agrotóxico ou fertilizante químico. Os biodinâmicos seguem a filosofia antroposófica em seu processo de cultivo e vinificação, levando em conta o calendário lunar, astrologia e todo o ecossistema onde os vinhedos estão inseridos. E os naturais, de forma genérica, são aqueles que fazem a fermentação de forma espontânea, sem intervenção química e sem filtragem.

"A única garantia de que um vinho é de baixa intervenção é a palavra do produtor e a confiança que se estabelece com ele", diz Maíra Freire, eleita sommelier do ano pelo guia Michelin, no comando das harmonizações no Lasai, no Rio, e militante dos vinhos de baixa intervenção. Ela faz a consultoria para um novo bar especializado que abrirá em agosto, em Botafogo, o Libô.

Em comum estes bares contam com vinhos "orgânicos, biodinâmicos e naturais" numa carta que se renova com frequência por lidar em sua maior parte com pequenos produtores que dispõem de uma "tiragem" limitada de garrafas. Mas esse é um aspecto que atrai o público. "Sempre temos vinhos novos para surpreender", diz Forte que abriu o Clementina há seis meses.

Há outros atrativos como o interesse por produtos mais saudáveis ao consumir um vinho "mais limpo" e com menor graduação alcóolica, em média em torno de 10%. Além, claro, das histórias autênticas dos produtores, que em muitos casos recuperam uvas autóctones ou esquecidas, e o compromisso declarado com a sustentabilidade.

Ter um repertório exclusivo nos Jardins, em São Paulo, foi o que motivou o advogado Renan Scapim e o administrador Raphael Lucente a abrir oficialmente este ano o Baco Dvino, primeiro bar de vinhos de baixa intervenção do bairro.

"Foi uma estratégia de mercado, mas também uma forma de mostrar que estes vinhos não são restritos a um público alternativo. É sempre bom lembrar que o Romanée-Conti é biodinâmico, sem precisar fazer propaganda sobre isso", disse Scapim.

Foi numa viagem a Napa Valley, em 2013, que ele despertou para os vinhos de baixa intervenção. "Fiquei curioso para saber o que os produtores queriam com aquilo, vinhos naturais e biodinâmicos cultivados em harmonia com o ritmo da natureza que desafiavam a lógica fordista do mercado", conta. "Entendi que buscavam fazer vinhos que expressassem exatamente o terroir do lugar, vinhos de alta qualidade que traduzissem o local de origem."

Foram anos acalentando o sonho de empreender até que com o sócio Lucente decidiu por um bar de vinhos de baixa intervenção. "É o que acredito e também os clientes, que tornaram o Baco um destino por sua carta de 57 rótulos de baixa intervenção."

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Raphael Lucente (em pé) e Renan Scapim Arcaro, sócios do bar Baco Dvino

São exemplares como o biodinâmico Chateauneuf-du-Pape do Domaine des Maravilhas e o vegano gaúcho Além dos Sentidos, de Vanessa Medin.

Quem ainda não é exclusivamente bar de vinhos de baixa intervenção, caminha para ser reconhecido por isso, como o Notre Vin, recém-aberto em Pinheiros. Hoje, conta o fundador e sommelier Danilo Camargo, 30% de sua carta são de "vinhos livres", mas a meta é chegar a 60%.

E outros bares e restaurantes que não tinham representantes da tendência, estão correndo atrás para compor uma carta menos convencional.

No Rio, por exemplo, até padarias como The Slow Bakery se especializaram no tema, que teve a sommelier Marcela de Genaro na condução da harmonização com os pães de fermentação natural.

A sommelier Maíra Freire organizou este ano a segunda edição da feira de "vinhos livres" Primeira Taça, no Jardim Botânico, com importadoras especializadas como Delacroix, Uva, 011 e Wine4U.

"A mudança do público entre a primeira e a segunda edição é muito grande, com consumidores mais informados sobre vinhos naturais", diz. O Rio chegou a ter um bar expoente na área, o Cru, que fechou na pandemia.

"O cenário agora está se consolidando por aqui. Por isso você vê eventos pipocando e novos bares surgindo como o Libô, o bar da The Slow Bakery e a abertura no Rio da Casa Tão Longe, Tão Perto", avalia.

A frente ganha corpo no país pela entrada cada vez maior das importadoras nessa seara, reforçando seu portfólio. Assim como o aumento da produção mundial e a oferta brasileira de vinhos de baixa intervenção. E, claro, o interesse crescente do público.

É o caso da Vinci, importadora que pertence a Mistral, que criou uma divisão só de vinhos naturais, biodinâmicos e orgânicos. A Belle Cave e a Berkman acrescentam representantes no seu catálogo e a Chez France, por sua vez, organizou uma venda especial em junho deste ano só sobre o tema.

A importadora Europa que está se aprimorando em naturais e orgânicos, acaba de agregar ao seu mix os vinhos Pheasant's Tears, um dos ícones da Georgia, país produtor que se destaca no universo dos vinhos de baixa intervenção.

"Quando comecei eram 10 produtores de vinhos naturais e hoje são 250 na Georgia", disse John Wuderman, fundador da vinícola, em visita a São Paulo. Ele vinifica seus vinhos utilizando a técnica milenar da qvevri (jarros gigantes).

A pioneira na área no país é Liz Cereja, que abriu o primeiro bar de vinhos orgânicos, biodinâmicos e naturais há 18 anos, no Itaim, em São Paulo, o Enoteca Saint VinSaint. Segundo ela, foram precisos mais de 10 anos até que chegasse um novo representante na área, o Beverino, na Vila Buarque, no centro de São Paulo, criado pelo sommelier Bruno Bertoli. Depois vieram o Clô, na Vila Madalena, a Casa Tão Longe, Tão Perto, de Gabriela Monteleone e do importador Ariel Kogan, na Barra Funda.

A onda atual, diz ela, tem um tanto de marketing. Liz, pessoalmente não gosta do termo baixa intervenção por ele ser "impreciso e caber tudo dentro." Ela pondera que existem mais de 300 aditivos enológicos que podem ser usados num vinho. "Se um produtor usar 250 seria classificado como baixa intervenção?", questiona.

Um vinho pode ser orgânico no cultivo, na matéria prima, explica, mas receber vários aditivos sintéticos em sua elaboração. "Então, não significa que por ser orgânico é de baixa intervenção. Por isso é tão importante conhecer pessoalmente os produtores in loco", explica Liz Cereja, que faz na Enoteca uma curadoria de vinhos "livres, sinceros, autênticos, puros, vivos e saudáveis."

Ela também é a criadora da Naturebas, que completou 12 anos, e se transformou na maior feira de vinhos naturais, biodinâmicos e orgânicos da América Latina reunindo 170 produtores de todo o mundo, como Wunderman, da Pheasant's Tears, que ela apresentou à importadora Europa.

Um feito e tanto para quem começou com oito expositores e que abriu caminho para vários pequenos produtores tivessem contato com o consumidor final, assim como, despertou o interesse do mercado nacional para o movimento.

18 anos
atrás foi aberto o Enoteca, o pioneiro

INÊS 249

Tecnologia Negócio é avaliado em € 4,5 bilhões e pode abrir caminho para o desenvolvimento de novos produtos, além do Ray-Ban Meta

Meta negocia a compra de 5% da EssilorLuxottica

Dow Jones Newswires, de Nova York

A Meta, dona do Facebook e do Instagram, está em negociações para adquirir uma participação de cerca de 5% na gigante de óculos EssilorLuxottica, empresa com a qual faz parceria para fabricar seus óculos inteligentes Ray-Ban, de acordo com fontes do "The Wall Street Journal".

Com base no valor de mercado recente da EssilorLuxottica, uma fatia 5% poderia valer € 4,5 bilhões. O investimento seria relativamente pequeno para a Meta, cujo valor de mercado é de US$ 1,2 trilhão.

As vendas dos mais recentes óculos inteligentes Ray-Ban, chamados Ray-Ban Meta, superaram as expectativas. O dispositivo, uma parte importante da estratégia de equipamentos da Meta, permite ao usuário tirar fotos e ouvir música com as armações dos óculos, entre outras funcionalidades.

Ao adquirir uma participação na EssilorLuxottica, com sede em Paris, a Meta pretende aproveitar o sucesso dos Ray-Ban Meta e desenvolver mais dispositivos em conjunto, disseram as pessoas.

Manter os laços com a fabricante de óculos é crucial para o sucesso dos dispositivos inteligentes e as ambições da Meta de construir o chamado metaverso — um termo usado para descrever pessoas interagindo em uma versão 3D da internet simultaneamente.

Uma terceira geração dos óculos Ray-Ban Meta deve estar pronta para os consumidores a tempo para a temporada de compras de fim de ano de 2025, disseram pessoas familiarizadas com o assunto. Esse dispositivo deve incluir uma pequena tela de display.

O apelo da marca Ray-Ban da EssilorLuxottica é importante para o sucesso de um dispositivo tecnológico que os usuários devem usar no rosto, disseram as pessoas. Além disso, a LensCrafters, a varejista de óculos de prescrição, desempenha um papel fundamental na venda dos Ray-Ban Meta para usuários que precisam de lentes de prescrição.

As duas empresas começaram a trabalhar juntas há vários anos para o lançamento dos primeiros óculos inteligentes Ray-Ban Stories, que foram colocados à venda em 2021. Na época, as duas empresas haviam concordado em desenvolver dois dispositivos, segundo duas fontes.

O "Financial Times" relatou anteriormente que a Meta estava discutindo a aquisição de uma pequena participação na EssilorLuxottica. As negociações continuam e podem não resultar em um acordo, disseram fontes.

O dispositivo inicial teve dificuldade em conquistar os consumidores, e entre os óculos vendidos, apenas 10% dos Ray-Ban Stories foram usados ativamente por seus compradores, de acordo com um documento interno da empresa.

Os óculos de segunda geração Ray-Ban Meta foram colocados à venda em setembro e se saíram significativamente melhor do que seus antecessores.

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG



Uma terceira geração dos óculos Ray-Ban Meta deve estar pronta no fim de 2025

Os óculos Ray-Ban Meta operam mais rapidamente e têm câmeras melhores do que seus antecessores. Os Ray-Ban Meta também incluem tecnologia emergente de inteligência artificial (IA) generativa que permite aos usuários pedir ao dispositivo informações sobre os objetos à sua frente, como a raça de um gato.

Os Ray-Ban Meta se mostraram populares entre os usuários que desejam gravar vídeos, sem usar as mãos, de seus filhos brincando e vídeos em primeira pessoa de si mesmos enquanto fazem atividades como andar em montanhas-russas ou andar de bicicleta.

A Meta não informa quantos óculos Ray-Ban Meta foram vendidos, mas o executivo-chefe Mark Zuckerberg disse em abril que o dispositivo estava indo bem e que um mercado para esse tipo de dispositivo estava se desenvolvendo mais cedo do que ele esperava.

A companhia vende os óculos Ray-Ban Meta com um desconto de 15% a seus funcionários, com um limite de três pares por empregado, segundo fontes. Os novos óculos se mostraram tão populares internamente que alguns funcionários tentaram conseguir pares extras de seus colegas após atingirem o limite de três pares.

Na quarta-feira, a EssilorLuxottica anunciou dois acordos próprios: um negócio de US$ 1,5 bilhão pela marca Supreme da controladora da Vans, a VF, e uma participação de 80% na Heidelberg Engineering, da Alemanha.

OpenAI lança ChatGPT menor e mais barato

Alex Perry
Dow Jones Newswires

A OpenAI lançou nesta quinta-feira (18) uma versão menor e mais barata da tecnologia que está na base do ChatGPT. O lançamento faz parte da tentativa da empresa, mais conhecida por suas pesquisas de ponta na área da inteligência artificial (IA), de se tornar mais bem-sucedida na área comercial.

Segundo a OpenAI, a nova versão de seu modelo de inteligência artificial, chamada de GPT-4o mini, tem um custo de uso 60% mais baixo do que o do modelo que alimentava o ChatGPT (que até pouco tempo atrás levava o nome de GPT-3.5 turbo). A versão mini também conseguiu resultados melhores nos testes que OpenAI faz para medir inteligência e eficácia.

A OpenAI é a marca mais conhecida na pujante área da inteligência artificial generativa e por isso sua decisão de se empenhar mais em incorporar a eficiência é um indicador importante de uma virada mais abrangente do setor.

Até então a OpenAI e concorrentes como o Google e a Microsoft se concentravam principalmente em desenvolver modelos de IA maiores e mais poderosos. Agora, essas empresas estão tentando equilibrar esses esforços com o lançamento de pequenos modelos que podem ser mais lucrativos para elas e mais úteis para clientes empresariais que só precisam da tecnologia da inteligência artificial para executar bem certas tarefas específicas.

O Google e as startups Anthropic, Mistral e Cohere também lançaram modelos menores neste ano. A Microsoft deu destaque a uma família de modelos pequenos chamada Phi, que, segundo ela, tinha 1/100 do tamanho do modelo que servia de base ao ChatGPT na época.

Muitas startups de inteligência artificial generativa, assim como a gigante Apple, têm se concentrado nos modelos pequenos, que são mais baratos de desenvolver porque costumam ser treinados com lotes de dados menores. Eles também exigem menos capacidade de processamento para funcionar e, em alguns casos, podem operar diretamente em dispositivos como os de celulares.

A OpenAI informou que atualmente o GPT-4o mini pode interpretar entradas de texto e de imagem e mais tarde ganhará a capacidade de escanear e gerar áudios e vídeos.

A tecnologia começou a ser disponibilizada para pessoas que usam as versões gratuita e premium do ChatGPT nesta quinta-feira. A empresa explicou que ela estará disponível para clientes empresariais na semana que vem. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

60%
é a redução no custo de uso da nova versão

INÊS 249

INÊS 249

DM9

JHSF

SURPREENDENTE

CONHEÇA OS PRODUTOS IMOBILIÁRIOS DO BOA VISTA VILLAGE,
DISPONÍVEIS TAMBÉM PARA LOCAÇÃO COM AS JHSF RESIDENCES.



SURFSIDE RESIDENCES

2 a 4 suítes / 139 a 627 m²



GOLF RESIDENCES*

2 a 3 suítes / 220 a 500 m²



GRAND LODGE RESIDENCES

2 a 4 suítes / 135 a 486 m²



VILLAGE GARDENS & VILLAGE PARKS

Lotes a partir de 2.500 m²



VILLAGE HOUSES

Residências de campo exclusivas de 696 m²,
localizadas em terrenos individuais
a partir de 2.030 m², numa região reservada



FAMILY OFFICES

Escritórios privativos, próximos
ao Town Center, de 91 a 716 m²

O Village com cultura, liberdade, diversão e senso de comunidade, num projeto arquitetônico por Sig Bergamin, Murilo Lomas e Pablo Slemenson e paisagismo de Maria João d'Orey.

Reunindo lotes exclusivos em condomínios residenciais, além dos **Grand Lodge Residences**, **Surfside Residences**, **Golf Residences - com unidades para locação**, **Village Houses** e escritórios no **Family Offices**.



GOLF · SURF · TÊNIS · EQUESTRE · TOWN CENTER

VISITE O SHOWROOM • VENDAS: 11 3702.2121 • 11 97202.3702 • atendimento@centraldevendasfbv.com.br

SAIBA MAIS



Aviso Legal: O presente se refere aos loteamentos e às incorporações do Boa Vista Surf Lodge, do Boa Vista Golf Residences, do Grand Lodge Hotel & Residences, do Surfside Residences e do Village Family Offices registradas no RGI de Porto Feliz/SP e a futuros lançamentos da JHSF. Os projetos e memoriais de incorporação ou de loteamento dos futuros empreendimentos estão sujeitos à respectiva aprovação pela Prefeitura de Porto Feliz/SP e demais órgãos competentes e ao registro nas matrículas dos imóveis. As amenities referentes à piscina para prática de surf, ao spa, ao equestre e aos clubes de tênis, esportivo e de golfe não integrarão os futuros lançamentos e/ou as incorporações já registradas. O uso de tais amenities será feito de acordo com as regras previstas na Convenção de Condomínio de cada incorporação imobiliária, no Estatuto Social da Associação Boa Vista Village já constituído e nos regulamentos específicos. A JHSF poderá desistir do lançamento dos futuros empreendimentos. As ilustrações, fotografias, perspectivas e plantas deste material são meramente ilustrativas e poderão sofrer modificações a critério da JHSF e/ou por exigência do Poder Público. O memorial de incorporação ou do loteamento e o instrumento de compra e venda prevalecerão sobre quaisquer informações e dados constantes deste material. Intermediação comercial pela Conceito Gestão e Comercialização Imobiliária Ltda. CRECI 029841-J. Telefones (11) 3702-2121 e (11) 97202-3702.

*JHSF RESIDENCES

Entretenimento O serviço de streaming e o estúdio seriam separados das redes de TV, que herdariam as dívidas da companhia

Warner Bros Discovery traça um plano drástico de cisão

Maria Heeter, Antoine Gara, Sujeet Indap, James Fontanella-Khan e Christopher Grimes
Financial Times, de Nova York e Los Angeles

A Warner Bros Discovery (WBD) discute um plano drástico para separar seu serviço de streaming digital e seu estúdio de filmes de suas redes de TV tradicional, uma vez que a gigante de mídia americana dona da CNN e da HBO estuda opções para impulsionar o baixo preço das ações.

Segundo fontes a par do assunto, o executivo-chefe (CEO) da WBD, David Zaslav, estuda várias alternativas estratégicas, que vão desde a venda de ativos até a separação do estúdio de cinema Warner Bros e do serviço de streaming Max em uma nova empresa, que ficaria livre da maior parte da dívida líquida atual do grupo, de US$ 39 bilhões.

A WBD, cujo valor de mercado caiu mais de 30% nos últimos 12 meses, para cerca de US$ 20 bilhões, ainda não contratou um banco de investimento para iniciar qualquer transação específica, mas alguns de seus executivos de alto escalão têm conversado com consultores para encontrar uma solução que esteja no melhor interesse dos acionistas, segundo as fontes.

A WBD tem o bilionário das telecomunicações John Malone e a família Newhouse, que controla a editora Condé Nast, entre seus grandes acionistas.

Pessoas próximas à WBD também abordaram informalmente consultores de empresas de mídia rivais para sondar se estariam interessadas em explorar opções de aquisição ou fusão com alguns de seus ativos, disse uma fonte.

A WBD, segundo já foi noticiado, teria considerado fusões anteriores com a NBCUniversal, da Comcast, e a Paramount, que desde então acertou a venda de seu estúdio Skydance para David Ellison. Ambas têm ativos de TV tradicional e plataformas de streaming de pequena escala.

A WBD não quis comentar o assunto. Segundo fontes, em última análise, a companhia ainda poderia decidir continuar a operar com a estrutura atual.

Uma separação, no entanto, parece ser a opção mais forte, de acordo com as fontes, e nesse cenário a maior parte de sua dívida poderia permanecer com a unidade de redes de TV a cabo, um mercado já maduro. Isso poderia ajudar as operações de streaming, cujo ritmo de crescimento é maior, a alcançar um valor relativo mais alto para suas ações, embora uma das fontes tenha dito que os executivos da WBD sabem do risco de descontentar os credores.

Analistas do Bank of America alertaram para o impacto "potencialmente devastador" que uma cisão poderia ter sobre os detentores de títulos. A Lionsgate, uma rival da WBD, recentemente enfrentou uma revolta de credores após separar sua rede de TV a cabo Starz. Uma fonte envolvida nas discussões observou que a dívida da WBD foi emitida em um ambiente mais tolerante, com poucas cláusulas que impediriam essas manobras financeiras.

A ideia de "desmembramento estratégico" em estudo criaria uma empresa integrada pelos ativos de TV tradicional da WBD, cujas receitas estão em queda, apesar de ainda gerarem a maior parte de seu fluxo de caixa. Grande parte da pesada dívida da WBD ficaria com a empresa de TV, deixando o negócio de streaming, de alto crescimento, e o de estúdios, com menos dívidas e mais flexibilidade para investir na expansão.

As discussões são reflexo de uma preocupação maior a respeito da WBD, cujas ações caíram cerca de 70% desde que a AT&T desmembrou a Warner Bros e a fundiu com a Discovery há dois anos.

As operações foram afetadas por um mercado de publicidade em queda, pelo alto custo de desenvolvimento de seu serviço de streaming, pela pandemia da covid-19, por greves em Hollywood e por alguns fracassos dispendiosos.

A WBD reduziu custos e pagou dívidas, mas em fevereiro suas ações caíram 10% depois de seu diretor de finanças ter dito que não podia dar projeções para o fluxo de caixa livre em 2024.

Nesta semana, Jessica Reif Ehrlich, uma analista do Bank of America, escreveu que a "composição atual da WBD como uma empresa de capital aberto consolidada não está funcionando". A empresa deveria explorar vendas de ativos, reestruturação e fusões, argumentou a analista, embora reconhecendo que o potencial de uma reação contrária dos credores a uma separação faz com que "a percepção não seja a ideal".

Uma cisão poderia deparar-se com outras complicações, por criar duas empresas separadas que precisariam negociar termos de compartilhamento de direitos esportivos e outros conteúdos que hoje a WBD distribui tanto na TV tradicional quanto na plataforma digital.

Zaslav deu início a especulações de que poderia estar interessado em fazer algum negócio quando conversou com repórteres na conferência Allen & Company na semana passada, na cidade americana de Sun Valley.

Perguntado sobre a corrida presidencial dos Estados Unidos, ele disse: "Apenas precisamos de uma oportunidade para desregulamentação, para que as empresas possam se consolidar e fazer o que precisamos para ser ainda melhores." ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG



"Precisamos desregulamentar para que as empresas possam se consolidar" *David Zaslav*

Netflix aumenta receita, lucro e base de clientes

Ana Beatriz Bartolo
De São Paulo

A empresa de streaming Netflix aumentou lucro, receita e números de usuários no segundo trimestre. O lucro líquido cresceu 44,3%, para US$ 2,15 bilhões, em relação ao mesmo período do ano passado. A receita subiu 16,7%, para US$ 9,56 bilhões.

O número de usuários pagos chegou a 277,6 milhões ao redor do mundo, um aumento de 16,4% no ano.

Diluído por ação, o lucro passou de US$ 3,29 para US$ 4,88, superando as projeções do mercado. Segundo analistas da FactSet, o lucro por ação esperado para a Netflix no trimestre era de US$ 4,74. O lucro líquido incluiu um ganho não realizado não monetário de US$ 43 milhões resultante da conversão cambial da dívida denominada em euros.

O lucro operacional somou US$ 2,6 bilhões, alta anual de 42,1%, com a margem operacional avançando de 22,3% para 27,2% no segundo trimestre deste ano.

A Netflix estima um lucro líquido de US$ 2,24 bilhões para o terceiro trimestre, o que representaria um crescimento de 33,3% no ano e de 4,2% em relação ao segundo trimestre.

Já as receitas devem avançar 13,9% na comparação anual, para US$ 9,73 bilhões, enquanto o lucro operacional deve subir 42,2%, para US$ 2,73 bilhões.

"Esperamos que as adições líquidas de usuários pagos sejam inferiores às do terceiro trimestre de 2023", informa a gigante de streaming, considerando que aquele trimestre foi impactado pelo início da cobrança de compartilhamento de senhas.

Para o ano, a Netflix espera que crescimento entre 14% e 15% para as receitas, ante a projeção anterior de 13% a 15%.

INÊS 249

Estreia A nova geração mescla passado e futuro em uma embalagem diferente e tecnológica; o carrinho estreia no Brasil ainda neste ano

Mesmo chinês, Mini Cooper SE honra a tradição britânica

Raphael Panaro
Da Autoesporte

Não sei bem o que Alec Issigonis, se fosse vivo, pensaria sobre este novo Mini Cooper. Talvez o designer que criou o icônico modelo em 1959, ainda sob a égide da British Motor Company, esteja se revirando no túmulo pelo visual — principalmente da traseira — e pelo fato de que agora a versão elétrica não é produzida no Reino Unido (e sim na China). Ou talvez esteja dando pulos de alegria com o interior minimalista e tecnológico, ao mesmo tempo que honra a tradição do carrinho. Em um ponto, no entanto, acredito que Mr. Issigonis concordaria comigo: não dá para ficar indiferente à nova geração do Mini Cooper.

A começar pela estética. A parte frontal clássica está lá, com faróis redondos de OLED com assinatura diurna circular — há ainda três arranjos diferentes para mudar a cara do Mini. A grade octogonal traz um acabamento mais "low profile", sem cromados, e uma faixa retangular na cor do carro. A cor da unidade dessas fotos chama-se amarelo Sunny Side.

Mas é na traseira que reside toda a controvérsia. As famosas lanternas, que foram crescendo ao longo do tempo, agora adotam uma estranha forma triangular com contorno em preto brilhante. O arranjo interno de LED, entretanto, possibilita ao Mini assumir diversos desenhos, como os faróis.

As lanternas são interligadas por uma peça plástica — na mesma paleta escura — que traz o nome da versão em prata. A Mini diz que esse tom dá requinte ao modelo. O conjunto traseiro, com certeza, é a parte menos Mini de todos os tempos. Já ao vivo, a impressão é melhor que nas imagens, isso eu posso garantir.

Vamos à outra parte intrigante. O Mini Cooper elétrico não é feito no Reino Unido, como seu homônimo a combustão. A configuração com baterias é produzida na China, em uma parceria do Grupo BMW (o conglomerado alemão é dono da Mini) com a... GWM! A joint venture chamada Spotlight foi criada em 2018 e originou uma fábrica inaugurada neste ano em Zhangjiagang, província de Jiangsu.

O investimento também rendeu uma nova plataforma (Spotlight EV), base do Cooper e do inédito Aceman (posicionado entre o Cooper e o Countryman), além de 3 mil funcionários e uma capacidade de construir 160 mil carros por ano. A base ainda será usada futuramente pela própria GWM em um novo carro elétrico, possivelmente da marca Ora. Novos tempos…

A estrutura dá novas dimensões ao Mini, mas o time de design mexe nos balanços dianteiro e traseiro para deixar o carro mais proporcional. O comprimento fica na casa dos 3,85 metros, mas largura (1,75 m), altura (1,46 m) e entre-eixos (2,52 m) estão 3 cm maiores. O espaço atrás para as pernas ainda é parco para dois adultos viajarem com conforto, principalmente se os ocupantes dianteiros forem altos e colocarem os bancos bem para trás. O porta-malas continua com apenas 210 litros.

Um dos destaques dessa nova geração do Mini Cooper não é o exterior, o motor ou a bateria. É o interior. Tudo começa pelo resgate do conceito minimalista do Mini de 1959. Não há mais painel de instrumentos (somente um head-up display).

Os materiais escolhidos são, simultaneamente, descontraídos e requintados de alguma forma, como o tecido das portas e do console, uma espécie de tricô tecnológico usado em tênis. A combinação de cores e detalhes também impressiona e dá à cabine um aspecto muito descolado como sempre foi, mas que talvez tenha se perdido ao longo do tempo.

O volante (cheio de botões) é novo e tem três raios. Um deles traz um pedaço de tecido rígido, um capricho à parte. Mas a cereja do bolo definitivamente é o interior com a belíssima central multimídia na clássica posição central e no tradicional formato circular. É de altíssima resolução e concentra praticamente todas as funções do carro.

> A nova geração do Mini Cooper acaba de estrear no Brasil, mas só com motores a gasolina

DIVULGAÇÃO



O Mini Cooper elétrico é fabricado na província de Jiangsu, numa parceria entre o Grupo BMW e a GWM

Ali estão reunidos o velocímetro, os dados sobre autonomia e carga da bateria e até o quanto você usa de potência do carro. é muito fácil de mexer e intuitivo, o sistema tem diversas animações, interfaces e sons de acordo com os chamados modos de experiência.

Talvez o mais legal seja quando o Mini adota um padrão vintage, com alusão aos mostradores lá de outrora. A marca britânica também gravou o som do motor e do escapamento do Mini clássico e deu uma roupagem moderna para quem vai dentro escutar — quando você tira o pé do acelerador, o carro até dá aquela "embrulhada" no motor. É bem legal!

"Olá, Mini. Estou entediado." Fale isso por meio do comando de voz e o sistema operacional vai responder perguntando se você quer que o carro entre no modo "Go Kart". "Sim!", respondo. A tela carrega a experiência mais divertida. O grafismo e o som ao ser pressionado o acelerador mudam. O Mini assume a trilha de uma espaçonave e, quando o condutor afunda o pé, parece que vai entrar em um portal de outra dimensão.

Sob a tela ficam alguns poucos comandos físicos do Mini. No nicho estão o botão P do câmbio, três interruptores (seletor de marcha, ligar/desligar o motor e os modos de experiência) e um último comando, giratório, para avançar/retroceder as músicas ou aumentar/baixar o volume do som.

Bom, a nova geração do Mini Cooper acaba de estrear no Brasil, mas só com motores a gasolina. A opção elétrica fica para o segundo semestre. As versões já estão definidas: E e SE. A de entrada mantém os mesmos 184 cv de potência e 0 a 100 km/h e 7,3 segundos do Cooper vendido atualmente por aqui, porém com 2 kgfm a mais de torque (29,5 kgfm) e bateria de 40,7 kWh no lugar da de 32,6 kWh. A autonomia deve aumentar dos 164 km atuais para perto dos 200 km, segundo o Inmetro. No WLTP, o novo número é 305 km.

Já na configuração mais cara, SE, são 218 cv e 33,6 kgfm. A bateria é de 54,2 kWh e faz o Mini rodar até 402 km (WLTP) — no padrão brasileiro, deve ficar entre 280 km e 300 km. O carrinho consegue atingir 170 km/h de velocidade máxima.

"Autoesporte" foi com exclusividade até a cidade de Sitges, nos arredores de Barcelona (Espanha), para dirigir o simpático novo Mini. A versão escolhida foi a SE. É muito fácil achar a posição ideal com os amplos ajustes do banco. Há alguns porta-objetos para pôr carteira, chaves e celular. O "head-up display" facilita a vida de quem dirige, para que não tire os olhos da via. Mas o GPS não tem jeito: se você quiser olhar o mapa por completo, vai ter que desviar a atenção.

Nas estradinhas vicinais o Mini se destaca. O porte do carrinho é perfeito para serpentear os caminhos sinuosos entre ciclistas e motociclistas. Só a direção poderia ser um pouco mais direta — às vezes, é difícil sentir para onde as rodas estão indo. O ajuste de suspensão é bem firme, como o do antecessor, mas sem muitos problemas para as lisas ruas e rodovias europeias. Por aqui, deve sofrer um bocado mais.

Potência e torque não faltam. Apesar dos 1.605 kg de peso dessa nova geração, os 218 cv e 33,6 kgfm são mais que suficientes para movimentar o pequeno hatch com agilidade. Claro que não é um Porsche Taycan, mas dá conta do recado com acelerações vigorosas, ligeireza para sair de enroscos no trânsito e necessidade de pouco espaço para ultrapassagens. O 0 a 100 km/h é feito em 6,7 s. Número ok...

Quando chegar ao Brasil, o Mini não terá rival direto. Os valores devem ficar entre R$ 250 mil e R$ 300 mil. BYD Dolphin e GWM Ora 03 são bem mais baratos. Esse rival talvez seja o Volvo EX30, um SUV compacto premium com etiqueta atrativa, a partir de R$ 220 mil.

Red Bull lança hipercarro de R$ 35 milhões e 1.200 cv

Jady Peroni
Da Autoesporte

Atual campeã da Fórmula 1, a Red Bull apresentou no último dia 12 seu primeiro hipercarro. Batizado de RB17, o modelo custa 5 milhões de libras, o equivalente a R$ 35 milhões em conversão direta. Inspirado na F1, o esportivo apareceu durante o festival "Goodwood Festival of Speed", que acontece em West Sussex (Inglaterra). O supercarro é uma criação do icônico designer Adrian Neweys, em parceria com a divisão de Tecnologias Avançadas da equipe.

Além de celebrar os 20 anos da Red Bull no mais importante campeonato do automobilismo mundial, o RB17 também é a última obra de Neweys para a marca, já que deixará o cargo em março de 2025. O protótipo foi revelado pela primeira vez em 2022, mas mudou bastante até chegar ao projeto final.

Uma das principais alterações tem relação com o motor. Antes, era cotado um V8 turbo inspirado na F1. Entretanto, por questões de peso e aerodinâmica, Neweys optou por um V10 de 4.5 litros central que rende 1.000 cv de potência a 1.500 rpm. Em conjunto, há um propulsor elétrico, que totaliza 1.200 cv.

Desenhado e projetado para as pistas, o hipercarro traz números que impressionam. Com apenas 900 kg, o RB17 consegue alcançar velocidade máxima de 350 km/h.

"Eu queria uma unidade de potência que fosse capaz de desenvolver 1.000 cv, mas com, no

DIVULGAÇÃO



Modelo é equipado com motor V10 e tem velocidade máxima de 350 km/h

máximo, 150 kg no lado da combustão. Um motor V8 turbo certamente funcionaria, mas não soa tão bem quanto um aspirado natural. Muitas pessoas concordam, e eu também, que o auge de barulho de motor foram os V10 de alta rotação que estiveram na Fórmula 1 até o fim de 2005", disse Neweys durante a apresentação estática do modelo.

O Red Bull RB17 traz um chassi monocoque de fibra de carbono e dois lugares. Além disso, a caixa de câmbio transmite a potência para as rodas traseiras. A apresentação acontece após diversos testes com o protótipo. Entretanto, o carro final deverá passar por uma nova rodada de provas em pista para a fase final de produção.

De acordo com a marca, elementos como a suspensão, por exemplo, são fabricados antes de peças como chassi e motor. Também é possível que o produto tenha dimensões menores em relação ao modelo apresentado no festival de automobilismo, que contou com a presenta do diretor e CEO da equipe, Christian Horner. Segundo ele, o carro já é um "clássico do futuro".

Alguns pilotos também marcaram presença no evento. Max Verstappen, atual tricampeão com a Red Bull, e o companheiro de equipe, Sergio Perez, foram alguns exemplos. Além deles, Daniel Ricciardo e David Coulthard também estiveram no evento.

Fato é que, além de precisar de muito dinheiro na conta bancária, quem quiser garantir uma unidade do RB17 terá que correr para comprar uma das 50 unidades produzidas. Segundo a marca, a compra vem acompanhada de um programa específico para testar o modelo em diversos circuitos exclusivos.

Cada unidade do supercarro poderá ser personalizada de acordo com a vontade do cliente, que poderá escolher desde a pintura externa até os detalhes do interior. Entretanto, a Red Bull diz que, embora possa fazer a customização, a ideia é manter o carro o mais próximo do original para não resultar em uma mudança no desempenho.

INÊS 249

Biocombustíveis Programa também é alvo do PRD, que questiona, no STF, a obrigatoriedade de compra de CBios por essas empresas

RenovaBio ainda enfrenta 12 liminares de distribuidores

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O governo está derrubando algumas liminares apresentadas por distribuidoras de combustível que desobrigavam essas empresas de cumprir suas metas de compras de Créditos de Descarbonização (CBios). Atualmente, há 12 liminares vigentes, informou Pietro Mendes, secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), em evento da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) em São Paulo.

Algumas semanas atrás, havia cerca de 20 liminares vigentes, segundo fontes do setor produtivo. "O impacto global [dessas 12 liminares] para o RenovaBio é pequeno", avaliou o secretário. "Não vemos o programa tão em risco como é colocado", acrescentou. Segundo ele, a consultoria jurídica do MME "tem atuado para derrubar todas as liminares".

O movimento das distribuidoras, em geral de pequeno porte, acirrou a competição com grandes distribuidoras. Isso levou a Vibra e a Ipiranga a cogitarem também entrar na Justiça para serem desobrigadas de comprar CBios.

Além das liminares, o governo também enfrenta uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) do Partido Renovação Democrática (PRD) que questiona a obrigatoriedade de as distribuidoras comprarem CBios. Também há uma Adin do PDT que questiona a adicionalidade do programa.

Para André Nassar, presidente da Abiove, as liminares não derrubarão o RenovaBio, mas as Adins "preocupam bastante, porque não sabemos o que vem". "Uma Adin exige um pouco mais de trabalho coordenado, porque tem aspectos políticos", observou.

Para o secretário do MME, por trás das contestações das distribuidoras está o preço do CBio. "Se o preço do CBio vai te levar à falência, a alternativa é comercializar mais etanol hidratado, ou partir para mercados de B100", defendeu Pietro Mendes.

O presidente da Abiove defendeu que, se a metodologia de cálculo das emissões passar por adaptações para facilitar a entrada do biodiesel de soja, a oferta de CBios pode aumentar, pressionando os preços desses ativos.

A Embrapa, que sistematiza a metodologia, já está buscando regionalizar o cálculo das emissões padrão da produção de grãos para produção de biocombustíveis. O dirigente da Abiove defendeu que "já está na hora de sair" a revisão.

As liminares das distribuidoras já tiveram o condão de derrubar os preços dos CBios nos últimos meses. Desde o início do ano, o preço médio do CBio acumula desvalorização de 35%.

Como muitas distribuidoras conseguiram se proteger de punições pelo não cumprimento das metas do RenovaBio através das liminares, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vem buscando uma alternativa de penalização.

CLAUDIO BELLI/VALOR



"Liminares não acabarão com programa, mas Adins preocupam"
André Nassar

Em abril, a agência passou a buscar as distribuidoras que foram multadas pelo não cumprimento, que não pagaram e que foram inscritas no cadastro de devedores do governo, o Cadin. Pela regra na ANP, uma distribuidora não pode ser autorizada a operar enquanto estiver inscrita no Cadin.

"Estamos buscando a revogação [da autorização de operação dessas distribuidoras] por esta razão. Não era o natural do processo todo. Mas estamos buscando uma alternativa dentro do que a lei permite", disse Fábio Vinhado, superintendente adjunto de biocombustíveis e qualidade da ANP.

Mesmo assim, já há judicialização nessa frente, disse. "Mesmo neste sistema de abrir processo [contra devedores] para revogação, já tem liminar também", afirmou Vinhado, que disse não saber quantos pedidos de liminar existem nesses casos. Segundo ele, a ANP está revendo a regulamentação 758 do programa para rever as formas de penalização dos agentes que não cumprem com suas obrigações no RenovaBio.

Segundo o secretário Pietro Mendes, o MME também está discutindo a possibilidade de tipificar o não cumprimento das metas do RenovaBio como crime ambiental. "Fizemos um primeiro esforço, mas seria difícil com a lei penal vigente já enquadrar como crime ambiental. Temos que criar essa tipificação", afirmou.

valor.com.br
Mais informações sobre o programa RenovaBio em
www.valor.com.br/agro

Novas misturas de biodiesel exigem testes

De São Paulo

As experiências que algumas empresas brasileiras vêm realizando de utilizar biodiesel puro (B100) em caminhões de frota própria, com apoio das fabricantes fornecedoras, não excluem a necessidade de realizar testes para aumentar a mistura do biodiesel no diesel fóssil, segundo especialistas de montadoras de caminhões. A mistura atual de biodiesel está em 14%, e há autorização para aumento para 15%, que entrará em vigor em março de 2025.

"A mistura não é como o B100. Você faz um veículo para o B100. Já a mistura você não sabe onde vai dar", afirmou Marco Garcia, consultor técnico de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Scania, em evento promovido pela Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove).

A Scania forneceu caminhões para a Amaggi testar o B100 em suas operações. Segundo Garcia, os testes com B100 em seus caminhões começaram em 2008 em Curitiba, quando foram detectados vazamentos de combustível, problemas com latão, entre outros. Após aperfeiçoamentos, a montadora forneceu à empresa caminhões que já rodaram 25 mil horas "sem apresentar problemas", disse Mariluce Silva, supervisora de qualidade da Amaggi.

"Nós podemos até garantir no Brasil inteiro a rastreabilidade [do biodiesel], as condições de operação, os equipamentos prontos para rodar. Podemos até produzir só veículos B100. Mas temos capacidade de abastecer esses veículos?", questionou Marcelo Pinto, gerente de produto da Volvo.

A empresa está fornecendo agora caminhões "flex", que funcionam tanto com o diesel C (com 14% de mistura de biodiesel) como com B100. A Volvo acaba de fechar uma venda desses caminhões para o Grupo Potencial.

Segundo os especialistas, o uso do B100 depende das boas práticas de quem produz, distribui e consome. É também o que defendem as empresas que estão realizando os testes com B100. "O que fizemos de diferente foram as boas práticas", disse a supervisora de qualidade da Amaggi. "Todo dia fazemos drenagem de fundo de tanque e prevenções", afirmou.

O Grupo Potencial, que produz biodiesel, iniciou os testes com B100 realizando adaptações nos caminhões da Scania. "Está rodando com 55 mil quilômetros sem problema algum, sem perda de potência. Melhorou até a autonomia do caminhão", relatou Carlos Hammerschmidt, vice-presidente do Grupo Potencial.

"É preciso um ambiente controlado para ver efeitos", com "controle principal na estocagem", defendeu Sandro Paes Barreto, gerente de comercialização da Petrobras. "É diferente de abastecer [com B100] em um posto que ele não conhece", disse. ***(CSR)***

14%
é o teor atual de biodiesel no diesel

INÊS 249

Sanidade Governo federal embargou preventivamente vendas a determinados países após confirmação de caso em cidade gaúcha

Doença de Newcastle faz Brasil suspender exportação de frango

Rafael Walendorff e Nayara Figueiredo
De Brasília e São Paulo

O governo brasileiro suspendeu preventivamente as vendas de carne de frango, ovos e outros produtos avícolas para alguns países importadores, após a confirmação de um foco da doença de Newcastle em granja comercial em Anta Gorda (RS).

Para a Argentina e países da União Europeia, estão suspensas temporariamente as vendas de carnes de aves e derivados de todo o Brasil. Para outros 32 mercados, entre os quais a China, o autoembargo é para determinados produtos avícolas provenientes apenas do Rio Grande do Sul.

Há ainda países para os quais estão suspensas as exportações de carne de frango e outros produtos originários de regiões distantes 50 km do local do foco. As restrições seguem os requisitos pré-estabelecidos nos Certificados Sanitários Internacionais (CSI), acordados com cada país importador. A reportagem apurou que pode haver alterações.

Antevendo esse cenário de restrição às exportações, os investidores derrubaram as ações dos frigoríficos na B3, ontem, e levaram BRF, JBS, Marfrig e Minerva a perderem, juntas, R$ 6 bilhões em valor de mercado.

O foco da enfermidade foi confirmado na quarta-feira em uma granja comercial. Segundo fonte do mercado, o avicultor é integrado da BRF, que tem frigoríficos em Marau (RS) e Lajeado (RS).

Depois de uma reunião com produtores em Porto Alegre, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse ontem que o foco parecia ser um "caso isolado", mas admitiu que poderia haver restrições de importadores.

"Como é de notificação obrigatória à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), a doença pode gerar restrições comerciais e embargos", disse o ministro. Segundo ele, o governo já fez contato com todos os mercados compradores para relatar a situação.

A última vez que o Brasil teve foco da doença, que é causada por vírus, foi em 2006.

Procuradas, a JBS, dona da Seara, não respondeu a um pedido de comentários e a BRF informou que o posicionamento seria setorial, feito pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). As duas companhias são as maiores exportadoras de frango do país.

A ABPA e a Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav) informaram em nota que as autoridades federais e do Estado agiram rapidamente na identificação do caso com interdição da granja, garantindo que não houvesse saída de aves. "Os protocolos oficiais estabelecidos para a mitigação da situação pontual foram acionados e o entorno segue monitorado", enfatizaram.

Na bolsa, a BRF foi a empresa mais afetada do setor, ao perder R$ 3 bilhões em uma sessão. Com isso, o valor de mercado da companhia baixou para R$ 35 bilhões. Na sequência, a JBS perdeu R$ 1,8 bilhão e seu valor de mercado atingiu R$ 69,8 bilhões.

Considerando um cenário de restrições nas exportações, Gustavo Troyano e Bruno Tomazetto, do Itaú BBA, disseram, em relatório, que "as operações da BRF e da Seara provavelmente serão afetadas por um cenário de excesso de oferta nos mercados domésticos".

As duas companhias teriam que redirecionar os embarques, elevando o mix de produtos das unidades gaúchas ao mercado interno, disseram os analistas do Citi, Renata Cabral e Tiago Harduim.

A XP Investimentos ressaltou que nem a BRF nem a Seara têm fábricas em Anta Gorda. A BRF tem três plantas de aves no Rio Grande do Sul, enquanto a Seara tem apenas uma. A unidade da BRF mais próxima está localizada a, aproximadamente, 55 km do município com o foco, enquanto a da Seara está a cerca de 80 km de distância. Dessa forma, os impactos seriam indiretos e mercadológicos.

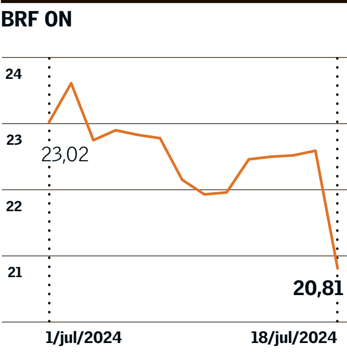
Controladora da BRF, a Marfrig também foi prejudicada na B3 e perdeu R$ 1 bilhão. Seu valor de mercado caiu para R$ 10,5 bilhões.

Apesar de não ter exposição no segmento de aves, a Minerva sentiu a pressão num dia de mau humor no mercado. A empresa perdeu R$ 190 milhões em valor de mercado, para R$ 4 bilhões.

valor.com.br
Mais sobre a descoberta do foco da Doença de Newcastle em **www.valor.com.br**

"Efeito Newcastle" na B3
Cotação dos papéis dos frigoríficos, dia a dia, em R$

BRF ON

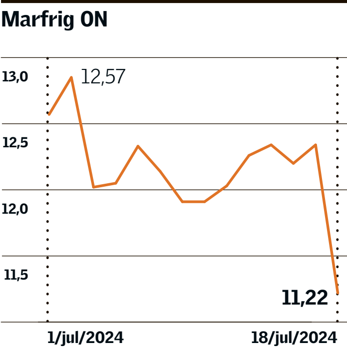


Variações, em %

-7,88	-8,20	50,69	137,83
Dia	Mês	Ano	12 meses

Valor de mercado
Queda de R$ 3 bilhões no dia

Marfrig ON

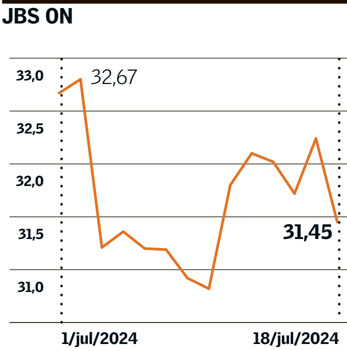


Variações, em %

-9,08	-9,22	15,67	56,29
Dia	Mês	Ano	12 meses

Valor de mercado
Queda de R$ 1 bilhão no dia

JBS ON

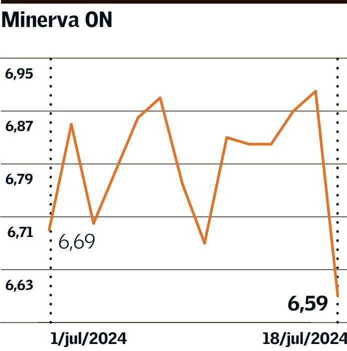


Variações, em %

-2,45	-2,54	26,25	72,61
Dia	Mês	Ano	12 meses

Valor de mercado
Queda R$ 1,8 bilhão no dia

Minerva ON



Variações, em %

-4,49	-1,35	-11,78	-30,49
Dia	Mês	Ano	12 meses

Valor de mercado
Queda de R$ 190 milhões no dia

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Foco estava em granja destelhada por chuvas

De Brasília

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou ontem que o foco da doença de Newcastle foi identificado em apenas uma ave de uma criação comercial com 14 mil animais em Anta Gorda (RS).

Após reunião com produtores rurais em Porto Alegre, para discutir a situação dos afetados pelas enchentes em maio (*ver abaixo*), ele disse que as demais aves da propriedade não estão com sintomas e seguiam em monitoramento. "Nos parece um caso isolado. Teve chuva de granizo na propriedade e caiu o telhado da granja, sete mil animais morreram. Os remanescentes não mostram sintomas da doença", afirmou.

De acordo com Fávaro, a área de ocorrência está isolada e não foi identificado qualquer tipo de propagação do vírus na propriedade nem no seu entorno. "É importante ressaltar que ainda não avaliamos como epidemia porque é um animal que foi encontrado, de um acidente que ocorreu nessa granja, em uma criação de 14 mil animais", disse ele a jornalistas em Porto Alegre.

Os protocolos de biossegurança preveem o sacrifício das demais aves em caso de contaminação, mas quando deu as declarações, o ministro reforçou que só haveria o abate sanitário em caso de propagação do vírus, o que não teria ocorrido.

A reportagem apurou, contudo, que o sacrifício dos animais na granja em Anta Gorda vai começar em breve. A medida é indenizável pelo Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária (Fundesa) estadual, mas há possibilidade de a empresa integradora, a BRF, assumir os custos para agilizar o processo. A medida pode dar mais rapidez na extinção de qualquer possível vestígio do foco no plantel remanescente.

Na entrevista em Porto Alegre, o ministro disse que "todo processo de isolamento [da granja] está sendo feito. Não há, até o momento, nenhum vestígio de animais doentes na própria granja, muito menos na região que também já está isolada". Ele acrescentou que, "no raio de 3 quilômetros, não há nenhum sintoma nas outras granjas e no raio de 10 quilômetros menos ainda".

775
propriedades serão fiscalizadas no RS

Uma das possibilidades consideradas pelo governo é que a contaminação tenha ocorrido via fezes de aves silvestres que, possivelmente, estavam no telhado que foi danificado e acabaram dentro da granja.

Francisco Lopes, diretor-adjunto de Defesa Sanitária Animal do Estado, disse que ao menos 775 propriedades num raio de 10 quilômetros do estabelecimento onde o caso foi confirmado serão fiscalizadas para averiguar possível propagação do vírus. Barreiras sanitárias devem ser realizadas na região. ***(RW)***

MP prevê repactuação das dívidas de produtor gaúcho afetado por tragédia

RECONSTRÓI RIO GRANDE DO SUL

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

Em um encontro que reuniu produtores rurais, parlamentares e três ministros de Estado em Porto Alegre (RS), o governo federal anunciou ontem que vai publicar, até o fim deste mês, uma medida provisória para repactuar dívidas e reestruturar o setor agropecuário gaúcho. Houve garantia, inclusive, de remissão total de débitos para os casos mais extremos, tema que enfrenta resistência entre integrantes da equipe econômica.

A intenção é conceder descontos nas parcelas de financiamentos rurais e prorrogar outros vencimentos. Os prazos ainda serão definidos. Ontem, o governo também oficializou o aporte de R$ 600 milhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para avalizar a contratação de empréstimos de pequenos e médios produtores gaúchos até o fim deste ano.

"Chegamos a um consenso de que onde há terra arrasada, onde passou a enchente e destruiu a vida e o patrimônio, há disponibilidade e intenção do governo de até zerar as dívidas", disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, na reunião.

A ideia é garantir a remissão total dos débitos a quem foi mais afetado, sem limite de valor desse perdão. "Se perdeu tudo, é tudo que tem que ser anistiado. Vamos achar o critério para avaliar e isso estará na MP", disse. "Não tem como deixar endividamento a esses produtores", completou.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse que a ideia é conceder desconto de até 30% nas parcelas a partir de informações prestadas pelos produtores por autodeclaração. Para prejuízos maiores, seria necessária a avaliação técnica e a emissão de laudos para atestar a dimensão dos danos e, consequentemente, do perdão das dívidas. "Todos que perderam terão as dívidas perdoadas na proporção que foi perdido. Demais dívidas serão alongadas".

Sem solução única para o Estado, Fávaro confirmou que serão criados comitês integrados, com a participação de órgãos de controle e equipes técnicas, para atestar a dimensão das perdas dos produtores e encaminhar medidas caso a caso. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS) deverá integrar os grupos. A empresa solicitou recursos para a compra de caminhonetes, tablets e celulares.

"Vamos criar as comissões, provavelmente municipais, para fazer o laudo atestando o tamanho da perda. Se teve perda total, perdão total [das dívidas], se teve perda de 30%, perdão de 30%", disse Fávaro. Os grupos farão uma "avaliação para atestar quem precisa de qual remédio", completou.

O objetivo é estabelecer critérios para avaliar, por meio do CPF, a situação de cada produtor, dimensionar os prejuízos e direcionar medidas de apoio, além de se prevenir contra fraudes na destinação dos recursos públicos.

Fávaro disse que uma proposta avaliada pelo governo, de alongar os vencimentos de outras dívidas por três anos, também pode ser insuficiente para casos específicos. Encontrar uma solução para o endividamento anterior à catástrofe climática de abril e maio é uma das novas tarefas a serem cumpridas, reforçou Paulo Teixeira.

Outras duas medidas deverão ser adotadas para facilitar o fluxo de crédito no Rio Grande do Sul. Teixeira disse que vai pedir ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para afastar o Acordo de Basileia, que prevê mecanismos de mensuração de risco e exigências aos bancos, para os produtores do Estado.

O governo também deverá enviar um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano (LDO) e retirar do texto um trecho que impõe restrição no acesso aos financiamentos por produtores e empresas que estejam "negativados". O objetivo é retirar "amarras" que têm impedido pessoas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul de buscar novos empréstimos nas instituições financeiras, disse o ministro extraordinário para reconstrução do Estado, Paulo Pimenta.

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor



BTC/DIVULGAÇÃO

BTC/DIVULGAÇÃO

BTC/DIVULGAÇÃO

Alternativas de hospedagem de curta duração, apartamentos luxuosos em novos complexos de lazer e entretenimento devem agitar o mercado imobiliário na capital paulista

Clubes privativos: opção de estadia em alto estilo

FOTOS DE CHRISTOPHER STURMAN/DIVULGAÇÃO



Ao lado, acomodações luxuosas, com decoração que remete à identidade cultural paulistana, aguardam os sócios do Soho House, no Cidade Matarazzo



Ambientes sociais têm o propósito de reunir hóspedes, associados e convidados: “networking” com o universo criativo

Na foto maior, apartamentos em clubes privativos, como este do arquiteto Gui Mattos no Beyond The Club São Paulo, são opções de estadia para quem precisa de um ponto de apoio na capital paulista

Acima, possibilidade de terminar o dia surfando ou relaxando à beira de uma praia a 15 minutos da Avenida Faria Lima é um dos principais apelos do BTC

Em abril deste ano, a ponte aérea Rio-São Paulo registrou um volume de 557 mil passageiros transportados — cerca de 18 mil por dia —, segundo relatório da Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (Alta). Na maioria, são pessoas em viagens de negócios, que se deslocam com frequência entre as duas cidades.

Para muitos que visitam a capital paulista regularmente, resta pernoitar em hotéis ou estúdios de “short stay” para atenuar a rotina estressante de passar boa parte do tempo entrando e saindo de aviões. O alento para essa turma é que a oferta de estadia por temporada na cidade ganhou um novo produto nas últimas semanas: apartamentos em clubes privativos, com lazer de alto padrão e conforto “cinco estrelas”.

No conceito, são quartos de hotéis luxuosos, alguns com o tamanho de uma casa, que são abrigados em complexos de entretenimento, com serviços e acesso seguro e restrito aos sócios do empreendimento.

Mas o que torna esses apartamentos uma opção bastante sedutora — rivalizando com o mercado imobiliário local — é o pacote que oferecem: alta gastronomia, eventos exclusivos, “networking” junto aos demais associados, praia artificial e piscina de onda para a prática de surfe. Em resumo, dá para cumprir a agenda de trabalho e voltar para terminar o dia no clube — seja em um “happy hour” no bar exclusivo ou pegando uma onda em plena metrópole.

Na Zona Sul de São Paulo, o Beyond The Club (BTC), da KSM Realty, da Realty Properties e do BTG Pactual Asset Management, está com as obras em ritmo acelerado. O empreendimento ocupa uma área de 70 mil metros quadrados e terá piscina de ondas para a prática de surfe em 30% do terreno, além de praia com areia, três restaurantes, spa e infraestrutura de lazer completa. A meta é concluir a obra em julho de 2025, mas já em março as ondas devem começar a quebrar por ali.

Cerca de 45% dos três mil títulos de sócio já foram vendidos. O valor unitário está em R$ 778 mil, equivalente a um estúdio compacto no Itaim. Segundo o sócio-fundador da KSM, Oscar Segall, muitos clientes moram fora de São Paulo e fecharam negócio com o objetivo de trabalhar e descansar na cidade.

“Há sócios que vêm uma ou duas vezes por semana do Rio ou de cidades do agronegócio e não têm imóvel em São Paulo. Ficando no clube, é possível trazer esposa ou família, porque eles terão o que fazer. O espaço tem ‘coworking’ e salas de reunião. No fim do expediente, ainda há tempo de dar mergulho na praia ou pegar uma onda, quem sabe, ao lado do Gabriel Medina, campeão de surfe e cliente do Beyond”, provoca Segall.

O BTC terá 74 quartos, alguns com cem metros quadrados, e projeto de interiores do arquiteto Gui Mattos. A ideia é oferecer serviços básicos, como de limpeza e governança. A alimentação deverá ser pedida diretamente aos restaurantes do clube.

“Um cliente sugeriu alugar o apartamento por dez anos, mas isso não está previsto no estatuto do clube. Quando entrar em operação, vamos entender o uso e a ocupação das unidades e podemos repensar essa operação”, diz o executivo.

GLAMOUR

Os apartamentos não são ativos imobiliários ou hoteleiros tradicionais: na prática, não estão à venda nem podem ser locados ou reservados pelo público comum — estão atrelados à adesão de programas de membros e só podem ser ocupados com a presença do sócio.

É como funciona no Soho House São Paulo, a filial brasileira da rede internacional de “member’s club”, fundada pelo empresário Nick Jones, em Londres. Inaugurado em junho passado dentro do Cidade Matarazzo, na região da Avenida Paulista, o clube tem áreas sociais, ambientes de trabalho e 32 apartamentos para associados, com decoração que privilegia a identidade histórica e cultural do lugar.

“O projeto consumiu mais de quatro anos de trabalho e busca refletir a rica materialidade da cidade, com piso de madeira recuperada, azulejos cerâmicos pintados à mão e padrões sobrepostos, em meio a detalhes da arquitetura já existente”, explica a diretora de Membership para América Latina, Alicia Gutierrez.

A estadia pode ser de curta ou longa temporada, conforme a disponibilidade. Para fazer parte do Soho House São Paulo, é preciso ter o nome aprovado por um comitê interno, pagar uma taxa de adesão de R$ 3,8 mil e valores anuais entre R$ 8,15 mil/ano (para usufruir apenas da casa em São Paulo) e R$ 20,65 mil no caso da categoria com acesso a todas as 43 sedes ao redor do mundo.

A executiva não revelou quantos associados já ingressaram na operação paulistana, mas se disse “impressionada com o interesse”. Em todo o mundo, a marca tem 193 mil sócios, alguns deles, celebridades como Leonardo DiCaprio, Miley Cyrus e Justin Bieber.

O charme de passar um tempo hospedado no Soho House é exatamente esse: poder conviver com personalidades e participar de uma comunidade ligada à economia criativa — algo que nem o melhor hotel “business” da cidade é capaz de oferecer.

INÊS 249

Imóveis de Valor

Rio de Janeiro

MONTAGENS SOBRE FOTOS DE PATRIMAR/DIVULGAÇÃO



Depois de um período de rendimento relativo, bairro da Zona Oeste recupera o fôlego e lidera o ranking de novos projetos de luxo no Rio

Barra ressurge como campeã de lançamentos de alto padrão

No alto, Icon Golf Residence: o maior case de sucesso da Patrimar no mercado carioca teve 90% das 278 unidades comercializadas em dois dias

A grande demanda por imóveis de alto padrão na Barra da Tijuca mostra que o mercado imobiliário do bairro ganhou fôlego novo nesse segmento. Nos primeiros meses deste ano, incorporadoras e construtoras vêm disputando localizações privilegiadas na região para erguer sofisticados residenciais. O ritmo de lançamentos é frenético: de janeiro a maio, foram 454 novas unidades, contra 51 registradas no mesmo período de 2023.

O levantamento é da consultoria Brain Inteligência Estratégica/Geobrain, que mostra ainda a Barra na liderança também do VGV do período, com R$ 1,3 bilhão, seguida de Ipanema e Botafogo, bairros da Zona Sul.

Uma das explicações para esse desempenho é a redução do estoque no bairro, que hoje está praticamente zerado. "As empresas priorizaram as vendas dos imóveis estocados em um primeiro momento, mas agora retomaram os lançamentos", avalia o presidente da Ademi-RJ, Marcos Saceanu, que também comanda a Piimo Engenharia.

Sócio e consultor da Brain, Marcelo Gonçalves concorda com a análise e destaca ainda os amplos terrenos da região, que permitem desenvolver produtos mais sofisticados, como um importante diferencial do bairro. "Os residenciais voltados para investidores e compradores exigentes reúnem arquitetura contemporânea, plantas confortáveis, lazer sob medida e diferenciais de tecnologia em itens como segurança, sustentabilidade e serviços compartilhados", enumera.

CARVALHO HOSKEN/DIVULGAÇÃO



Projetado em uma área de mais de 24 mil metros quadrados, o Claris Casa & Club terá 99 unidades à venda a partir de R$ 4 milhões

CARVALHO HOSKEN/DIVULGAÇÃO



Abaixo, o Signature é um condomínio "pé na areia" na Praia do Pepê com 38 apartamentos, todos com vista para o mar

AVANÇO REALIZAÇÕES/DIVULGAÇÃO



AVANÇO REALIZAÇÕES/DIVULGAÇÃO



Esses lançamentos impulsionam a valorização dos imóveis na região, caracterizada por belas paisagens, infraestrutura completa e altos índices de segurança. Na Península — região do tamanho do Leblon que abriga 70 edifícios em 32 condomínios —, por exemplo, o valor do metro quadrado fica em torno de R$ 19 mil, podendo chegar a R$ 21 mil em unidades exclusivas — preço equivalente ao praticado em Ipanema, na Zona Sul.

A Carvalho Hosken, pioneira em investimentos imobiliários na região, com mais de 22 mil unidades residenciais e cinco empreendimentos corporativos lançados ali, espera fechar o ano com R$ 1,6 bilhão em VGV, incluindo os projetos em parcerias, como o Claris Casa & Clube, que desenvolve com a Tegra. O empreendimento vai ocupar uma área de mais de 24 mil metros quadrados e terá 99 casas de 318 a 580 metros quadrados e preços a partir de R$ 4 milhões.

"A Barra sempre esteve no topo do ranking de lançamentos e vendas entre os bairros da cidade", diz o presidente da construtora, Carlos Felipe de Carvalho, acrescentando que o "land bank" da empresa tem quase nove milhões de metros quadrados.

A Patrimar vem surfando nessa onda. O Icon Golf Residence, lançado em parceria com a Ombrello, teve 90% das 278 unidades vendidas em dois dias. Foi o maior case de vendas da incorporadora no mercado carioca. O VGV é estimado em R$ 470 milhões. CEO do grupo mineiro, Alex Veiga credita o bom resultado à assertividade na escolha dos terrenos.

"São áreas com cerca de 25 mil metros quadrados e vistas cinematográficas para o campo de golfe, o mar, as lagoas e as montanhas. A metragem generosa permite a construção de torres afastadas e favorece os complexos de lazer, o que faz do Icon um verdadeiro resort", avalia.

O bairro é também a principal região dos investimentos da Avanço Realizações Imobiliárias, que lançou mais de 12 projetos na Barra nos últimos três anos, divididos entre casas em condomínios de alto luxo, como o Alphaville, o Arouca e o Riomar, e residenciais como o Collection (em construção) e o Signature Praia do Pepê, lançamento recente, que tem apenas cinco unidades disponíveis.

Por dentro do mercado



FOUR SEASONS/DIVULGAÇÃO

FOUR SEASONS LANÇA RESIDENCIAL EM DUBAI

O grupo hoteleiro Four Seasons lança novo projeto nos Emirados Árabes: o Four Seasons Private Residences Dubai at DIFC. O residencial fica a cinco minutos do Burj Khalifa e a 15 da Praia de Jumeirah, e terá 52 apartamentos de até 923 metros quadrados e duas coberturas de 1,7 mil, com piscinas privativas. O projeto é do premiado arquiteto David Chipperfield, com interiores de Tihany Design.



GOLERO/GETTY IMAGES

FIPEZAP: ALUGUEL TEM ALTA DE 8% NO SEMESTRE

O valor médio do aluguel residencial no país cresceu 1,43% em junho, segundo o Índice FipeZAP, que monitora os preços em 25 cidades. A maior alta ficou com imóveis de um dormitório (1,67%), seguidos dos de três quartos (1,16%). O acumulado do primeiro semestre foi de 8,02%. As capitais com maior alta no período foram Salvador (foto), Curitiba, Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte.



PIXELFIT/GETTY IMAGES

HOUSI OFERECE ESPAÇO EXCLUSIVO PARA A CRIAÇÃO DE CONTEÚDO

Proptech que vem transformando a experiência de moradia por meio do conceito "smart living", a Housi passou a oferecer espaços exclusivos para criação de conteúdo. A proposta é baseada na inteligência do Housi Decor, solução de mobília e decoração inteligente desenvolvida pela proptech com foco em corretores e investidores, que já atendeu clientes em mais de 170 cidades brasileiras.

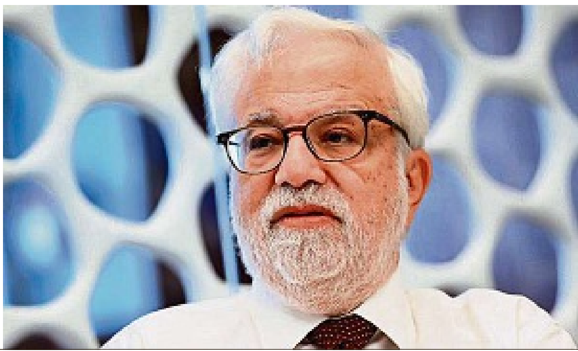


G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP:
João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ:
Marcelo Lima — mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES:
ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA:
imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Regulação Para Loyola, com ‘super-reguladores’, fiscalização de emissões será melhor C3



Inovação BC finaliza consulta sobre a regulamentação do “banking as a service” (BaaS) C3

Investimentos Bancos turbinam fundos de infraestrutura isentos com outros ativos C8

Mercados NY estende perdas com ações em meio a incertezas com eleição C2

Finanças

Mercados Anúncio de Haddad após fechamento dos negócios à vista gera alívio no fim da sessão

Estresse com política fiscal volta a impor perdas aos ativos locais

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira e Victor Rezende
De São Paulo

As dúvidas relacionadas ao comprometimento do governo com as metas fiscais estabelecidas para 2024 voltaram a provocar forte deterioração dos ativos financeiros locais. Enquanto não era conhecido o montante de recursos que seria contingenciado ou bloqueado neste ano para alcançar o déficit zero, o dólar teve alta forte e voltou a ultrapassar os R$ 5,58, enquanto os juros futuros exibiam alta expressiva. No fim do dia, no entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo congelaria R$ 15 bilhões em despesas, o que trouxe algum alívio aos mercados — movimento que agentes acreditam que pode se estender para a sessão de hoje.

Com a desconfiança dos participantes do mercados em um nível bastante elevado quanto aos rumos das contas públicas no Brasil, e também diante de um cenário externo desafiador para ativos de mercados emergentes, o dólar encerrou o dia em alta expressiva contra o real. A moeda americana subiu 1,89% no segmento à vista, negociada a R$ 5,5872, enquanto o euro avançou 1,54%, a R$ 6,0889.

Após o anúncio da Fazenda, no entanto, o dólar futuro para agosto se afastou da máxima do dia e fechou em alta de 1,13%, a R$ 5,56. Dinâmica semelhante foi observado nos juros futuros, que disparavam ao longo de toda a curva durante o pregão, mas se afastaram dos maiores níveis do dia após o sinal do governo de tentativa de cumprimento das metas do arcabouço. A taxa do DI para janeiro de 2026 saltou de 11,185% para 11,31%, mas fechou abaixo da marca de 11,40% que era negociada antes do anúncio do governo.

Na bolsa — também já fechada durante o anúncio — o Ibovespa caiu 1,39%, a 127.652 pontos.

O dia foi marcado, desde a abertura, pela expectativa em torno das sinalizações de membros do governo para o tamanho do contingenciamento e bloqueio de despesas que será anunciado detalhadamente no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, na próxima segunda-feira, dia 22.

A expectativa dos agentes girava em torno de um congelamento de despesas entre R$ 10 bilhões e R$ 15 bilhões, mas notícias não confirmadas sobre a magnitude dos cortes correram nas mesas de operação ao longo da sessão e contribuíram para ampla volatilidade.

Neste contexto, o anúncio de Haddad trouxe algum alívio aos ativos locais minutos antes do encerramento da sessão. Na visão do economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, o número pareceu melhor do que o mercado estava precificando.

> “Temos que aguardar o detalhamento para entender quais despesas foram reestimadas”
> *Roberto Secemski*

“Veio no meio do intervalo que víamos como possível nesta revisão bimestral. Temos que aguardar o detalhamento na segunda-feira para entender quais despesas obrigatórias foram reestimadas para cima e quais foram revisadas para baixo. Isso dará uma ideia melhor de quão crível é esta reavaliação e quais ajustes ainda se farão necessários, já que este é um primeiro passo de uma jornada que, ao nosso entender, demanda ajustes totais de cerca de R$ 30 bilhões para se aproximar da banda inferior da meta fiscal este ano”, afirma.

O profissional da tesouraria de uma grande instituição local destaca que, neste sentido, há espaço para valorização adicional dos ativos locais no pregão de hoje. “Acredito que há espaço adicional de melhora amanhã [sexta-feira]. A expectativa estava mais na casa dos R$ 10 bilhões”. Segundo essa fonte, caso o cenário externo não exiba piora adicional nos próximos dias, é possível que o dólar volte a ser negociado na casa dos R$ 5,40.

O sócio e gestor macro da JGP Eduardo Cotrim esperava uma contenção de gastos discricionários em torno de R$ 15 bilhões. Ele ainda estima que, devido à atividade e ao mercado de trabalho mais fortes no Brasil, a arrecadação do governo também tem superado as estimativas e, por isso, há um caminho para que o governo cumpra a banda inferior da meta de déficit zero em 2024 — o que representaria cerca de R$ 29 bilhões em termos absolutos.

O que provoca mais apreensão no mercado, segundo ele, é a formulação do Orçamento de 2025 e sua sustentabilidade, diante do aumento maior que o esperado de despesas obrigatórias. “O ambiente de arrecadação permite um crescimento da despesa de 2,5% (em relação ao ano anterior), mas mesmo assim está apertado”, diz Cotrim, ponderando que, sem uma receita alta, o governo pode acabar sufocado. “Por isso o mercado está ansioso e espera medidas estruturantes, que façam com que o ritmo de crescimento das despesas diminua”.

Às vésperas da apresentação do relatório bimestral de orçamento, Cotrim afirma que a JGP tem posições leves tomada em juros (aposta em aumento das taxas) e comprada em dólar contra o real, mas ressalta que elas estão mais ligadas às incertezas com o cenário externo, à medida que o início dos cortes de juros do Federal Reserve (Fed) se aproxima, ao mesmo tempo em que a eleição nos EUA começa a entrar no radar dos investidores.

“A gente se desacostumou com os ruídos ligados ao mandato do [ex-presidente Donald] Trump”, diz Cotrim, que classifica o republicano como um presidente mais “barulhento” em comparação com Biden. A baixa volatilidade que marcou os mercados no Brasil e no exterior ao longo do primeiro semestre deve dar lugar a um ambiente de volatilidade mais alta no restante de 2024, projeta o gestor.

“Por mais que o fiscal tenha vindo para a pauta, acho difícil falar claramente que as condições do mercado se deram única e exclusivamente por conta disso”, avalia. “A gente acredita que, no médio prazo, o próximo ciclo monetário [no Brasil] vai ser de alta de juros. Não necessariamente porque está tendo um problema fiscal, mas porque a economia está rodando mais forte do que o imaginado”, diz.

O gestor de portfólio Sérgio Evangelista, da Western Asset, também trabalhava com uma estimativa de congelamento de gastos entre R$ 10 bilhões e R$ 15 bilhões. Ele fiz, no entanto, que o cenário externo turbulento pode impedir uma retirada mais importante dos prêmios de risco embutidos nos ativos locais, especialmente na moeda.

“Uma resposta positiva do governo anularia apenas parte dos prêmios de risco embutidos nos ativos recentemente. Há um movimento de realinhamento dos portfólios globais nos últimos meses, em que os mercados emergentes acabaram sofrendo bastante. Além disso, houve uma redução no apelo para estratégias de ‘carry-trade’ [que se beneficiam em tomar empréstimos em moedas de países de juro baixo e investir em moedas de países com juros altos], devido à valorização de algumas moedas utilizadas como ‘funding’ ”, afirma.

Nesse sentido, a Western Asset se mantém ligeiramente positiva com o real nos níveis de preços atuais, mas não crê que a taxa de câmbio deva retornar ao patamar mais próximo de R$ 5 observado no início do ano. Já em relação aos juros, a Western carrega apostas pequenas na curva local, limitadas aos vértices mais curtos. A visão, segundo ele, é justificada pela baixa probabilidade de o BC retomar as altas da Selic ainda em 2024.

O CIO da SulAmérica Investimentos, Luís Garcia, nota que o mercado esperava uma contenção de R$ 15 bilhões, o que torna o anúncio de Haddad “em linha” com as expectativas. Para ele, uma surpresa positiva ocorreria caso o governo anunciasse uma contenção maior, de cerca de R$ 25 bilhões. “Se ele anunciasse esse valor e trouxesse para algo mais realista as previsões de arrecadação, além de uma revisão sobre os gastos de BPC, seria possível ver um ganho duradouro para os ativos locais.”

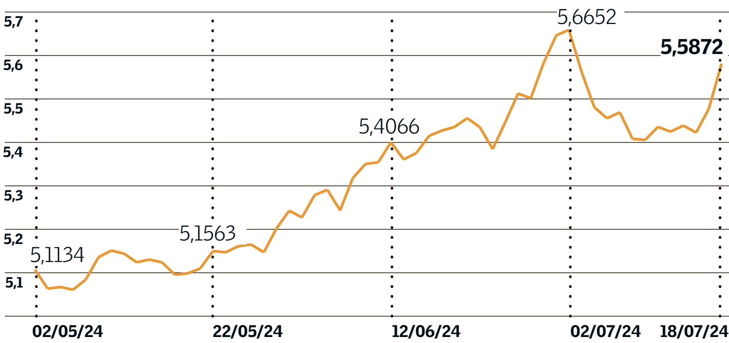
Garcia afirma que a SulAmérica está “praticamente sem risco”, sem posições relevantes nos ativos domésticos. “É um momento de baixa qualidade do risco, ou seja, ter posições muito arriscadas neste momento é ruim. Como tudo está em cima de um elemento em que não se tem muito controle, o ambiente exige mais cautela”, diz.

“Por isso preferimos não nos posicionar. Está muito claro que a política monetária não vai sair do lugar por muito tempo e que o juro vai seguir em 10,5%, então o que sobra pra ser determinante na formação de preços é a questão fiscal. E a vontade do governo de gastar tem atrapalhado a dinâmica dos ativos brasileiros, o que não vai se desarmar no curto prazo”, diz. *(Colaborou Maria Fernanda Salinet)*


ROGERIO VIEIRA/VALOR

Luís Garcia, da SulAmérica: questão fiscal virou ponto-chave para o mercado; contenção de R$ 25 bi seria surpresa positiva e geraria ganhos duradouros

Retorno do pessimismo?
Evolução da taxa de câmbio (R$/US$)



Fonte: Valor PRO

R$ 5,589
foi a máxima do dólar com o estresse nos mercados

Destaques

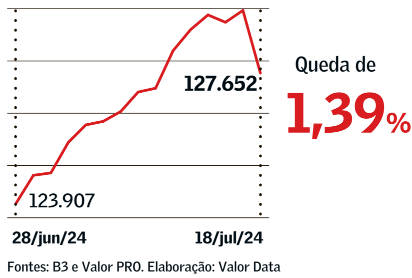
Agi e Citi
O Agibank (Agi) recebeu uma carta de intenções não vinculante do Citi para novas linhas de funding e emissões de mercados de capitais que podem envolver até US$ 7,4 bilhões (aproximadamente R$ 40 bilhões). Segundo o CEO do Agibank, Glauber Correa, os recursos vão para expandir a operação e melhorar a “experiência dos clientes”. O Agibank e o Citi encerraram mais uma operação de mercado de capitais, uma debênture financeira emitida pela Vert-9, lastreada por créditos advindos de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS). Esses créditos são originados pelo Agibank, no valor total de R$ 2,3 bilhões, tendo o Citi como debenturista sênior no valor de R$ 1,6 bilhão. Essa foi a segunda transação de mesma natureza executada entre as partes. *(Mariana Ribeiro)*

Mudanças no câmbio
A presidente da Associação Brasileira de Câmbio (Abracam), Kelly Massaro, avalia que a ampliação do limite para operações de câmbio de instituições não bancárias, de US$ 300 mil para US$ 500 mil, será “extremamente benéfica” para o segmento. A elevação foi anunciada na quarta-feira pelo Banco Central (BC) e entrará em vigor em 2 de setembro. Para Massaro, a mudança deve fomentar a competitividade do mercado com redução de custos para os clientes e “expandirá os negócios devido à maior capilaridade no atendimento das demandas de médios e pequenos exportadores e importadores”. A presidente da associação, que representa mais de 100 instituições, ressaltou que as corretoras de câmbio estão envolvidas com uma “parcela significativa” de clientes exportadores e importadores, que em geral são empresas de porte médio. *(Gabriel Shinohara)*

Carteira de crédito
O saldo total da carteira de crédito deve crescer 1,1% em junho em relação ao mês anterior, segundo a Febraban. Se confirmado, o ritmo de expansão anual da carteira deve acelerar pelo quinto mês seguido, passando para 9,9%. Para a entidade, as previsões indicam a “continuidade do processo de retomada do crédito”. A carteira Pessoa Física deve ter alta de 0,6% no mês e 11,6% em um ano. Já Pessoa Jurídica deve registrar expansões de 1,8% e 7,3%, na mesma base de comparação. Em termos de origem dos recursos, o crédito direcionado deve subir 0,9% e 13,2%, respectivamente, enquanto o livre deve avançar 1,2% e 7,7%. A Febraban aponta que o destaque do mês será o crédito destinado às empresas. No segmento, a carteira livre deverá ser impulsionada pela sazonalidade positiva das linhas de descontos/antecipação de recebíveis e pelo aumento das linhas externas, impactadas pela depreciação do real. *(MR)*

INÊS 249

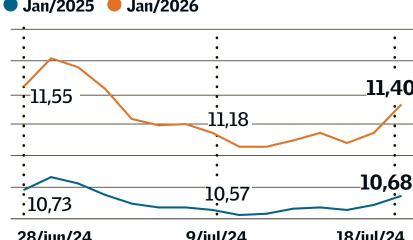
Ibovespa
Em pontos



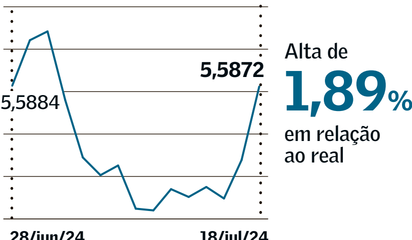
Bolsas internacionais
Variações no dia 18/jul/24 - em %

Dow Jones	-1,29
S&P 500	-0,78
Euronext 100	-0,03
DAX	-0,45
CAC-40	0,21
Nikkei-225	-2,36
SSE Composite	0,48

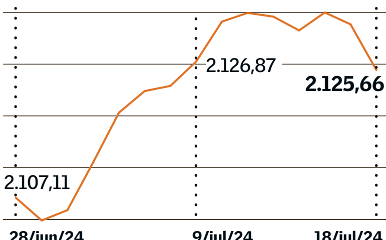
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Pessimismo ocorre em meio a incertezas políticas nos EUA, com informações sobre possível desistência de Biden para 2º mandato na Casa Branca

Wall Street estende perdas com ações

Eduardo Magossi
De São Paulo

Wall Street viveu ontem mais um dia negativo, desta vez com as perdas iniciadas no setor de tecnologia se estendendo por todos os segmentos de bolsa. Além de Nasdaq, S&P 500 e o índice Dow Jones também recuaram de forma expressiva, quebrando uma série de seis altas consecutivas. Apenas três ações do índice Dow Jones fecharam em terreno positivo: Intel, Chevron e Verizon.

As quedas acontecem em meio ao aumento de incertezas políticas nos EUA, com informações de que o presidente Joe Biden deve renunciar à candidatura para um segundo mandato na Casa Branca nos próximos dias. A tensão elevou o índice VIX, conhecido como "termômetro do medo", que mede a ansiedade do mercado, que subiu 10% para 15,93 pontos, maior nível desde maio.

A potencial renúncia vem se somar às tensões comerciais que podem ser criadas com um aumento de restrições às exportações de chips americanos à China por Biden, e às declarações do candidato Donald Trump sugerindo que, se eleito, irá cobrar pela proteção de Taiwan, sede de grandes empresas de semicondutores e constantemente ameaçada de invasão pela China.

Perdas nas ações das "big techs" pressionaram Nasdaq e S&P 500. Dez dos onze setores do S&P 500 caíram, com as maiores perdas sendo registradas no segmento de saúde (-2,29%), financeiro (-1,28%) e consumo discricionário (-1,28%). Energia foi o único que registrou ganhos, com alta de 0,33%.

No fechamento, o índice Dow Jones terminou em queda de 1,29%, interrompendo uma série de recordes consecutivos. O S&P 500 recuou 0,78% e o Nasdaq perdeu 0,70%. Os bancos Goldman Sachs (-3,18%) e J.P. Morgan (-3,77%) lideraram as perdas do Dow Jones, juntamente com Boeing (-2,5%), Amazon (-2,22%) e Apple (-2%). Entre as big techs, recuos foram registrados na Alphabet (-1,80%), enquanto Nvidia recuperou parte das últimas perdas e subiu 2,80%.

1,29%
foi a queda do índice Dow Jones da bolsa de Nova York

Os rendimentos dos Treasuries também tiveram um dia volátil e fecharam o dia em alta, ganhando força depois do leilão de TIPS de 10 anos (títulos indexados a inflação) com demanda abaixo da esperada. O rendimento máximo obtido no leilão de US$ 19 bilhões foi de 1,883%, ante média de 1,508%, obtendo uma cobertura de oferta de 2,38 vezes ante média de 2,64 vezes.

No fechamento, a taxa da T-note de 2 anos subia a 4,482%, de 4,446% no fechamento anterior, enquanto a da T-note de 10 anos avançava para 4,205%, de 4,161%. Já o retorno do título de 30 anos tinha alta a 4,421%, de 4,376%. Já o índice DXY — que mede a relação do dólar com uma cesta de seis moedas — subia 0,42% a 104,18 pontos.

Segundo Ian Lyngen, economista da BMO Markets, os retornos subiram em um movimento que os afastaram ainda mais das mínimas com a continuidade do processo de consolidação. "A alta foi registrada apesar de um salto de 20 mil pedidos de seguro-desemprego para 243 mil", disse, lembrando que esse foi o maior número registrado desde junho de 2023, o que indica que o relatório de empregos de julho deve mostrar mais desaceleração no mercado de trabalho.

Em entrevista, Austan Goolsbee, presidente da distrital de Chicago do Federal Reserve (Fed, banco central americano), mostrou-se preocupado com a desaceleração do mercado de trabalho. Segundo ele, o desemprego precisa ficar estável. "Até o momento não vejo sinais de recessão no mercado de trabalho, mas há sinais de alerta."

Bancos reveem projeções para início de corte de juros nos EUA

De São Paulo

Índices inflacionários mais brandos nos Estados Unidos e uma crescente preocupação com o mercado de trabalho estão levando bancos a rever suas projeções de quando será a primeira redução nas taxas de juros americanas e a intensidade dos cortes.

O UBS, por exemplo, adiantou a projeção do primeiro corte para setembro. Anteriormente, o banco havia previsto o início do afrouxamento monetário em dezembro. Agora, o banco suíço prevê dois cortes em 2024, em setembro e dezembro, ambos de 0,25 ponto percentual.

Segundo o economista do UBS Jonathan Pingle, a queda expressiva da inflação de moradia do índice de preços ao consumidor (CPI) provocou a revisão. "O reconhecimento do presidente do Federal Reserve [Fed, o banco central americano], Jerome Powell, da desaceleração econômica em curso enfatizou os riscos crescentes para a expansão do mercado de trabalho", disse.

A expectativa é que Powell deixe a comunicação dos próximos passos do Fed mais clara durante entrevista a ser concedida na segunda-feira ao empresário David Rubenstein na Bloomberg. Recentemente, Powell disse que a inflação não era o único risco para a política monetária, o que Pingle considera uma mensagem importante para seus colegas do Fed sobre a situação do mercado de trabalho, que mostra sinais crescentes de desaceleração. Ao mesmo tempo, segundo ele, a queda na inflação de moradia deve elevar a confiança de que o progresso do índice de preços de gastos com consumo (PCE) deverá continuar no fim do ano e no próximo.

Já o Citi afirma que, se a taxa de desemprego de julho subir de 4% para 4,1%, o Fed poderá cortar os juros em 0,50 ponto percentual na reunião de setembro, e não apenas em 0,25 ponto, como o mercado projeta. Segundo o economista-chefe para os EUA do banco, Andrew Hollenhorst, a preocupação não são os 4,1%, mas o ritmo de crescimento de 0,1 ponto percentual em três meses consecutivos, algo que geralmente precede recessões. "Se a taxa de desemprego continuar subindo e atingir 4,3% em agosto, a regra de Sahm será acionada com a média móvel de três meses subindo 0,5 ponto de sua mínima", disse.

A regra de Sahm é um modelo segundo o qual, quando a média móvel de três meses da taxa de desemprego supera em 0,5 ponto a taxa mínima de desemprego em 12 meses, o gatilho da recessão é acionado. Segundo Hollenhorst, se o desemprego continuar subindo e a inflação seguir benigna, ou o Fed realizará um corte de 0,50 ponto em setembro ou dará sinais fortes de que irá cortar em novembro e nas reuniões subsequentes.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou, em relatório divulgado nesta semana, que seria prudente para o Fed esperar evidências mais claras de que a inflação está retornando de forma sustentável para 2%, o que aconteceria apenas no fim do ano. A mesma colocação foi feita pelo candidato republicano à presidência Donald Trump em recente entrevista. Segundo Trump, um corte nos juros teria que ser feito apenas após as eleições de novembro porque, se ocorre antes, daria "impulso à economia e ao candidato democrata". *(EM)*

BTG Pactual adquire empresa de comércio exterior Sertrading

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O BTG Pactual anunciou ontem a compra de 100% da Sertrading, empresa de comércio exterior, e, com isso, abriu uma nova frente de negócios. O valor da operação não foi revelado. De acordo com o banco, o objetivo da aquisição é poder ofertar a seus clientes os serviços da empresa na importação de bens e, ao mesmo tempo, disponibilizar produtos financeiros aos clientes da Sertrading.

A companhia adquirida tinha patrimônio líquido de cerca de R$ 400 milhões no fim do ano passado, segundo comunicado do banco ao mercado. Fundada há mais de vinte anos em São Paulo, a empresa tem mais de 100 clientes de 16 setores — como itens de aviação executiva, máquinas e equipamentos, automotivo e farmacêutico. O foco está em empresas de grande porte, entre elas Pirelli, Ambev, Procter & Gamble (P&G) e Pepsi.

A aquisição posiciona o BTG em um mercado crescente. O banco destacou que o volume transacionado pela Sertrading em operações de comércio exterior passou de R$ 5 bilhões em 2019 para R$ 19 bilhões no fim do ano passado. Em 2024, a expectativa da empresa é chegar a R$ 23 bilhões.

A Sertrading atua principalmente em importação e, segundo apurou o **Valor**, a companhia enxerga na operação com o BTG não só a oportunidade de ampliar essa atividade, mas também de avançar na frente de exportação. A empresa está também de olho em outros segmentos, como o de concessões, e, por isso, a estrututra do BTG é bem-vinda.

Além disso, há a possibilidade de expandir a distribuição de diversos serviços financeiros para clientes. Entre os objetivos da companhia de exportação, estão avançar na contratação de linhas internacionais e no financiamento à cadeia produtiva no país. A empresa trabalha atuando na compra de mercadorias no exterior e coordenando a logística local, o que gera efeitos de eficiência logística e tributária para os clientes.

Para o BTG, há vantagens relacionadas à criação de uma nova linha de negócios, ligada ao comércio exterior, e ao acesso a base de clientes da Sertrading. A avaliação é de que a forte relação comercial da empresa de importação com os seus clientes pode ser um diferencial importante para o banco de investimento.

Os acionistas seguirão conduzindo as operações da Sertrading e se tornarão sócios do banco. A aquisição ainda está sujeita a aprovações regulatórias, incluindo do Banco Central (BC), e ao cumprimento de condições precedentes. As empresas estimam que, após a conclusão da operação, não levará muito tempo até começarem a captar frutos da complementariedade esperada entre as atividades.

O BTG teve lucro líquido ajustado de R$ 2,889 bilhões no primeiro trimestre de 2024, com alta de 1,5% sobre o trimestre anterior e de 27,7% sobre mesmo período do ano anterior. A receita total ficou em R$ 5,891 bilhões, com aumento trimestral de 4,2% e anual de 22,7%. Ambos os valores são recorde. A captação líquida de clientes ("net new money", no jargão em inglês) foi de R$ 64 bilhões de janeiro a março.

No final de junho, o banco anunciou outra compra, a do banco M.Y. Safra Bank, nos EUA, por um valor também não revelado. O banco americano tem patrimônio líquido de US$ 46,2 milhões e a transação visa complementar a oferta de produtos, reforçando especialmente a área de wealth management (gestão de fortunas). O M.Y. Safra tinha, no fim de março, uma carteira de empréstimos de US$ 275 milhões e US$ 404 milhões em ativos totais. O BTG tem R$ 756 bilhões em ativos sob gestão na sua área de wealth management e não detalha quanto disso está no exterior, mas fontes da indústria dizem que é algo perto de US$ 20 bilhões.

Banco vê possibilidade de expandir a distribuição de diversos serviços financeiros para clientes da empresa

BCE mantém taxa e deixa em aberto redução em setembro

De São Paulo

O Banco Central Europeu (BCE) deixou ontem suas taxas de juros de referência inalteradas depois de iniciar o afrouxamento monetário na reunião anterior com um corte de 0,25 ponto percentual. Com a manutenção, a taxa de juros de referência da zona do euro ficou em 3,75%, o juro de refinanciamento seguiu em 4,25% e o dos empréstimos, em 4,5%.

Segundo o BCE, as pressões nos preços domésticos ainda são elevadas e a inflação de serviços está alta, o que deixará a inflação acima da meta até meados de 2025. Enquanto algumas métricas de preços subjacente subiram em maio devido a fatores não recorrentes, a maioria dos indicadores ficaram estáveis ou caíram em junho, informou o comitê, que reiterou que se manterá dependente de dados e tomará decisões reunião por reunião. A decisão pela manutenção das taxas foi unânime.

Na entrevista, a presidente do BCE, Christine Lagarde disse que a política monetária seguirá restritiva pelo tempo que for necessário para que a inflação volte para a meta de 2% o que, segundo ela, deverá ocorrer apenas em meados de 2025. "A inflação caiu muito, mas não deverá mudar muito no restante do ano", disse ela. Em junho, a inflação da zona do euro recuou para 2,5%, ante 2,6% em maio.

Lagarde citou o crescimento ainda elevado dos salários como um dos motivos para uma desinflação mais lenta. Segundo ela, os salários irão parar de aumentar gradualmente ao longo de 2025 e 2026. Segundo ela, a baixa produtividade da zona do euro também estaria impedindo uma queda mais acentuada da inflação. "A atividade econômica da zona do euro cresceu menos no segundo trimestre do que no primeiro trimestre", afirmou.

"Os salários nominais mais elevados, juntamente com a fraca produtividade, contribuíram para o crescimento dos custos trabalhistas, embora tenham desacelerado ligeiramente no primeiro trimestre deste ano", disse.

Lagarde afirmou também que, devido à natureza diferenciada dos ajustes salariais e à grande contribuição dos pagamentos não recorrentes, o crescimento dos custos com trabalhistas provavelmente permanecerá elevado no curto prazo.

ARNE DEDERT/DPA VIA AP



"A inflação caiu muito mas não deverá mudar muito no restante do ano"
Christine Lagarde

Diferentemente do que vinha fazendo desde o início do ano, Lagarde evitou dar uma orientação sobre os próximos passos do BCE. Questionada sobre um possível segundo corte de juros na próxima reunião, em setembro, Lagarde disse que o comitê segue dependente de dados e que a decisão de setembro está em aberto. "Não há um caminho pré-determinado para setembro e a inflação doméstica segue elevada", disse.

Embora tenha evitado dar uma orientação ao mercado, os analistas continuam apostando de que o BCE fará um novo corte em setembro. Para Mark Wall, economista-chefe do Deutsche Bank Research, apesar de alguns dados recentes de inflação serem menos amigáveis, o BCE considerou alguns como pontuais e outros como já precificados. " O BCE está sentindo-se confortável com as tendências e vendo através do ruído, o que é consistente com o fato de ser 'dependente de dados e não dependente dados pontuais'.

Jack Allen-Reynolds, economista da Capital Economics, argumenta que o tom da presidente Lagarde foi mais em direção a um novo corte em setembro. "A presidente pareceu otimista de que os fatores subjacentes à inflação estão avançando na direção certa. Ela argumentou que a medida preferida do BCE para o crescimento salarial (a remuneração laboral por trabalhador) está em linha com as expectativas, embora tenha ficado acima do previsto pelo banco no primeiro trimestre", disse.

Para Lagarde, os acordos salariais já feitos irão contribuir para um crescimento da renda mais lento no próximo ano. "Assim, embora ela tenha descrito a reunião de setembro como 'aberta', pensamos que serão necessárias algumas surpresas nos dados para o BCE deixar os juros inalterados por uma segunda vez consecutiva", afirma. O economista projeta que o BCE irá cortar 0,25 ponto por trimestre até que a taxa de referência atinja 2,5%. *(EM)*

Regulação Autoridade monetária está finalizando consultas públicas e mercado deve ser chamado a opinar nos próximos meses

BC prepara regras sobre risco em cartão e serviços para terceiros

Mariana Ribeiro e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

O Banco Central (BC) está finalizando consultas públicas sobre a regulamentação do chamado "banking as a service" (BaaS) — modelo que permite que empresas de diferentes setores ofereçam produtos e serviços financeiros — e sobre a estrutura de riscos e garantias na cadeia dos cartões. A expectativa é que o mercado seja chamado a opinar publicamente sobre os temas nos próximos meses. O regulador também acompanha de perto o uso do termo "banco" e deve proibir sua utilização por instituições sem licença bancária.

As duas consultas públicas envolvem discussões sobre responsabilização de instituições quando há algum problema nas operações. No caso do BaaS, há relação entre instituições reguladas e não reguladas e, por isso, regulador e mercado acham importante esclarecer os papéis das instituições autorizadas nesses processos.

Em relação aos cartões, estão em andamento debates sobre "quem paga a conta" se houver problema com um emissor, credenciadora ou subcredenciadora, por exemplo. A conversa foi impulsionada pelo caso da administradora de cartões Credz — que evidenciou impasses sobre garantias e repasses na cadeia.

Diferentes participantes próximos ao setor financeiro e de pagamentos ouvidos pelo **Valor** afirmam acreditar que as consultas públicas sobre os dois temas devem ser publicadas ao longo do terceiro trimestre.

A regulamentação do BaaS consta na lista de prioridades de 2024 da diretoria de regulação do BC, divulgada em março.

"A ideia é esclarecer que, quando um banco ou instituição de pagamento presta um serviço para uma empresa não regulada, uma conta transacional, um crédito, por exemplo, a instituição regulada é responsável, tem que fazer a diligência. É o entendimento que sempre tivemos no escritório", afirma o advogado Bruno Balduccini, do Pinheiro Neto Advogados. Sócio do CBA Advogados, Rodrigo Caldas de Carvalho Borges diz que as consultas públicas têm feito parte da forma de atuação do regulador recentemente. "[O BC] dificilmente edita uma norma sem coletar insights do mercado."

Já a discussão sobre como melhorar a estrutura de risco e de garantias no sistema de cartões tem ocorrido dentro da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Em entrevista ao **Valor**, em março, o vice-presidente executivo da entidade, Ricardo Vieira, disse que associação enviaria um estudo inicial ao BC e que o objetivo era criar padronizações nas regras existentes e suprir lacunas, sem ferir a liberdade concorrencial de bandeiras e nem pesar excessivamente sobre algum dos elos da cadeia. Procurada, a Abecs disse que está, junto aos associados, discutindo e analisando o tema.

"Isso vem em um pacote de discussões, que inclui também o parcelado sem juros. São diversas situações, existe uma cadeia de várias etapas e quando acontece um problema às vezes fica um olhando para o outro para ver quem é o responsável", diz José Luiz Rodrigues, sócio fundador da consultoria JL Rodrigues, especializada em regulação.

Há ainda uma discussão sobre a proibição de instituições que não são bancos, utilizarem os termos "banco", "banking" ou "bank" em sua marca ou comunicação, como antecipado pelo jornal "O Globo". É o caso do Nubank, por exemplo, que, apesar do tamanho, não tem licença bancária. Borges, do CBA Advogados, diz que o debate é antigo e que existe o entendimento em parte do BC de que o uso do termo pode gerar confusão nos clientes. "E as fintechs nem precisam disso, o que as diferencia é a estrutura, o modelo distinto", acrescenta Rodrigues. Parte do mercado acredita que essa proibição mais direta virá por meio de um projeto de lei.

> "Quando acontece um problema às vezes fica um olhando para o outro para ver quem é o responsável"
> *José Luiz Rodrigues*

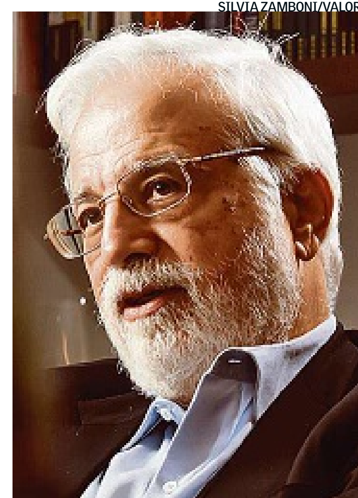
Procurado, o BC afirma que não há regulamentação específica sobre o uso de termos na denominação de instituições reguladas.

O Nubank diz que acompanha as discussões a respeito da palavra "banco" e que acredita que "qualquer regulação nesse sentido será estabelecida após ampla discussão e preverá prazo suficiente para que todas as instituições afetadas avaliem diligentemente toda a gama de hipóteses possíveis para seu devido cumprimento". A instituição reforça que conta com as licenças necessárias para oferecer os produtos disponíveis e que a eventual "obtenção de uma licença bancária não acarretaria em uma necessidade de aumento de capital".

Também há preocupação com algumas instituições não autorizadas, segundo um executivo ligado ao setor de pagamentos. "O BC parece não querer interferir em modelo de negócios, mas isso não quer dizer que não possa ter alguma forma de atuação sobre alguns emissores ou subcredenciadoras, algum processo de autorização ou regulação", diz. Hoje, subcredenciadoras não são reguladas. As instituições de pagamento da modalidade emissor de moeda eletrônica criadas a partir de 2021 precisam de autorização e as criadas antes disso seguem uma regra de volumetria — até 2029, todas serão reguladas. Já as IPs emissoras de pós-pago e credenciadoras devem pedir autorização quando movimentam mais de R$ 500 milhões.

Com 'super-reguladores', fiscalização de emissões será melhor, diz Loyola

Liane Thedim
Do Rio


SILVIA ZAMBONI/VALOR

Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central (BC), avalia que o projeto em discussão no Ministério da Fazenda para introduzir no Brasil o chamado modelo "twin peaks" pode permitir uma melhor fiscalização do mercado de crédito privado, inclusive dos riscos das empresas de seguro que têm ativos do tipo em suas carteiras. Segundo ele, uma parte importante do crédito hoje no Brasil está nos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), de investimento imobiliário (FIIs) e outros fundos que não são fiscalizados pelo BC.

"Temos muita dívida em CRIs [certificados de recebíveis imobiliários] e CRAs [do agronegócio], e o Banco Central tem pouco acesso a eles", afirma ele, que ficou à frente da autoridade monetária de 1995 a 1997. Para Loyola, o crescimento do mercado de crédito privado é bom, porque alonga os prazos das dívidas e reduz a concentração nos bancos públicos, mas precisa ser monitorado, sobretudo os FIDCs.

> "Temos muita dívida em CRIs e CRAs, e o Banco Central tem pouco acesso a elas"
> *Gustavo Loyola*

"Como as exigências de capital para empréstimo são elevadas, a tendência no mundo é originar para distribuir e esse crédito é vendido para fundos, o que gera preocupação crescente." Loyola ressalta que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) olha as emissões mais como reguladora de conduta, menos do ponto de vista da qualidade do crédito. "E é preciso ter visão sistêmica."

Pelo projeto, BC e CVM se tornariam "superórgãos" reguladores, responsáveis por monitoramento, regulação e supervisão dos mercados financeiro, de capitais, além de seguros e previdência. A Fazenda estuda incorporar a Superintendência de Seguros Privados (Susep) ao Banco Central. Em um segundo momento, a CVM ganharia atribuições que hoje são do BC, e a autoridade monetária, funções atualmente de competência da CVM. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) também pode entrar no redesenho.

Loyola diz que essa integração entre BC, CVM, Susep e Previc "não será fácil". "Há muita disparidade de cultura entre cada um desses órgãos. Talvez a abordagem tenha que ser mais modesta de início."

INÊS 249


LUIZA HELENA TRAJANO
ACIONISTA E PRESIDENTE DO CONSELHO DO MAGAZINE LUIZA
E ASSINANTE DO VALOR
VALOR ECONÔMICO

INÊS 249

Finanças

Investimentos Intenção está condicionada à contratação de especialista em buscar ativos no exterior

Planner pode assumir fundos da Vanquish

Adriana Cotias
De São Paulo

A RJI informou por meio de fato relevante que a Planner Corretora apresentou uma carta de intenções para assumir os problemáticos fundos da Vanquish herdados da Infinity Asset. Segundo o documento referente ao Pipa, com maior número de cotistas, a instituição disse ter interesse, mas a decisão “quanto ao aceite e envio de proposta para a prestação do serviço está condicionada à análise e emissão de parecer por parte da área técnica e jurídica”.

De acordo com a RJI (administradora atual, que renunciou ao posto na assembleia de abril), não houve ainda apresentação de proposta com indicação de valores nem a solicitação de documentos para análise.

“Convém lembrar que a Planner já foi administradora do fundo no passado, antecedendo a RJI nesse cargo. No processo de transição, a Planner não informou à RJI sobre qualquer irregularidade nas operações de carteira do fundo (como aquela, segundo a CVM, verificada com relação às operações ‘box’, responsáveis pelas perdas experimentadas pelo fundo)”, escreve a RJI. A RJI tomou medidas judiciais contra a Planner, para entender em que medida a corretora “teria conhecimento das irregularidades e deixou de comunicá-las aos cotistas, às autoridades e à sua sucessora no cargo.”

No centro dessa história estão mais de 5 mil investidores que viram seus recursos virarem pó após a inadimplência em operação complexa com derivativos, sem garantias e com concentração atípica para fundos de renda fixa.

Procurada, a Planner não comentou. Mas uma fonte a par das conversas diz que uma das condições é a contratação pela gestora de escritório de advocacia especializado na busca de ativos no exterior, acionando David Fernandez, fundador da Infinity. Ele figura como sócio da ICP Ventures, a ponta que ficou inadimplente. Numa assembleia do Pipa, em junho de 2023, advogada da RJI relatou que Fernandez representava um grupo que atua no setor do agronegócio.

No mês passado, a Vanquish afirmou ter recebido carta da ICP Ventures que comunicou que uma tranche, de €125 milhões, está prevista para ser enviada até o início de agosto, destinada a “aquisição dos contratos inadimplidos e consequente liquidação das obrigações com o fundo”. Um compromisso anterior não foi cumprido.

Outra condição imposta pela Planner, apurou o **Valor**, é que a Vanquish consiga manter o selo da autorregulação da Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos. Por liminar, a casa conseguiu suspender efeitos da decisão da entidade de desligá-la. Repetiu assim o “modus operandi” da Infinity, quando a Anbima tentou descredenciar a gestora por uma série de irregularidades.

> “[O problema das ações] É que quem processa primeiro consegue garantir seu pedaço à custa dos outros”
> *Felipe Claudino*

Semana passada a RJI informou ter recebido proposta da ARM Capital, asset especializada na recuperação de ativos estressados, para assumir a gestão das carteiras. Há assembleia marcada para o dia 23.

No encontro de 9 de abril, os cotistas decidiram manter a Vanquish na gestão, rejeitando propostas feitas pela Veritas e pela Águila Capital. Embora as pessoas físicas sejam numerosas — o Pipa, ofertado para o varejo, chegou a reunir 10,4 mil investidores e hoje tem pouco mais de 5 mil —, não têm tido poder de fogo para trocar a gestão. Nos demais, os investidores são unidades regionais da Unimed e regimes próprios de previdência social (RPPS) de mais de uma dezena de municípios.

A RJI assumiu a administração em dezembro de 2020. Meses antes, o Infinity Select (antigo nome do Pipa) tinha sido fechado pela Planner. Conforme atas de assembleias de 22 de outubro e 4 de novembro, os cotistas votaram pela reabertura. A administradora escreveu que “no seu entendimento, a posição mais prudente, visando a melhor operação do fundo e o resguardo da posição dos cotistas, seria a manutenção do fechamento do fundo para aplicações e resgates até que os eventos que resultaram na divulgação de fatos relevantes” fossem revertidos.

Em 29 de setembro, a Planner informou ter remarcado ativos com lastro em crédito privado vinculado à sociedade Ajuz Business & Solution, a fim de concluir se haveria necessidade de provisionamentos para eventuais perdas futuras. Houve ali redução de 22,54 pontos-base no saldo acumulado do ativo.

Foi no primeiro vencimento do box que a Planner não topou rolar que veio o alerta, diz fonte próxima da administração à época. Não havia lastro nem garantia e já havia apontamento da Anbima de que era feita contra a dona da Infinity, com o mesmo controlador.

Agora com os ativos marcados corretamente nos fundos, o interesse da Planner também é econômico, diz uma fonte. A corretora manteria as condições de custos atuais e teria a intenção de receber uma taxa de performance relativa à eventual recuperação dos recursos.

A Infinity chegou a reunir cerca de R$ 700 milhões. Hoje, os fundos transferidos para a Vanquish têm menos de R$ 65 milhões.

Felipe Demori Claudino, advogado que representa quatro fundos que sofreram perdas, diz não entender por que as regionais da Unimed e os RPPS têm votado a favor da permanência da Vanquish. Ele conta que os fundos, representados pela Verano Advogados, ajuizaram ações para uniformizar a jurisprudência dos processos. O julgamento, previsto para este mês, foi remarcado para o início de agosto. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Ancord, que representa as corretoras, fizeram uma manifestação e figuram como “amicus curiae” (amigos da Corte), para auxiliar a Corte a tomar uma decisão.

O problema é que processos individuais têm se multiplicado na Justiça e os bloqueios detratam o patrimônio dos próprios cotistas. “Quem processa primeiro consegue garantir seu pedaço à custa dos outros”, diz Claudino.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 18/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.990,2736690	-0,03	0,62	5,16
IRF-M	1+**	20.244,8523720	-0,43	1,30	1,52
IRF-M	Total	18.407,8094960	-0,30	1,07	2,59
IMA-B	5***	9.337,6835860	-0,19	0,68	4,02
IMA-B	5+****	11.318,3383460	-0,65	2,71	-2,47
IMA-B	Total	9.965,6987840	-0,42	1,71	0,59
IMA-S	Total	6.769,0959760	0,04	0,57	5,93
IMA-Geral	Total	8.223,8565030	-0,17	1,00	3,45

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	04/07	03/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,39	30,07	29,84	29,38	26,33	31,65
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,28	25,31	25,91	24,27	24,70	26,61
Conta garantida pré - a.a.	37,40	39,77	41,75	47,85	44,06	50,52
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,49	21,70	21,70	21,65	21,74	28,09
Vendor pré - a.a.	15,98	16,26	17,32	16,40	15,28	18,89
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,03	17,30	19,42	18,22	16,97	22,57
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,83	18,06	17,97	17,78	16,82	17,44
Conta garantida pós - a.a.	24,56	24,78	24,77	24,76	24,39	26,55
ACC pós - a.a.	8,05	8,33	8,51	8,34	8,57	7,89
Factoring - a.m.	3,25	3,26	3,25	3,27	3,34	3,54

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	18/07/24	17/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3400	5,3300	5,3300	5,0600
1 mês	-	5,3434	5,3374	5,3364	5,3337	5,0683
3 meses	-	5,3570	5,3550	5,3533	5,3528	5,0459
6 meses	-	5,3883	5,3873	5,3873	5,3887	4,8610
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6620	3,6560	3,6660	3,3990
1 mês	-	3,6673	3,6756	3,7869	3,8675	3,3658
3 meses	-	3,8307	3,8472	3,8829	3,9098	3,1751
6 meses	-	3,8970	3,9052	3,9227	3,9358	2,8193
1 ano	-	3,9003	3,8959	3,8863	3,8733	1,8009
Euribor ***						
1 mês	-	3,601	3,611	3,632	3,606	3,465
3 meses	-	3,678	3,685	3,711	3,717	3,705
6 meses	-	3,620	3,676	3,682	3,695	3,962
1 ano	-	3,503	3,595	3,578	3,600	4,160
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,34	5,34	5,34	5,37	5,29	5,27
T-Bill (3 meses)	5,34	5,34	5,34	5,36	5,38	5,40
T-Bill (6 meses)	5,19	5,19	5,21	5,32	5,36	5,49
T-Note (2 anos)	4,48	4,44	4,52	4,75	4,72	4,77
T-Note (5 anos)	4,13	4,08	4,14	4,38	4,25	4,01
T-Note (10 anos)	4,21	4,16	4,21	4,40	4,23	3,79
T-Bond (30 anos)	4,42	4,38	4,42	4,56	4,36	3,90

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,55	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,80	11,68
CDI	0,55	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,80	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,07	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,59	7,89
IMA-B	1,71	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,59	3,07
IMA-S	0,57	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,93	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,87	4,93
Índice Small Cap	4,11	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-11,35	-11,96
IBrX 50	2,92	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-3,38	7,39
ISE	3,86	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-6,67	-5,90
IMOB	5,42	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-12,34	-8,32
IDIV	3,30	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-0,22	12,09
IFIX	1,05	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	2,15	6,09
Dólar Ptax (BC)	-0,29	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	14,49	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-0,02	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	15,14	16,69
Euro (BC) (4)	1,59	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	13,04	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	1,74	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	13,40	14,54
Ouro (BC)	5,39	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	36,40	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 18/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 15/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.562.760,34					-7.691,80	46.571,93	242.980,42	214.161,74
RF Indexados (2)	146.865,16	-0,05	1,06	3,30	8,42	-61,09	-1.601,50	-8.769,43	-12.880,15
RF Duração Baixa Soberano (2)	694.414,33	0,04	0,40	5,23	10,73	-2.514,98	22.695,82	52.913,46	40.857,21
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	860.331,95	0,04	0,46	5,96	12,24	-3.515,65	8.928,59	60.508,74	68.199,34
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	182.912,68	0,05	0,05	6,02	12,32	15,91	3.019,50	75.823,85	80.834,43
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.339,70	0,00	0,56	4,81	9,43	48,33	519,83	-2.701,83	-5.514,66
RF Duração Livre Soberano (2)	218.207,56	0,02	0,59	4,86	10,16	-144,49	4.615,02	-11.091,22	-29.656,45
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	643.445,43	0,03	0,56	5,33	11,01	7,81	1.161,37	-34.209,29	-54.431,30
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	367.155,50	0,00	0,75	5,27	11,66	100,98	3.200,82	81.272,91	129.484,33
Ações	630.314,99					-385,30	-2.857,89	-2.632,67	37.889,76
Ações Indexados (2)	10.551,06	0,34	4,43	-3,53	9,67	52,82	7,87	409,77	-698,99
Ações Índice Ativo (2)	31.963,75	0,32	4,94	-3,92	7,77	-58,78	-821,66	-4.563,45	-4.439,52
Ações Livre	229.773,28	0,17	4,67	-0,91	10,17	-313,39	-1.604,08	-328,71	-5.188,76
Fechados de Ações	126.207,86	-0,11	1,63	-2,66	-1,40	0,07	170,74	-1.808,45	28.595,99
Multimercados	1.701.036,61					-1.289,85	-9.574,09	-87.273,92	-211.632,51
Multimercados Macro	146.803,01	0,07	1,33	2,01	7,22	-609,77	-3.780,17	-31.254,23	-53.716,90
Multimercados Livre	655.858,59	-0,09	0,86	4,61	9,87	-869,45	731,07	-2.219,35	-56.773,53
Multimercados Juros e Moedas	48.717,57	0,00	0,54	5,11	11,02	-89,81	-1.271,31	-9.161,84	-16.136,57
Multimercados Invest. no Exterior (2)	767.601,50	-0,13	0,16	5,09	12,16	-132,81	-5.870,27	-46.112,88	-81.126,37
Cambial	6.107,96	0,23	-2,23	15,66	20,28	-34,70	-372,95	-721,45	-1.416,38
Previdência	1.445.553,92					266,39	1.581,26	20.351,28	41.276,04
ETF	45.181,66					232,46	-558,64	-2.353,93	-5.354,48
Demais Tipos	2.038.516,94					-1.016,27	5.619,57	54.717,05	54.286,96
Total Fundos de Investimentos	**7.390.955,47**					**-8.902,80**	**34.789,61**	**170.349,73**	**74.924,18**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.689.437,66**					**2.094,09**	**24.269,49**	**54.383,62**	**112.005,16**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.128.835,00**					**-6.808,71**	**59.059,11**	**224.733,35**	**186.929,34**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	18/07/24	17/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,97
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8709
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,83
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0850
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,51	10,46	10,44	10,49	10,43	13,24
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,74	10,64	10,56	10,72	10,64	12,65
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,42	10,41	10,42	10,42	13,47
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,44	10,42	10,44	10,43	13,36
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,46	10,44	10,49	10,45	13,25
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,57	10,50	10,46	10,55	10,50	13,08
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,72	10,63	10,55	10,72	10,63	12,67
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,14	10,95	10,84	11,18	11,00	11,53

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 18/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.607,90	10,407	66.395	10,402	10,408	10,402
Vencimento em set/24	98.747,96	10,431	45.429	10,420	10,436	10,428
Vencimento em out/24	97.928,31	10,466	293.482	10,452	10,478	10,472
Vencimento em nov/24	97.024,94	10,533	5.827	10,485	10,555	10,540
Vencimento em dez/24	96.268,19	10,615	47.064	10,570	10,630	10,580
Vencimento em jan/25	95.434,85	10,684	941.240	10,615	10,710	10,645
Vencimento em fev/25	94.551,69	10,772	4.070	10,690	10,785	10,740
Vencimento em mar/25	93.738,82	10,863	11.641	10,780	10,865	10,810
Vencimento em abr/25	92.976,28	10,925	273.840	10,805	10,970	10,860
Vencimento em mai/25	92.177,30	10,982	3.400	10,885	10,960	10,960
Vencimento em jun/25	91.336,24	11,044	6.685	10,945	11,060	11,060
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.583,82	1,67	302.175	5.489,00	5.598,50	5.560,00
Vencimento em set/24	5.601,47	1,66	3.620	5.541,00	5.615,00	5.571,00
Vencimento em out/24	5.618,00	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.637,39	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.653,13	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	6.086,92	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	6.115,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.142,33	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	128.526	-1,39	97.485	128.385	130.460	129.250
Vencimento em out/24	130.614	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	132.712	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 18/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5420	5,5426	1,38	-0,29	14,49	15,37
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5866	5,5872	1,89	-0,02	15,14	16,19
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6113	5,7913	1,73	-0,06	14,74	15,85
Euro (BC) - (R$/€)	6,0463	6,0492	1,20	1,59	13,04	12,20
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0883	6,0889	1,54	1,74	13,40	12,76
Euro Turismo (R$/€)	6,1494	6,3294	1,43	1,79	12,88	12,42
Euro (BC) - (US$/€)	1,0910	1,0914	-0,18	1,89	-1,27	-2,75
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	438,4494	438,4968	1,30	5,39	36,40	43,58
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.444,85	-0,67	5,17	18,38	23,64
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.466,95	-0,14	5,99	19,62	25,74

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	18/07/24	17/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	164.884,69	167.153,80	158.096,12	173.997,89	-1,36	4,29	-5,24
Valor-Coppead Mínima Variância	100.094,56	100.629,39	95.968,24	93.533,91	-0,53	4,30	7,01

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 18/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 18/07/24

Índice	18/07/24	17/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	18/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	184,59	186,30	183,93	165,54	158,68	-0,92	0,36	11,51	16,33
S&P BNY Emergentes	356,57	357,23	353,54	312,75	305,02	-0,19	0,86	14,01	16,90
S&P BNY América Latina	192,74	197,56	189,48	225,28	206,13	-2,44	1,72	-14,44	-6,49
S&P BNY Brasil	189,47	194,92	186,15	232,95	204,40	-2,80	1,78	-18,67	-7,31
S&P BNY México	304,03	309,82	294,86	331,67	329,33	-1,87	3,11	-8,33	-7,68
S&P BNY Argentina	217,93	218,70	230,09	178,27	160,71	-0,35	-5,29	22,25	35,61
S&P BNY Chile	140,94	144,08	137,44	162,12	187,00	-2,18	2,55	-13,06	-24,63
S&P BNY Índia	3.125,12	3.051,97	3.032,46	2.923,01	2.961,80	2,40	3,06	6,91	5,51
S&P BNY Ásia	221,41	221,95	219,12	189,60	183,61	-0,24	1,05	16,78	20,59
S&P BNY China	308,46	310,85	302,10	336,11	336,08	-0,77	2,10	-8,23	-8,22
S&P BNY África do Sul	216,06	222,59	200,45	199,87	233,78	-2,94	7,79	8,10	-7,58
S&P BNY Turquia	38,28	38,13	34,29	22,45	19,26	0,40	11,63	70,50	98,82

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 18/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.652	-1,39	3,02	-4,87	8,33
IBrX	53.993	-1,35	3,06	-4,35	9,02
IBrX 50	21.465	-1,24	2,92	-3,38	10,57
IEE	90.940	-1,64	3,00	-4,23	1,42
SMLL	2.086	-2,52	4,11	-11,35	-7,80
ISE	3.513	-2,13	3,86	-6,67	-0,17
IMOB	886	-2,73	5,42	-12,34	-5,94
IDIV	9.054	-1,47	3,30	-0,22	15,91
IFIX	3.383	-0,16	1,05	2,15	6,37
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.035	-2,72	3,34	-16,89	-6,09
IBrX	9.743	-2,68	3,38	-16,44	-5,50
IBrX 50	3.873	-2,57	3,24	-15,60	-4,14
IEE	16.410	-2,97	3,32	-16,33	-12,08
SMLL	376	-3,82	4,44	-22,55	-20,07
ISE	634	-3,45	4,19	-18,47	-13,46
IMOB	160	-4,04	5,74	-23,42	-18,46
IDIV	1.634	-2,79	3,62	-12,83	0,48
IFIX	610	-1,51	1,37	-10,76	-7,79

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 18/07/24	17/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	406	407	-1,0	3,0	61,0
África do Sul	325	329	-4,0	-2,0	-1,0
Argentina	1.583	1.594	-11,0	128,0	-324,0
Brasil	232	230	2,0	1,0	37,0
Colômbia	313	312	1,0	7,0	48,0
Filipinas	80	81	-1,0	12,0	22,0
México	187	186	1,0	1,0	20,0
Peru	107	109	-2,0	5,0	5,0
Turquia	252	246	6,0	-1,0	-24,0
Venezuela	17.967	17.527	440,0	-602,0	-6.125,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	08/07/24	359.546
dez/23	355.034	09/07/24	359.262
jan/24	353.563	10/07/24	359.695
fev/24	352.705	11/07/24	361.230
mar/24	355.008	12/07/24	361.413
abr/24	351.599	15/07/24	361.731
mai/24	355.560	16/07/24	361.913
jun/24	357.827	17/07/24	362.230

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	18/07/24	17/07/24	16/07/24	15/07/24	12/07/24	11/07/24
Índice	2.125,66	2.132,27	2.133,99	2.131,39	2.133,39	2.133,93
Var. no dia	-0,31%	-0,08%	0,12%	-0,09%	-0,03%	0,06%
Var. no mês	0,88%	1,19%	1,28%	1,15%	1,25%	1,27%
Var. no ano	2,93%	3,25%	3,33%	3,21%	3,30%	3,33%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 18/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,0400	36,0600	0,15370	0,15380
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5420	5,5426
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4493	36,5407	0,1517000	0,1521000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7917	0,8091
Colon (Costa Rica)	520,2300	526,3800	0,010530	0,010650
Coroa (Dinamarca)	6,8368	6,8378	0,8105	0,8107
Coroa (Islândia)	137,0300	137,3500	0,04035	0,04045
Coroa (Noruega)	10,7740	10,7779	0,5142	0,5144
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1420	23,1520	0,2394	0,2395
Coroa (Suécia)	10,5685	10,5715	0,5242	0,5244
Dinar (Argélia)	133,9075	135,1300	0,04101	0,04139
Dinar (Kuwait)	0,3053	0,3059	18,1170	18,1546
Dinar (Líbia)	4,8112	4,8335	1,1466	1,1520
Direitos Especiais de Saque ***	1,3291	1,3291	7,3659	7,3667
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,5088	1,5091
Dirham (Marrocos)	9,8093	9,8143	0,5647	0,5650
Dólar (Austrália)***	0,6724	0,6725	3,7264	3,7274
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5420	5,5426
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7258	2,7738
Dólar (Canadá)	1,3696	1,3697	4,0461	4,0469
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6371	6,7183
Dólar (Cingapura)	1,3422	1,3430	4,1266	4,1295
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5420	5,5426
Dólar (Hong Kong)	7,8098	7,8099	0,7096	0,7097
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6062	0,6066	3,3596	3,3621
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7481	6,8260	0,8119	0,8214
Euro (Comunidade Européia)***	1,0910	1,0914	6,0463	6,0492
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0451	3,1060
Franco (Suíça)	0,8856	0,8860	6,2551	6,2586
Guarani (Paraguai)	7559,6800	7562,2200	0,0007329	0,0007332
Hryvnia (Ucrânia)	41,5000	41,8000	0,1326	0,1336
Iene (Japão)	156,9700	156,9800	0,03530	0,03531
Lev (Bulgária)	1,7919	1,7928	3,0913	3,0931
Libra (Egito)	48,2000	48,3000	0,1147	0,1150
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2972	1,2973	7,1891	7,1904
Naira (Nigéria)	1580,0000	1660,0000	0,00334	0,00351
Lira (Turquia)	33,0621	33,0688	0,1676	0,1676
Novo Dólar (Taiwan)	32,6830	32,7130	0,16940	0,16960
Novo Sol (Peru)	3,7269	3,7290	1,4862	1,4872
Peso (Argentina)	923,5000	924,0000	0,00600	0,00600
Peso (Chile)	941,9700	942,7700	0,005878	0,005884
Peso (Colômbia)	4024,2200	4027,9700	0,001376	0,001377
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2309	0,2309
Peso (Filipinas)	58,3100	58,3300	0,09501	0,09505
Peso (México)	17,8530	17,8570	0,3104	0,3105
Peso (Rep. Dominicana)	59,0100	59,4000	0,09330	0,09393
Peso (Uruguai)	40,2800	40,3200	0,13750	0,13760
Rande (África do Sul)	18,1813	18,1855	0,3047	0,3049
Rial (Arábia Saudita)	3,7507	3,7509	1,4775	1,4778
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001319	0,0001320
Ringgit (Malásia)	4,6650	4,6700	1,1867	1,1881
Rublo (Rússia)	88,0705	88,0795	0,06292	0,06293
Rúpia (Índia)	83,5800	83,6000	0,06629	0,06631
Rúpia (Indonésia)	16150,0000	16160,0000	0,0003429	0,0003432
Rúpia (Paquistão)	278,0000	279,0000	0,01986	0,01994
Shekel (Israel)	3,6375	3,6395	1,5227	1,5237
Won (Coréia do Sul)	1383,8600	1384,3200	0,004003	0,004005
Yuan Renminbi (China)	7,2600	7,2610	0,7633	0,7634
Zloty (Polônia)	3,9276	3,9287	1,4106	1,4112

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2460,65	0,01264	438,4494	438,4968

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	18/07/24	17/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.665,02	41.198,08	-1,29	3,95	7,89	16,35	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.705,09	19.799,14	-0,48	0,11	17,11	24,39	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.871,22	17.996,93	-0,70	0,78	19,05	24,51	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.544,59	5.588,27	-0,78	1,54	16,24	21,73	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.726,76	22.851,17	-0,54	3,89	8,44	11,53	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	53.160,86	53.744,78	-1,09	1,37	-7,36	-1,62	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.364,48	1.366,24	-0,13	-1,19	14,16	16,64	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	84.382,19	86.848,63	-2,84	7,23	45,91	125,18	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.576,70	6.568,77	0,12	2,54	6,11	4,62	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.593,39	29.825,90	-0,78	-1,01	14,00	28,34	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.528.790,66	1.524.496,22	0,28	-5,12	64,44	234,61	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.492,88	1.493,35	-0,03	0,58	6,98	8,59	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.354,76	18.437,30	-0,45	0,65	9,57	13,82	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.586,55	7.570,81	0,21	1,43	0,57	3,65	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.529,13	34.379,64	0,43	4,15	13,76	20,28	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.003,52	4.017,59	-0,35	2,99	7,98	8,37	3.290,68	4.040,06
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.655,43	2.711,01	-2,05	-8,04	16,29	31,67	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.147,50	11.105,20	0,38	1,86	10,35	17,89	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.457,74	1.446,92	0,75	3,81	12,73	10,78	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	916,04	916,54	-0,05	-0,85	16,42	18,28	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.899,65	72.539,74	0,50	1,12	20,26	39,14	52.391,65	72.899,65
Polônia	Varsóvia	WIG	86.413,16	85.141,13	1,49	-2,48	10,14	21,05	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.789,09	6.765,92	0,34	4,77	6,14	12,15	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.068,51	1.054,01	1,38	-7,80	-1,38	4,25	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.597,79	2.597,56	0,01	1,10	8,32	15,01	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.247,61	12.333,93	-0,70	2,12	9,96	10,30	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	11.139,46	11.134,08	0,05	4,62	49,12	75,01	6.365,00	11.139,46
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.045,33	2.053,63	-0,40	5,02	9,04	9,05	1.608,42	2.064,80
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.334,25	80.452,56	-0,15	0,79	4,48	4,20	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.126,35	41.097,69	-2,36	1,37	19,91	23,49	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.272,70	8.303,50	-0,37	3,23	5,66	10,35	6.960,20	8.303,50
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.604,59	1.599,29	0,33	-0,83	-12,69	-21,44	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.977,13	2.962,85	0,48	0,33	0,07	-6,90	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.824,35	2.843,29	-0,67	0,95	6,37	8,31	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.778,41	17.739,41	0,22	0,34	4,29	-6,51	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.343,46	Feriado	0,78	2,92	12,60	21,78	63.148,15	81.343,46
Indonésia	Jacarta	JCI	7.321,07	7.224,22	1,34	3,65	0,66	7,19	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.324,76	1.319,79	0,38	1,83	-6,43	-13,71	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.398,47	23.769,82	-1,56	1,59	30,49	35,82	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares





AVISO PÚBLICO
LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

A **Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí Ltda,** "CELETRO", inscrita no CNPJ nº 87.776.043/0001-41, de forma a assegurar publicidade, transparência e igualdade de acesso aos interessados, conforme legislação aplicável, comunica que realizará em 21/08/2024 um Leilão de Compra de Energia Elétrica. O Edital do Leilão e toda a documentação do certame, encontra-se disponível desde 19/07/2024, conforme orientação descrita no sítio eletrônico www.celetro.com.br. Os interessados deverão ser agentes na CCEE e solicitar a documentação pelo e-mail leilao@celetro.com.br até às 17h00 de 02/08/2024.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35300350057

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Junho de 2024

Data, Horário e Local: Em 26 de junho de 2024, às 14:00 horas, na sede da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "SBPar"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, permitida a participação através de plataforma digital de videoconferência, na forma do artigo 12, §4°, do Estatuto Social. **Convocação:** Conforme convocação enviada por mensagem eletrônica aos membros do Conselho de Administração, do dia 19 de junho de 2024. **Presenças:** Presentes os Conselheiros: Verônica Valente Dantas, Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim, Valdecyr Maciel Gomes, Eduardo de Britto Pereira Azevedo, Vitor José Azevedo Marques e Marco Antonio Souza Cauduro. Registrada a ausência do Conselheiro José Luis Bringel Vidal. **Convidados:** Presentes os Diretores Estatutários da Companhia, os Srs. Antonio Carlos Duarte Sepúlveda, Daniel Pedreira Dorea e Ricardo dos Santos Buteri. **Mesa Diretora:** Sra. Verônica Valente Dantas, **Presidente da Mesa** e o Sr. Daniel Pedreira Dorea, **Secretário. Ordem do Dia:** A Presidente procedeu à leitura da Ordem do Dia, a saber: **1. Itens Deliberativos: 1.1.** Deliberar sobre a realização de investimentos relativos à aquisição de equipamentos destinados à operação do Tecon Santos, no âmbito do contrato de prorrogação antecipada do referido terminal, conforme apresentação da Diretoria, na forma do artigo 15, (n), do Estatuto Social. **2. Itens Informativos: 2.1.** Tomar conhecimento de eventuais pendências da RCA anterior; **2.2.** Tomar conhecimento do cumprimento das Metas da Diretoria Estatutária relativas ao exercício social de 2024; **2.3.** Tomar conhecimento de projeções e destaques comerciais e/ou financeiros referentes ao exercício social de 2024; bem como dos resultados e indicadores financeiros, operacionais e do mercado de capitais, relativos ao período compreendido entre janeiro e maio de 2024. **3. Itens Estratégicos: 3.1.** Tomar conhecimento do andamento do Planejamento Estratégico da Companhia, em especial do Planejamento de Longo Prazo - PLP; **3.2.** Tomar conhecimento do reequilíbrio econômico-financeiro do Tecon Imbituba; **3.3.** Tomar conhecimento da execução do Plano de Investimentos (CapEx) da Companhia; **3.4.** Acompanhar Riscos do Negócio da Companhia: **3.4.1.** Ambiente de negócios no Porto de Santos; **3.4.2.** Principais processos administrativos e judiciais da Companhia. **Apreciações e Deliberações:** Após exame e debates sobre os itens constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, concordaram em ajustar a Ordem do Dia para tratar o item 1.2, e por unanimidade dos presentes: **1. Itens Deliberativos: 1.1.** Deliberaram sobre a realização de investimentos relativos à aquisição de equipamentos destinados à operação do Tecon Santos, no âmbito do contrato de prorrogação antecipada do referido terminal, visando a ampliação da sua capacidade, produtividade e eficiência operacionais, autorizando-se a Diretoria a contratar os respectivos investimentos, conforme material apresentado na RCA, devidamente arquivado na Companhia; **1.2.** Deliberaram sobre a autorização para a Diretoria avaliar e executar estratégia de otimização da estrutura de capital da Companhia, a fim de financiar os investimentos de seus negócios e ativos, bem como criar maior valor aos seus acionistas, em linha com o planejamento estratégico da SBPar, conforme material apresentado na RCA, devidamente arquivado na Companhia. **2. Itens Informativos: 2.1.** Tomaram conhecimento de eventuais pendências da Reunião Conselho de Administração anterior; **2.2.** Tomaram conhecimento do cumprimento das Metas da Diretoria Estatutária relativas ao exercício social de 2024, validando-se o atingimento apresentado até então; **2.3.** Tomaram conhecimento de projeções e destaques comerciais e/ou financeiros referentes ao exercício social de 2024; bem como dos resultados e indicadores financeiros, operacionais e do mercado de capitais, relativos ao período compreendido entre janeiro e maio de 2024. **3. Itens Estratégicos: 3.1.** Tomaram conhecimento do andamento do Planejamento Estratégico da Companhia, em especial do Planejamento de Longo Prazo - PLP. **3.2.** Tomaram conhecimento do andamento do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Tecon Imbituba, inclusive dos parâmetros que norteiam as tratativas e os objetivos pretendidos; **3.3.** Tomaram conhecimento da execução do Plano de Investimentos (CapEx) da Companhia; **3.4.** Realizado acompanhamento de riscos do negócio da Companhia: **3.4.1.** Tomaram conhecimento de atualização sobre o ambiente de negócios do setor portuário no Brasil, em especial do Porto de Santos; e **3.4.2.** Tomaram conhecimento dos principais processos administrativos e judiciais da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião, quando foi lavrada a presente ata. **Presentes: Mesa:** Verônica Valente Dantas - Presidente, Daniel Pedreira Dorea - Secretário. **Conselheiros:** Verônica Valente Dantas, Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim, Valdecyr Maciel Gomes, Eduardo de Britto Pereira Azevedo, Vitor José Azevedo Marques e Marco Antonio Souza Cauduro. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 26 de junho de 2024. **Daniel Pedreira Dorea -** Secretário. **JUCESP** nº 263.052/24-2 em 10/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.





INÊS 249

Valor investe

Renda fixa Com procura por papéis incentivados, assets de Santander, BTG e Itaú lançam aplicações que alocam parte da carteira em outros ativos

Bancos criam fundos de debêntures 'turbinados'

Liane Thedim
Do Rio

Para ampliar o rendimento, alguns bancos estão colocando em fundos de investimento em títulos de infraestrutura, que são isentos de Imposto de Renda (IR), ativos de outros mercados, com maior possibilidade de retorno, mas também mais risco e volatilidade. O mais recente a ser criado foi o fundo da Santander Asset, no fim de junho, que, além das debêntures com incentivo fiscal, aloca recursos em juros, moedas e inflação nos mercados local e externo. As assets do BTG Pactual e do Itaú também lançaram produtos nesse sentido.

"Os prêmios de risco das debêntures incentivadas estão em patamares baixos. O objetivo é poder diversificar e garantir retorno sem relação com crédito privado, em uma estratégia diferente, usando renda fixa ativa, mas também sem deixar de utilizar o veículo para financiar infraestrutura e garantir a isenção de IR", explica Guilherme D'Aurea, gestor de crédito privado da Santander Asset.

Pelas regras desses fundos, não há obrigação de alocar todos os recursos em debêntures incentivadas nos primeiros seis meses. De seis meses a dois anos, dois terços do patrimônio líquido médio dos 180 dias (anteriores ou na data, o que for menor) precisam estar nesses papéis; a partir daí, a fatia obrigatória passa a 85%. E é nessa parcela que os bancos estão apostando em outros ativos.

Luciano Rais, gestor de fundos de renda fixa da asset, comenta que a estratégia agora disponível no varejo já existia em carteiras específicas de investidores selecionados. Ele diz que pode usar todos os instrumentos de derivativos disponíveis na BM&F, de renda fixa ou moedas de países em diferentes estágios de crescimento. Já a parte alocada em debêntures incentivadas, corrigidas pelo IPCA mais uma taxa, usa instrumentos que retiram a volatilidade da curva de juros futuros para garantir um ganho acima do CDI.

"Com isso, a volatilidade será menor, o que atende bem ao varejo", diz Rais. Mesmo assim, a taxa de volatilidade do fundo, em torno de 2% ao ano, fica bem acima da média de um fundo comum de debêntures incentivadas, em torno de 0,7%. Com a parcela de risco de mercado, o objetivo é conseguir um rendimento de 1,5% a 2% ao ano adicionais ao spread de crédito que já está garantido nas debêntures. A expectativa é que esse fundo chegue a R$ 500 milhões em patrimônio líquido. Hoje, a Santander Asset tem um total de R$ 5,3 bilhões em debêntures incentivadas.

D'Aurea espera que os spreads de crédito [diferença entre as taxas pagas pelo emissor e o título público de referência, que, neste caso, são as NTN-Bs, corrigidas pelo IPCA] continuem estáveis até o fim do ano, portanto, em patamar abaixo dos últimos anos. Desde fevereiro, o setor de crédito privado tem visto uma redução desses prêmios de risco porque houve um aumento forte na demanda por títulos isentos, o que inclui os Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRIs e CRAs), depois que o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou novas regras.

As mudanças restringiram as emissões desses papéis e de LCIs e LCAs, títulos bancários que vinham sendo alvo de grandes volumes de investimentos. Outro fator que influenciou na procura foi a taxação dos fundos fechados exclusivos ou restritos, cujos recursos migraram em busca de outros produtos com benefícios tributários.

Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostram que, do total de R$ 175,6 bilhões captados pelo setor de fundos no ano até maio, R$ 106 bilhões foram em carteiras com mais de 50% em crédito privado. Só as carteiras que agregam ativos de infraestrutura receberam R$ 53,2 bilhões, com o patrimônio líquido chegando a R$ 118,4 bilhões.

Rais lembra que, com o fim dos cortes de juros, o investidor pode ficar mais avesso a risco, mas, por outro lado, nesses momentos de maior volatilidade o gestor pode fazer movimentos que rendam mais. "Ao longo dos últimos meses lançamos produtos com maior volatilidade que têm captado bem a despeito de a Selic não ter caído abaixo de 10%."

> "Temos visto mais demanda por essa estratégia com busca de retorno adicional"
> *Eduardo Arraes*


GABRIEL REIS/ VALOR
D'Aurea e Rais: "Os prêmios de risco das debêntures incentivadas estão em patamar baixo. O objetivo é diversificar"

Na BTG Pactual Asset Management, o primeiro fundo híbrido começou a captar há seis meses e já atingiu um bom ritmo, com patrimônio líquido de R$ 450 milhões. Eduardo Arraes, sócio e responsável pelos fundos de crédito da gestora, conta que, como a empresa tem três mesas diferentes de multimercados, há quatro meses foram lançados mais dois fundos nessa linha, em parceria com cada uma delas. Os mais recentes não podem ter rendimento divulgado, por isso o foco de captação está no pioneiro, o BTG Pactual Hedge Incentivado. "Temos visto mais demanda por essa estratégia com busca de retorno adicional."

Mas o investidor precisa estar disposto à instabilidade na lâmina do fundo. No ano, o fundo rende 117% do CDI (6,26% até o último dia 3, isentos de IR), mas em junho, por exemplo, teve retorno equivalente a 73% do CDI (0,58%); em maio, a 121% do CDI (1,01%); e, em abril, 40% (0,36%). "Tem mais volatilidade porque tem risco de juros e moedas", afirma. "Temos uma cogestão com a equipe desses mercados, mas os investimentos são mais conservadores e têm metade do risco de mercado que tomam em outras posições." Segundo ele, a volatilidade do fundo fica em 1%.

A Itaú Asset tem três fundos híbridos. O Itaú Action Debêntures Incentivadas, que a instituição afirma ter sido o pioneiro do formato no país, criado em dezembro de 2021, o Lumina Plus Debêntures Incentivadas e o Itaú Artax Infra Incentivado. O Action, por exemplo, encerrou junho com rendimento negativo de 0,34%, depois de um retorno de 1,6% em maio e de novamente um tombo de 3,39% em abril. No ano, rende apenas 0,03% (isento de IR). Os gestores atribuíram o mau desempenho no mês passado às posições em juros reais de vencimentos entre cinco e oito anos, que sofreram impacto das incertezas em relação à política fiscal e ao controle da inflação.

O Lumina, lançado em setembro do ano passado, rende no ano 5,36% isentos de IR (102% do CDI), tendo registrado rendimento negativo somente em abril (-0,11%). Mais jovem, o Artax, lançado em dezembro de 2023, oferece ganho modesto no ano (5,11% isentos, ou 98% do CDI), mas não teve rendimento negativo em nenhum mês. Juntos, os três têm patrimônio de R$ 530 milhões, sendo R$ 435 milhões só do Action.

Já a área de "fundos de fundos" do Itaú criou em agosto de 2023 três fundos criados com essas características em parceria com as gestoras Vinland, Absolute e Legacy, cujo fundo "Hicker", por exemplo, investe em juros e câmbio.

"Há um debate se é renda fixa ou multimercado porque leva o nome de renda fixa ativa", diz Clara Sodré, analista de fundos da XP Investimentos. "É um multimercado com volatilidade controlada que entra na casca de incentivados em busca da isenção do IR." Ela lembra que são casas com o braço de multimercados muito desenvolvido que entra em associação com o time de crédito. "A fatia de 15% em operações com derivativos pode agregar bastante risco, mas temos visto estratégias mais conservadoras, mais na linha de elevar os retornos ao longo do tempo. São novas estruturas alinhadas à evolução da indústria."

Ministério dos Transportes prevê R$ 30 bi em emissões

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Ministério dos Transportes espera captar R$ 30 bilhões para ativos de infraestrutura até o fim deste ano com as novas regras para emissão de debêntures no setor.

A portaria 689/2024, publicada no "Diário Oficial da União", viabiliza a emissão de títulos de infraestrutura, com incentivo tributário para o emissor, conforme lei sancionada no começo deste ano. Ao mesmo tempo, estabelece melhorias para as debêntures incentivadas, que já existem há mais de uma década e têm isenção de Imposto de Renda (IR) para o investidor pessoa física.

De acordo com a pasta, entre as mudanças trazidas está a redução do prazo entre a solicitação da operadora e a emissão de uma debênture. Com isso, o tempo de espera, que geralmente leva ao menos dois meses, deve passar para o prazo mínimo de cinco dias a partir desta sexta-feira.

Em nota, o secretário-executivo do ministério, George Santoro, informou que a portaria "corrige" o que não estava funcionando no passado. "Acredito que o mercado de debêntures tem um grande espaço para crescer nos próximos anos", afirmou o secretário, ressaltando que a expectativa é que o volume de emissões aumente até três vezes, chegando aos R$ 30 bilhões anunciados.

Na mesma divulgação oficial, a subsecretária de fomento e planejamento, Gabriela Avelino, explicou que o ministério terá cinco dias para publicar nota técnica que ateste que o emissor possui a documentação necessária.

"Teremos um grande ganho na transparência e na agilidade, já que o texto dispensa a aprovação ministerial prévia no caso de concessões em Estados e municípios", ressaltou Avelino. Ele explicou que a nova norma está atrelada à portaria 622/2024, onde foi estabelecida a alocação de, no mínimo, 1% da receita bruta do projeto para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável.

Ainda sobre os critérios relacionados à sustentabilidade, o governo tem a expectativa de que as debêntures de infraestrutura atraiam mais capital estrangeiro. Isso porque a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avalia que os investimentos em infraestruturas verdes conseguem gerar, até 2030, cerca de US$ 4,1 bilhões em benefícios líquidos para os países que o fizerem.

> **US$ 4,1 bi**
> **Benefícios estimados de investimentos em infraestrutura verde**

Para Santoro, a nova portaria trata da questão de hedge cambial, que protege investidores contra flutuação da moeda. "Isso abre uma janela importante para novos investidores internacionais: uma questão muito relevante para aumentar a competitividade dos projetos", disse.

O documento, publicado após cumprir etapa de consulta pública, estabelece requisitos e procedimentos para a emissão de debêntures. No aspecto ambiental, os projetos precisam ter mecanismos de redução de gases poluentes, transição para energias mais limpas e resiliência frente às mudanças climáticas, além de sistemas de gestão para mitigar os impactos em comunidades afetadas.

Nos investimentos em ferroviária, a portaria exige que os investidores já tenham licença prévia ambiental, que atesta a viabilidade do ponto de vista de parâmetros socioambientais.

Em relação à desburocratização, a documentação requisitada também trata do acompanhamento e monitoramento, com avaliação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Banco Central. "Esta medida fortalece a política pública e garante que os projetos de investimento sejam executados de forma transparente", ressaltou a nota do Ministério dos Transportes.

O órgão federal informou que os processos administrativos de enquadramento, acompanhamento e fiscalização dos projetos de investimento para emissão de debêntures deverão ser de acesso público. A ideia é que representações do mercado e da sociedade contem com instrumentos de monitoramento das emissões e de fiscalização das debêntures.

Para obter maior agilidade, o representante legal do projeto terá acesso ao processo em um dia útil após a apresentação da documentação. A portaria estabelece prazos para todas as etapas dos procedimentos e fiscalização. Na visão do ministério, o objetivo é que a definição de tempo gere mais previsibilidade para o mercado e agilidade na atuação do governo.

Inteligência de dados na renegociação de dívidas

Palavra do gestor



Renato Avelar

A transformação digital tem revolucionado diversos setores corporativos. O mercado financeiro e a área de cobrança não são exceções. Uma das ferramentas mais poderosas dessa revolução é a inteligência de dados. Mas, afinal, como essa tecnologia pode ser aplicada no setor de cobrança? Quais são os benefícios dessa prática? E o que podemos esperar para os próximos anos?

A inteligência de dados, em sua essência, é a prática da análise de dados para guiar decisões e trazer assertividade a processos. No setor de cobrança e gestão de créditos inadimplentes, isso significa considerar informações dos clientes, históricos de pagamentos e outros dados relevantes para otimizar as estratégias de recuperação de crédito.

Uma das aplicações mais recorrentes é a segmentação de clientes. Por meio da inteligência de dados é possível identificar diferentes perfis de inadimplentes e criar abordagens personalizadas para cada um. Por exemplo, alguns clientes podem responder melhor a lembretes amigáveis, enquanto outros podem demandar ofertas de desconto para quitar suas dívidas.

A inteligência de dados também pode apontar quais clientes têm maior probabilidade de quitar dívidas e em quanto tempo. Com esses "insights", as empresas do setor podem priorizar seus esforços de cobrança, focando primeiro nos casos com maior chance de sucesso.

Outra aplicação crucial é a calibragem dos descontos oferecidos. Por meio da inteligência de dados, as empresas podem ajustar suas ofertas de negociação de acordo com a capacidade financeira de cada cliente e, com isso, oferecer descontos e parcelas personalizadas. Dessa forma, as chances de recuperação aumentam e os clientes se sentem tratados de maneira justa e adequada às suas realidades.

Entre os benefícios do uso de inteligência de dados na cobrança, destaca-se o aumento da eficiência. Com dados precisos, as empresas podem alocar recursos de forma mais inteligente, concentrando-se nas ações em que a probabilidade de recuperação de crédito é maior. Ao otimizar processos dessa forma, gastam menos tempo e investimentos para recuperar dívidas, o que representa uma importante redução de custos. Isso é especialmente importante em tempos de crise econômica, em que cada centavo conta.

Outro fator importante no uso de inteligência de dados no setor de crédito e cobrança é melhorar substancialmente a experiência do cliente. Ao entender melhor o perfil e o comportamento dos devedores, torna-se mais viável criar estratégias menos invasivas e mais eficazes. Isso não só aumenta as chances de recuperação de créditos, mas também melhora o relacionamento entre a empresa e o cliente, ampliando índices de satisfação.

O futuro da inteligência de dados na cobrança, certamente, é promissor. Nos próximos anos, deve ocorrer um incremento nos benefícios por meio da adoção de novas tecnologias, como a inteligência artificial, "machine learning" e modelos de linguagem ampla (LLMs), que permitem compreender e gerar textos em linguagem mais próxima possível da humana. Essas tecnologias, quando implementadas em conjunto, permitem análises ainda mais precisas e decisões automatizadas, tornando o processo de cobrança mais eficiente do que nunca.

Os LLMs, que se popularizaram graças ao ChatGPT, por exemplo, têm o potencial de transformar a comunicação com os clientes. Esses modelos podem ser usados para criar mensagens personalizadas, responder consultas de forma automatizada e precisa e até mesmo negociar condições de pagamento em tempo real, sempre mantendo um tom humanizado e eficiente.

Porém, cabe observar que é muito importante que a inteligência de dados seja realizada com transparência e ética, para que as empresas consigam garantir o uso de dados de maneira responsável, em conformidade com as regulamentações e respeitando o direito à privacidade dos clientes.

Sem dúvida, a inteligência de dados tem trazido grandes benefícios ao setor de cobrança de créditos inadimplentes e promete transformar ainda mais o segmento nos próximos anos.

Renato Avelar é diretor financeiro da Recovery, plataforma de renegociação de dívidas do grupo Itaú
E-mail
renato.avelar@itau-unibanco.com.br